

Gestão da Cidadania e da Democracia, Escola do Legislativo

Denise Finoto

Lisboa – Portugal

Fevereiro /2018

MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO EDUCACIONAL

Título

Gestão da Cidadania e da Democracia, Escola do Legislativo

Denise Finoto

Dissertação apresentada para obtenção de Grau de Mestre em
Administração e Gestão Educacional

Orientadora: Doutora Darlinda Maria Pacheco Moreira

Lisboa – Portugal

Fevereiro /2018

Índice

| | |
|---|------|
| Resumo..... | v |
| Abstract | vi |
| Dedicatória | vii |
| Agradecimentos | viii |
| 1- Introdução..... | 1 |
| O problema de pesquisa e seu contexto..... | 3 |
| Objetivos..... | 5 |
| Organização dos estudos | 6 |
| 2 - Revisão da literatura | 8 |
| Educação e Cidadania | 10 |
| Educação e Democracia | 16 |
| Escola e Família | 20 |
| 3 - Metodologia de investigação | 25 |
| Abordagem qualitativa e exploratória do problema | 25 |
| Caracterização do estudo de caso | 27 |
| A coleta de dados, documentos e entrevistas | 29 |
| 4 - Apresentação e análise de dados | 35 |
| 4.1 - Escola do Legislativo – dados contextuais | 36 |
| 4.1. 2 - Objetivos da Escola do Legislativo..... | 40 |
| 4.1. 3 - Escola do Legislativo: competências | 41 |
| 4. 1.4 - Criação da Escola do Legislativo de Pouso Alegre – Minas Gerais .. | 42 |
| 4. 1.5 - A Experiência da Escola do Legislativo de Pouso Alegre – MG..... | 44 |
| 4.1. 6 -O Trabalho do Diretor da Escola do Legislativo | 45 |
| 4. 1. 7 - Projetos desenvolvidos para a educação cidadã de jovens | 46 |

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 | 46 |
| “Programa Vereador Mirim / A Câmara vai à Escola” e suas atividades | 46 |
| Quadro 2 | 48 |
| Gincana do Saber | 48 |
| Quadro 3 | 49 |
| Câmara Jovem | 49 |
| Quadro 4 | 50 |
| Parlamento Jovem | 50 |
| Quadro 5 | 52 |
| Câmara Pré-Mirim | 52 |
| Quadro 6 | 53 |
| Câmara do Idoso..... | 53 |
| Quadro 7..... | 54 |
| Academia Juvenil de Letras | 54 |
| Quadro 8 | 55 |
| Constituição em Miúdos | 55 |
| 4.2 - Entrevistas com os Gestores | 56 |
| 4.3- Análise da Entrevista com os Gestores..... | 64 |
| 4.4 - Entrevistas com os alunos | 66 |
| 4.5 - Análise da Entrevista com os alunos | 68 |
| 5 – Conclusão e considerações finais | 70 |
| Referências Bibliográficas..... | 76 |
| Anexos | 81 |
| Anexo 1-Desenvolvimento dos projetos da Escola do Legislativo | 81 |
| Anexo 2 - Transcrição da Entrevista dos Gestores | 106 |
| Anexo 3-Transcrição da Entrevista dos Alunos..... | 117 |

RESUMO

A modernização e suas expressões trazem elementos de rápidas transformações que influenciam toda a sociedade e também a suas organizações.

Há várias décadas que no Brasil se tenta entregar aos jovens uma educação direcionada à construção da cidadania, sobretudo nas escolas formais; meta educacional que, contudo, não atingiu as estruturas visadas e os resultados esperados.

Fatos políticos levaram gerações à censura ao espírito crítico, ao silenciamento diante das bases democráticas. Circunstâncias que posicionaram nossos jovens à margem da cidadania, fazendo com que acreditassem que o consumismo e a vida societária de possessividade fossem mais importantes que a política e a democracia. Por conseguinte, a área política sofreu paulatina degeneração até à crítica realidade atual, que beira a quase alienação.

Assim, o trabalho em prol do desenvolvimento de habilidades relativas à gestão cidadã e democrática exigiu a necessidade de elaboração de projetos voltados ao fortalecimento da democracia e assim nasceu a Escola do Legislativo, em que se oportuniza o ensino fora dos espaços escolares e se desenvolvem os ideais da educação para a democracia.

As atividades da Escola do Legislativo procuram sensibilizar os jovens em relação às práticas políticas e legislativas. Nessa, os jovens têm a oportunidade de compreender a importância da vida democrática, da aceitação de conflitos, da busca dialógica da negociação e do consenso comum.

Consequentemente, consolidam-se os ideais de que a ética, a transparência e a cidadania podem sim ser praticadas pelas futuras gerações, que podem e devem destruir toda a forma de autoritarismo e ajudar a construir uma vida democrática.

Palavras-Chave: Gestão, Cidadania, Democracia, Escola do Legislativo, Educação

Nota: A dissertação está escrita em português do Brasil, pôr se entender que o texto está claro a escrita não foi reformulada para o português de Portugal.

ABSTRACT

Modernization and its expressions bring elements of rapid transformations that affect the whole of society and also to their organizations.

There are several decades in Brazil, one tries to get the youth citizenship education, especially in formal schools; but this teaching has not reached the expected structures.

Political facts led generations of citizens to censorship to the critical spirit, to gene silencing by the democratic bases. These circumstances led our young people to the margins of citizenship and making these believe that consumerism and corporate life of possessiveness were more important than politics and democracy. The political arena suffered a degeneration coming to the current reality of today.

Working for citizen and democratic management there was a need to elaborate a project for strengthening political democracy and thus was born the Legislative school; where the opportunity of education outside the school and spaces for education for democracy.

The activities of the Legislative School seeks to sensitize young people about policy and legislative practices. In this school the young people have the opportunity to understand the importance of a democratic life, acceptance, Dialogic search negotiation and common consensus.

Ethics, transparency and citizenship can be practiced by future generations and these can and should destroy authoritarianism, and help build a democratic life.

Keyword: Management, Citizenship, Democracy, Legislature, Education School

Dedicatória

À todos os professores;

“Não se acostume com o que não te faz feliz, revolte-se quando julgar necessário.

Alague seu coração com esperanças, mas não deixe que ele se afogue nelas.

Se achar que precisa voltar, volte!

Se perceber que precisa seguir, siga!

Se estiver tudo errado, comece novamente.

Se tiver tudo certo, continue.

Se sentir saudades, mate-a.

Se perder um amor, não se perca!

Se o achar, segure-o!”

Fernando Pessoa

Agradecimentos

Manifesto o mais sincero agradecimento, pela colaboração direta ou indireta na concessão desta dissertação, às seguintes pessoas:

- ✚ a Universidade Aberta de Portugal, por oportunizar esse magnífico aprendizado dos últimos anos.
- ✚ a Orientadora Doutora Darlinda Maria Pacheco Moreira que, seguindo cada uma das fases, com rigor e competência, me transmitiram confiança ao longo deste percurso, iluminando, com a sua sabedoria e experiência, os caminhos mais eficientes;
- ✚ aos demais professores do curso de Administração e Gestão Escolar pela paciência e compreensão ao longo da minha caminhada.
- ✚ a minha cunhada Viviane Ignes de Oliveira ao qual colaborou para que meu aprendizado fosse compreensível e eficaz.
- ✚ e por fim e não menos importante aos meus pais Agenor Finoto e Maria Gonçalves Ap. Finoto que me inculiram a aspiração de chegar sempre mais além, que me demonstraram que sonhar é possível e que me ensinaram que o estudo é uma forma de oração;

INTRODUÇÃO

É um tanto angustiante discorrer sobre noções teóricas de democracia e cidadania em conjuntura tão perturbada como a que se enfrenta nessa pátria chamada Brasil, em que somos diária e exaustivamente expostos a notícias inacreditáveis que escancaram a falta de escrúpulos, respeito e conscientização daqueles que deveriam compreender e praticar os ideais que lhe foram confiados. De maneira geral, os políticos brasileiros ignoram o compromisso com os cidadãos que, por sua vez, passaram a claramente perceber a necessidade de se portar como elementos ativos, conhecedores de seus direitos e deveres.

Apesar da desoladora estimativa sobre a crise política, econômica e moral, parafraseio Antônio Gramsci, para quem devemos ser céticos no diagnóstico, mas otimistas na verdade, na ação. É importante, assim sendo, sistematizar os conceitos principais da temática e associá-los à realidade brasileira. Não há como se recusar que, além dessa crise, consolida-se um processo de intolerância e ódio decorrentes de posições político-partidárias inquietantes que afetam a cidadania, a democracia e o próprio Estado de Direito. Inegável que manifestações de rua devem existir e fazem parte da democracia, mas não, em contrapartida, agressões, humilhações públicas, denúncias sem provas, aclamações pela volta de regimes ditadores, defesa de linchamento, repúdio aos diferentes em lugares públicos. Esses, conduzem à descrença na democracia como processo civilizatório.

É de suma importância, portanto, que se enfatizem o trabalho e as responsabilidades dos agentes públicos e, em igual medida, o cumprimento de direitos e deveres por cidadãos e cidadãs. Não se pode encarar a democracia como apenas um regime político e uma forma de governar; pois, afinal, trata-se de um estilo de vida.

Admirem-se, ou não, os preceitos democráticos, esse ainda é o melhor caminho para a vida civilizada e como meio de supressão de conflitos e divergências naturalmente intrínsecas ao convívio em sociedade.

Nesse cenário, impõe-se observar e incentivar projetos elaborados e colocados em prática para se ter uma convivência mais justa e igualitária e um governo mais democrático, transparente e participativo.

Todo caos leva a mudanças de comportamentos e à modernização da sociedade, conforme Giddens (1991) e Huntington (1998), em especial, ao surgimento de novas tecnologias, práticas e conhecimentos que, de alguma forma melhoram a vida humana nas sociedades modernas. A mudança na sociedade, com ganhos de complexidades, não afeta apenas ao cidadão, mas a suas próprias bases, dentre estas as organizações públicas.

Como retrata Wood Jr.(2009, pg. 15):

Organizações de todos os tipos têm se deparado com cenários substancialmente modificados e significativamente mais dinâmicos que as anteriores. Essas mesmas organizações têm buscado firmemente a adaptação a novos cenários. Não há opção à mudança.

Assim, constata-se que a modernização provoca mudanças nos ambientes nos quais as organizações, principalmente as públicas, estão inseridas.

Responder a essas mudanças exige das organizações estratégias que permitam, internamente, realizar as mudanças necessárias a sua sobrevivência.

Como aponta Thoenig (2007, pg. 32):

A relevância da dimensão pública deveria ser testada, por si mesma e como ferramenta analítica. Vale a pena considerar seu valor agregado na medida em que contribua para o avanço da teoria geral das organizações, organizantes e organizados, mas também para a sua compreensão da administração pública e das políticas em sociedade multiníveis.

As organizações públicas modernizam-se na medida em que se consolida o processo de direcionamento das reformas administrativas brasileiras.

Vários trabalhos acadêmicos foram escritos sobre mudanças nas organizações públicas, que se concentraram no Poder Executivo, mas com grande escassez na área do Poder Legislativo e Judiciário.

Por esta ótica, o presente estudo define como objeto de pesquisa o Parlamento, mais precisamente o Poder Legislativo. Assume-se assim a premissa que, dada às características inerentes ao Parlamento-Poder Legislativo, o relevante desenvolvimento e a modernização desta organização acaba por promover diferenças em relação aos Poderes Executivo e Judiciário.

Assim, atribui-se relevância aos estudos sobre as organizações do legislativo, de modo que o processo de mudanças vivenciadas possa demonstrar todo o trabalho desenvolvido nesta área.

Na volta aos estudos sobre o Parlamento, dialoga-se em algum grau com o campo dos estudos Legislativo, área da Ciência Política, com o intuito de colaboração ao aprofundamento da análise técnico-administrativa, que, apesar de não fazer parte da política típica do Parlamento, pode interferir nas facetas da institucionalização e profissionalização destas organizações públicas.

O PROBLEMA DE PESQUISA E SEU CONTEXTO

Baseado na versão inicial que chegou com a Coroa Portuguesa, na forma de Câmaras Municipais formadas pelos “homens bons”, o Parlamento é umas das instituições mais antigas do Brasil.

Já naquela época irromperam intermediações entre os interesses da Coroa e da sociedade, que começava a demonstrar visão política.

Durante o império se formaram a Câmara dos Deputados e o Senado Federal e, a seguir, as Assembleias provinciais, que na República, com a formação dos Estados autônomos, tornaram-se Assembleias Legislativas Estaduais.

No golpe do Novo Estado, os Paramentos foram fechados e, mesmo após sua reabertura parcial, muitas de suas funções e projetos voltados à implementação de políticas públicas foram impedidos de ser colocados em prática pelos Estados. Situação que provocou distanciamento entre o poder Legislativo e a sociedade e que culminou em descompasso e abismo entre as organizações e os anseios da população.

Consequentemente, a área legislativa precisou implementar mudanças e assimilar elementos modernizantes aptos a restabelecer o elo entre Parlamento e sociedade. Inicia-se, a partir de então, a nova estruturação que traz consigo TV's Legislativas, Canais de Participação Direta, Comissões de Legislação Participativa, Parlamentos itinerantes e muitos outros.

Em todas as estruturas mencionadas, edificadas com o propósito de modernização e reestruturação do Parlamento, a Escola do Legislativo teve grande participação. Desde a Constituição de 1988, foram atribuídas às Casas Legislativas qualificação de corpo funcional estável, através de capacitação e treinamento que emergiram especificamente na década de 90 (noventa). Como desdobramento dessas estratégias, as estruturas ampliaram-se para além da qualificação, pois cresceram enquanto Instituições Acadêmicas e se tornaram autênticos polos de educação política para a sociedade.

O presente trabalho, portanto, pretende demonstrar os caminhos percorridos pelo legislativo e ressaltar os projetos educacionais desenvolvidos pelas Escolas do Legislativo. Assim, assume-se como o problema de pesquisa: Como a Escola do Legislativo, por meio de seus projetos, desenvolve, entre os estudantes, a cidadania, consolida os ideais democráticos e edifica noções políticas?

Com tal propósito, exprimem-se as seguintes questões para melhor operacionalizar os temas investigados:

Como se desenvolveram o trabalho e os projetos dentro da Escola do Legislativo?

Como a Escola do Legislativo pode se tornar instrumento de fortalecimento da democracia e da cidadania?

Como se pode desenvolver o conceito de cidadania, o pensamento democrático e sociopolítico nos jovens?

Esses são alguns dos questionamentos suscitados, cuja elucidação exige análise da realidade atual, do conjunto de consequências para os cidadãos e como reagem diante desse cenário.

Nesse propósito, propõe demonstrar que o cidadão que acredita poder viver isolado da política, que é um ser independente desta e cuja apatia não gerará consequências políticas está extremamente enganado.

Para mudar esse cenário, há muitos anos a Câmara Municipal de Pouso Alegre – Minas Gerais – Brasil juntamente com a Escola do Legislativo decidiram edificar um projeto para despertar nossos adolescentes para a cidadania e para a democracia.

Esse projeto ficou denominado Programa “Vereador Mirim/ A Câmara vai à Escola” e ao longo dos anos trabalha e aprimora novos caminhos, sob a premissa de que o conceito relativo à expressão “público” não se refere à “do governo”, mas sim, a aquilo que é de “todos nós”, como diz Brandão (2008).

É possível acreditar em um novo mundo, com cidadãos engajados em sociedade, cumpridores de seus deveres e conscientes de seus direitos, que se comprometam com práticas interdisciplinares e que procurem viver em uma sociedade mais aberta ao diálogo.

OBJETIVO DO ESTUDO

O presente estudo tem como objetivo evidenciar o trabalho da Escola do Legislativo e qual sua influência na educação dos alunos da rede de ensino da cidade de Pouso Alegre – Minas Gerais – Brasil.

Compreender como visionárias as mudanças surgidas após a participação de alunos e professores nos trabalhos desempenhados pela Escola do Legislativo é de suma importância, pois incentiva o fomento do projeto que, por sua vez, consolida seus efeitos positivos na medida em que entrega à sociedade cidadãos mais conscientes e preparados para a nova era. Sem a iniciativa, agigantam-se os riscos de manutenção de uma sociedade alienada de seus próprios problemas.

Cidadãos críticos são capazes de apontar e adotar ações cidadãs, corretas ou não. A palavra crítica vem do grego *kritien* e significa separar, distinguir, julgar e analisar. O cidadão crítico é capaz de compreender a sociedade em que está inserido, identificar seu papel como agente desta estrutura, reconhecer sua capacidade e autoridade na busca de direitos e da verdade. Aquele que consolida os preceitos relativos à cidadania

assume papel social que extrapola noções individuais e naturalmente deixa de agir em prol da percepção de vantagens pessoais, como tão comum nos dias atuais.

Como afirma Rodrigues:

Formar uma consciência crítica significa preparar o indivíduo para - de posse do conhecimento da sociedade em si e do conhecimento sobre as condições sociais de suas próprias funções – distinguir o que os outros estão fazendo e o que ele deve fazer. (Rodrigues,1996, p.70)

O propósito, portanto, é que, finalizados e esquadrihados os estudos, sejam conhecidos e consolidados os meios de domínio da realidade político-social em que se insere a clientela estudantil, com evidenciação dos recursos para fomento da concreta conscientização sobre os ideais afetos à cidadania e à democracia.

ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

Este estudo organiza-se em cinco capítulos, em que o **Capítulo 1** expõe elementos introdutórios da pesquisa, com o fim de que o leitor identifique preliminarmente a temática, as questões de investigação e os objetivos do estudo.

No **Capítulo 2**, promove-se revisão da literatura teórica que dá suporte à análise das Escolas do Legislativo, organizado em três subcapítulos nominados “Educação e Cidadania”, “Educação e Democracia” e “Escola e Família”, em que serão aprofundados os elos característicos desses temas.

A seguir, o **Capítulo 3** traz a metodologia de investigação em que serão esmiuçadas matérias tais como, a abordagem qualitativa e exploratória do problema, método de caso de estudo, coleta de dados, documentos e entrevistas. São expostos os meios pelos quais os documentos foram selecionados, de que forma foram coletados, estruturados e apresentados ao leitor.

O **Capítulo 4** apresenta análises pormenorizadas dos dados levantados a partir da exploração dos assuntos: “Escola do Legislativo”, “Objetivos da Escola do Legislativo”, “Escola do Legislativo e suas competências”, “Criação da Escola do Legislativo de Pouso Alegre – Minas Gerais”, “A experiência da Escola do Legislativo de Pouso Alegre – Minas Gerais”, “O trabalho do diretor da Escola do Legislativo”. Com o

propósito de explicar amplamente o trabalho, descreve projetos desenvolvidos para a educação cidadã de jovens, a exemplo do “Programa Vereador Mirim / A Câmara vai à Escola”, que envolve as seguintes atividades: Gincana do Saber, Câmara Jovem, Parlamento Jovem, Câmara Pré-Mirim, Câmara do Idoso, Academia Juvenil de Letras e Constituição em Miúdos. Integra essa parte a apresentação de entrevistas realizadas com gestores educacionais e alunos, além da apresentação dos respectivos debates e análise dos resultados obtidos. Neste capítulo, o leitor poderá observar todas as iniciativas empreendidas pela Escola do Legislativo e seu concreto envolvimento com a educação.

Por fim, o Capítulo 5 oferece um panorama amplo da pesquisa desenvolvida, em que se apresenta e discute o problema de investigação, as finalidades e resultados encontrados, sintetizados na conclusão e considerações finais.

Capítulo 2

Revisão da Literatura

Ao longo da história, observa-se, a partir da evolução do arcabouço legislativo brasileiro, que sempre houve tentativas para que os estudantes brasileiros pudessem dominar conhecimentos sobre cidadania.

A primeira legislação a mencionar esse propósito foi o artigo 6º da primeira lei geral de educação, de 15 de outubro de 1827, assinada pelo Imperador Dom Pedro I e que estabelecia regras para a educação primária.

O artigo recomendava que o ensino proporcionasse ao cidadão o direito de ler, escrever, de aprender noções das quatro operações aritméticas, prática de quebrados, decimais, proporções, a gramática da língua nacional, leituras e também que dominasse tópicos sobre Constituição do Império e História do Brasil.

Na Constituição de 1934, verifica-se outra menção relevante, especificamente trazida pelo art. 25 das Disposições Transitórias, onde o Governo Federal da época dispõe da oportunidade de distribuir gratuitamente essa Constituição em todo o país, principalmente para os alunos das escolas do ensino superior, além de promover cursos e conferências para difundir o conhecimento das diretrizes constitucionais.

Após, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 4.024/61) incluiu no currículo do ensino secundário a disciplina “Organização Social e Política do Brasil”, conforme disciplinado pelo Conselho Federal de Educação.

Em 1969, em plena ditadura, iniciou-se o ensino da disciplina “Educação Moral e Cívica”, conforme Decreto Lei n. 869.

Durante a ditadura, os jovens se afastaram da política e, por esse motivo, houve significativas alterações na forma em que passaram a se posicionar em sociedade. A área política se degenerou e chegou ao estágio em que se encontra.

Com o passar das décadas, notou-se a necessidade de se resgatar, nos jovens, a consciência política plena. Sob tal premissa, o Poder Legislativo elaborou um projeto

que pudesse cativar novamente os cidadãos. Assim, inicia-se a Escola do Legislativo, a princípio meio de aprimoramento do ofício dos servidores nos níveis federal, estadual e municipal, e, com o passar do tempo, diagnosticou-se que o projeto democrático deveria e poderia ir além de seus fins primários. Ampliou-se, então, a proposta, que se voltou às escolas com o intuito de reconduzir jovens estudantes à formação do pensamento democrático, a partir do perfeito domínio sobre a Constituição e fins do Poder Legislativo. A partir dessa ampliação, buscou-se o resgate e motivação das novas gerações para as práticas legislativas, como meio de consolidação do ideal democrático. Surge, então, no ano de 1992, a primeira Escola do Legislativo na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Nos dias atuais, a Escola do Legislativo ampliou suas atribuições e seu sistema de ensino envolve órgãos do Senado, a Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União, de 23 (vinte e três) das 27 (vinte e sete) assembleias estaduais e câmara distrital, além de câmaras municipais e tribunais de contas estaduais.

A articulação desse sistema foi incumbida à Associação Brasileira de Escolas dos legislativos, que agrega vários órgãos, que se reúnem duas vezes ao ano e recebem apoio do Interlegis, um programa do Senado Federal de integração e modernização do legislativo brasileiro, apoiado e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Essas escolas passaram a ser assessorias educacionais do Legislativo, autênticos mecanismos de consolidação da democracia, cujos alunos se tornaram educadores de seus educadores, já que se lhes atribuiu a responsabilidade pela multiplicação do conhecimento adquirido nas Escolas do Legislativo.

Com a implementação dessa prática, acredita-se que haverá o restabelecimento da democracia e que a convivência social será inspirada por transparência, cidadania e ética.

Na prática, colhe-se análise exemplificativa do trabalho intitulado “Parâmetros Curriculares Nacionais, nos Temas Transversais, Ética (2000)”, em que se expõem as vantagens do ensino da ética a estudantes, como forma de concretização de inúmeras competências, tais como o domínio de conceitos de justiça baseados em equidade. E, a partir dessa compreensão, o jovem torna-se receptivo à construção de uma sociedade justa, pautada em atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às

injustiças sociais, apto a empreender debate moral e a compreender os valores atuais da sociedade em que insere. Igualmente, passam a perceber os meios para que as mudanças necessárias possam ser efetivamente realizadas.

Como preleciona Kersting (2003, pg. 111),

(...) quem lamentar a desmotivação política, a crescente falta de senso comunitário e a desertificação social do sistema de vida, não deveria calar a respeito da educação política. E quem quiser calar a respeito da educação política, não deveria fazer exigências de democratização, pleitear por engajamento da sociedade civil e cobrar mais oportunidade de participação.

Para participar desse projeto em prol da democracia, as Escolas do Legislativo cadastram-se na Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e, a partir daí, passam a receber suporte técnico e a participar de cursos de capacitação e aperfeiçoamento.

Para que as Escolas do Legislativo estejam sempre conectadas aos fatos políticos mais relevantes, é comum a promoção de encontros entre os municípios e os estados.

Quanto à Escola do Legislativo na rede municipal de Pouso Alegre – Minas Gerais – Brasil, foco da presente pesquisa, os trabalhos desenvolvidos são abrangentes e envolvem todas as escolas da rede municipal, estadual e privada de ensino, pois, acredita-se que o trabalho é a forma de ampliar efetivamente a consciência cidadã, com a formação de jovens absolutamente capazes de identificar seus direitos e cumprir seus deveres como cidadãos plenos.

2. 1 - Educação e Cidadania

A palavra cidadania, que se origina do latim *civitas* e significa cidade, institui que o cidadão seja participante de uma comunidade politicamente alinhavada, em que lhe é atribuído um manuscrito de direitos e deveres. Esse conceito evoluiu através da história e cada Estado determina a cidadania, ainda hoje, em relação a dois critérios: o da

filiação ou *jus sanguinis*, que teve origem na Grécia e da Roma; a do local do nascimento ou *jus solis*, que tem origem na Idade Média e se baseia em laços feudais.

Na antiga Grécia, a cidadania e a nacionalidade eram identificadas através de laços culturais que envolviam determinado grupo de cidadãos. No Império Romano, a cidadania constituía-se de vínculo a um determinado Estado e a nacionalidade como conexão a uma comunidade cultural. No pós Revolução Francesa, passa a haver uma maior identidade entre o Estado e a comunidade cultural, entre cidadania e nacionalidade.

Nos tempos mais recentes, o conceito de cidadania alberga, inicialmente, três facetas:

Civil: direitos inerentes à liberdade individual, liberdade de expressão e de pensamento; direito de propriedade e de conclusão de contratos; direito à justiça;

Política: direito de participação no exercício do poder político, como eleito ou eleitor, e no conjunto das instituições de autoridade pública;

Social: conjunto de direitos relativos ao bem-estar econômico e social, que vai da segurança até o direito de partilhar do nível de vida segundo os padrões prevalecentes na sociedade.

Assim, destaque-se, as afinidades entre cidadania e política não são meramente etimológicas.

Cidadania, assim sendo, está conectada à política, que se define como um:

Conjunto de práticas e discursos e instituições que procuram estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre potencialmente conflituosas, porque afetadas pela dimensão do político. (Mouffe, 2003, p.15).

Ao longo do século, vários foram os caminhos que a construção dos ideais de cidadania teve que percorrer para demarcar espaço, até que se fixasse na ideia atual, cuja expressão equivale a soberania do povo e igualdade perante a lei.

Assim Cidadania é, pois:

(...) o mecanismo que permite ao indivíduo ao mesmo tempo reivindicar sua condição singular, sua liberdade pessoal, e afirmar seu pertencimento a um grupo. O pertencimento implica reconhecer que sua individualidade depende dos rumos da comunidade (ou da sociedade nacional), já que o destino do conjunto afetará seu próprio destino e que a cidadania nunca pode ser passiva e autorreferente, ainda que limitada à defesa a liberdade individual. Nas sociedades democráticas, a esfera pública é o espaço político em que se dá a passagem da vontade coletiva, o lugar onde os indivíduos negociam seus interesses pessoais e suas representações de bem comum. (Sorj, 2004,p 24-25).

Em complementação a esse longo percurso, o século XX acresce novos desafios à formação do conceito cidadania, que passa a ter correspondência também com os direitos humanos. Uma de suas principais normas passa a ser a estruturação de um Estado que garanta o usufruir desses direitos, com o embrião das ideias relativas à “cidadania democrática”. As crises entre as áreas políticas e sociais trouxeram contrassensos cuja superação se apresentou de alta complexidade.

Citem-se, como exemplo, os vários tipos de direitos igualmente titularizados, como à propriedade, à informação, à privacidade, à liberdade individual, à igualdade, dentre outros.

Segundo Faulks (2000,p. 150);

Sem a base material para a cidadania que os direitos sociais permitem, os outros direitos perderão grande parte do seu significado. Logo, não tem que existir necessariamente um conflito entre os direitos sociais e civis. A única forma de conciliar direitos e deveres é construir uma abordagem mais holística de cidadania, e ver direitos e deveres não como opostos, mas sim como complementares. Isto significa que o conteúdo da cidadania pode ser analisado no contexto em que deveres e direitos são praticados. Esta ideia de uma cidadania holística é assim fundamental e a única forma de ultrapassar as dicotomias do liberalismo.

Nesse ponto, constata-se que Cidadania é, na verdade, um conceito complexo e amplo que se molda às circunstâncias que a envolvem casuisticamente. Afinal, busca promover a ligação entre cidadãos e sociedade politicamente articulada, que lhes confia direitos e deveres e especifica suas conexões e acordos com o mundo que se anseia edificar e preservar, através das gerações e com a dependência recíproca entre os contemporâneos. A incessante procura pela garantia dos direitos civis, políticos e sociais congrega a definição dos direitos ecológicos, culturais e de minorias. É como se

da cidadania ecoassem múltiplos clamores e linguagens que procuram um mundo também múltiplice.

Espera-se de qualquer trabalho que busque materializar os conceitos de cidadania que: (a) eduque para o Respeito, em que são apresentadas ao público alvo noções relativas ao respeito pelo próximo, pelo ambiente, por si mesmo e também pelas normas; (b) que prepare para Participação na sociedade atual, para a construção de um futuro igualitário e para o envolvimento político social no âmbito territorial; (c) que eduque para Integração com a sociedade e com a comunidade em seu território; (d) que eduque para Valores como responsabilidade, tolerância, democracia, autonomia e cooperação; (e) que eduque para o Desenvolvimento, pessoal e sustentável; (f) que eduque para a Diversidade cultural e (g), que eduque para a prática de Direitos e Deveres. (Vieira, 2000,p. 19) (Carvalho, 2002,p. 219)

Para Sassen (2002, p. 10);

(...) as transformações que têm ocorrido na compreensão e teorização de cidadania, torna muito premente a análise do papel crucial que as cidades e a sociedade civil têm no processo de desenvolvimento da cidadania.

Um dos grandes desafios da cidadania, gerada pela modernidade e pela complexidade dos dias atuais, é confrontar-se entre a liberdade individual e a igualdade entre os diversos, sem perda de seus ideais primários.

Assim, o conceito de cidadania, em sua atual conotação, equilibra propósitos individuais de liberdade e os une para torná-los aptos a ser instrumentos de desenvolvimento coletivo.

(...) A liberdade presumida nesse conceito de cidadania em construção é “mais uma atividade de relação do que de autonomia”, que ultrapassa também a máxima segundo a qual a liberdade de cada um termina onde começa a do outro, porque faz parte da vocação para a liberdade e sinal de sua fecundidade tornar-se fonte de outras liberdades”. Ela “não se logra pela vitória do ser humano sobre os outros – humanos ou não –, mas, pelo contrário, torna-se possível, adensa-se e amplia-se pelo desenvolvimento da dimensão dos outros”. (Gonçalves,1997, p. 78).

(...) Já a ideia de igualdade contida na cidadania por vir é uma igualdade acionada contra as desigualdades que inferiorizam, mas que não exclui a desigualdade que caracteriza, ou seja, que não exclui a singularidade (Santos, 2006. p. 316).

Paulo Freire comenta:

(...) cidadão significa "indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado" e cidadania "tem que ver com a condição de cidadão, quer dizer, com o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão". É assim que ele entende "a alfabetização como formação da cidadania" e como "formadora da cidadania" (Freire, 2001, p. 45).

O exercício produtivo dos cidadãos, contudo, não se dá como exercício individual, já que, antropologicamente falando, exige-se inserção do indivíduo no coletivo, ou seja, a espécie humana só se torna plena a partir do momento em que seus membros se tornam seres ativos em sociedade. A sobrevivência fora desse tecido social é nula.

Como diz Severino (1992, p. 11):

(...) Porém, é preciso observar que essa trama de relações sociais que tece a existência real dos homens não se caracteriza apenas como coletividade gregária dos indivíduos, como ocorre nas "sociedades" animais: um elemento específico interfere aqui, mais uma vez marcando uma peculiaridade humana: a sociedade humana é atravessada e impregnada por um coeficiente de poder, ou seja, os sujeitos individuais não se justapõem, uns ao lado dos outros, em condições de simétrica igualdade, mas se colocam hierarquicamente, uns sobre os outros, uns dominando os outros. Torna-se assim uma sociedade política, uma cidade. Este coeficiente que marca as nossas relações sociais como relações políticas e que caracteriza nossa prática social envolve os indivíduos na esfera do poder.

Neste aspecto, uma composição social na qual o controle seja mais equitativamente difundido é condição fundamental para que os homens se humanizem. É qualidade mínima para que exista cidadania. É nesta acepção que se sugere as situações de democracia e de cidadania. É por isso que, no sentido mais reservado, cidadania pertence ao gozo dos direitos políticos e sociais em sentido mais vasto, embora não se restrinja a eles.

O exercício político responsável pela construção histórica do viver humano se dá através do exercício das relações sociais, modalidade de interação entre pessoas: relações que se humanizam na afinidade direta da minimização da superioridade e na razão inversa da maximização da exploração de uns sobre os outros. Trata-se de

assegurar para todos a participação em todas as tomadas de decisões sobre o futuro do aglomerado social, ainda que a partir de núcleos específicos, em que este aglomerado se concretiza parcialmente.

A partir de toda essa explanação acerca do conceito cidadania, para que os jovens alunos possam vivenciar de fato seus direitos e deveres, conectam-se, de forma ampla, os conceitos de educação e política e desenvolvem-se as aspirações relativas ao tema. Ao incentivar e educar os cidadãos a serem sujeitos participativos e críticos, estes se tornarão cidadãos participantes e praticantes da democracia. A nova cidadania requer essa postura da nova educação e necessita que ela seja estimulada, principalmente baseada em valores éticos. Os valores éticos são a base para a prática dos direitos e deveres civis e políticos. Indubitavelmente, deve-se conciliar cidadania, política e diversidade por meio da Ética. Todo cidadão pode ser autor da transformação social, pois o ato de educar é um convite para a convivência social, a cidadania e para a tomada de consciência.

Para Arroyo (2002, p. 40),

A escola pode organizar ações para a formação da cidadania democrática, ativa, com direitos amplos criados e recriados num processo histórico, social, econômico, cultural.

As transformações curriculares na educação básica que ocorreram no Brasil nos últimos anos e as alterações no ensino, que foram fervorosamente discutidas por estudiosos e pesquisadores da educação, propõem que os novos paradigmas concretizem uma formação ampla dos cidadãos por meio do ensino educacional e uma reestruturação dos conteúdos para um desenvolvimento crítico-reflexivo dos alunos mediante essa nova dinâmica mundial. Nessa interação escola e cidadãos participativos o movimento é o de ensinar e aprender constantemente.

Cidadania significa o exercício pleno da participação em todas as instâncias em que são tomadas decisões que influenciem nossas vidas e o ambiente em que estamos inseridos. A sobrevivência do Planeta está associada a um pacto que não é apenas entre os humanos, mas entre os humanos e seu ambiente, nos espaços onde vivem. Se não houver envolvimento e participação de cada um dos habitantes deste planeta inviabiliza-se, inclusive, a sobrevivência.

2. 2 - Educação e Democracia

A palavra democracia, por sua vez, origina-se na Grécia Antiga (demo= povo e kracia = governo). Este sistema de governo desenvolveu-se em Atenas (uma das principais cidades da Grécia Antiga), onde, embora berço da democracia, nem todos participavam das decisões políticas, pois se excluía mulheres, estrangeiros, escravos e crianças. Assim, esta antiga forma de democracia era bem limitada.

Por outro lado, atualmente, na maioria dos países, exerce-se a democracia de forma mais participativa, na exata acepção da expressão “governo do povo para o povo”.

De qualquer forma, no Brasil, houve um período em que as deliberações relativas a interesses sociais comuns não se operavam de forma democrática, quando se fez imperiosa a necessidade de reestruturação dos mecanismos nacionais de atuação política. Assim, após trinta anos de ditadura, vários segmentos populares sofreram paulatina reestruturação e passaram a ser instrumentos de difusão de conhecimentos para a prática da democracia participativa, em reforço ao ideal de intensificação do carácter democrático das decisões e ações das autoridades públicas. Um novo caminho da política é essencial para o bom funcionamento da democracia. Sem ela,

(...) há o perigo de que a confrontação democrática seja substituída dentre outras formas de identificação coletiva, como é o caso da política da identidade. Muita ênfase no consenso e na recusa da confrontação leva à apatia e ao despreço pela participação política. Ainda pior, o resultado pode ser a cristalização de paixões coletivas em torno de questões que não podem ser manejadas (managed) pelo processo democrático e uma explosão de antagonismos que pode desafiar os próprios fundamentos da civilidade. (Mouffe, 2005, p. 21)

Para se debater os temas educação e democracia, é preciso domínio de três subsídios indispensáveis e interdependentes, segundo Dewey(1959, p. 09) : formação intelectual e informação, educação moral e educação do comportamento.

A formação intelectual, da antiguidade até os dias atuais, relaciona-se com o desenvolvimento da capacidade de conhecer e analisar informações como instrumentos formadores da aptidão para a escolha e o julgamento. Preparar o cidadão através do domínio da informação e manuseio das mais diversas áreas do

conhecimento, a exemplo das artes e literatura, é essencial. A ausência de informações reforça desigualdades, promove injustiças e leva à segregação.

A educação moral atrela-se à didática dos valores republicanos e democráticos, que extrapola a apreensão intelectual e visa, acima de tudo, à consciência ética, elo entre sentimento e razão; em outras palavras, à união de corações e mentes.

A educação do comportamento tem como propósito desenvolver hábitos de tolerância frente às desigualdades, fomentar a colaboração ativa e a submissão do interesse particular ou do grupo ao interesse geral, além da prática do bem comum.

Para que se delineie, portanto, a democracia, a educação deve albergar elementos básicos da vida social e política, aliados à sólida formação ética.

Como comenta Canivez (1994, p. 60)

(...) enquanto governado, ter conhecimento de direitos e deveres e deles dar conta com escrupulo e inteligência - mas sim capacitar a todos para a posição de governante em potencial.

Nesse cenário, não há como abolir dos debates e das construções em grupo, as afinidades sociais compostas pelo poder. Ao negar as condições de poder e não poder como essenciais nas relações entre os cidadãos menospreza-se a grandeza política e engrandecem-se as esferas jurídica, econômica e moral, além de muitas outras que alternam essas relações. Não se impõe a supressão do poder, mas sim a mudança para que se equipare à democracia.

A prática da democracia jamais pode ser imposta, como se fosse doutrina oficial, mas sim, deve se firmar por meio de convicção, afinal, um dos principais valores da democracia é a liberdade individual, irrenunciável em favor de uma ou outra ideologia, mesmo se apresentada como redentora e nacional.

No Brasil, já na década de 40, Fernando de Azevedo afirmava;

(...) que uma educação democrática não poderia funcionar como um sistema de dominação de classe ou de partido no poder, como no caso dos regimes fascista ou comunista. Assim entendida, para Fernando de Azevedo a educação deveria visar a formação de cidadãos participantes, mas não "partidários"; e a função educacional do Estado nunca deveria ser de dominação, mas de *direção* (1964, p. 274).

Segundo Mouffe;

Não se trata de eliminar as paixões da esfera pública, de modo a tornar o consenso racional, mas de mobilizar tais paixões em prol de desígnios democráticos. (Mouffe, 2005, p. 21).

É necessário trazer os cidadãos para repovoar os espaços públicos, onde as argumentações e o discurso tragam novas perspectivas na política. É preciso ir além do definir termos e regras para que ocorra o debate. Deve-se definir como os termos e regras são empregados e acima de tudo devem-se conhecer os artifícios do poder.

Quais instituições estariam, portanto, aptas ao desenvolvimento do pensamento democrático e da própria democracia? A escola é com certeza uma das primeiras instituições habilitadas a esse trabalho, apesar da competitividade com outras organizações, a exemplo, principalmente, dos meios de comunicação em massa. Citem-se, ainda, outros ambientes propícios ao desenvolvimento da prática cidadã: partidos políticos, sindicatos, associações profissionais, movimentos sociais e instituições legais de democracia direta.

Não se pode, porém, perder de vista que o envolvimento dessas últimas organizações deve ser incentivado com extremo cuidado, pois o objetivo educacional deve ser a formação de seres livres e ativos e não homens partidários ou intolerantes.

Inconteste que democracia e educação estão altamente interligadas, pois a democracia necessita de uma educação que forme cidadãos democráticos. E a formação de cidadãos democráticos supõe a preexistência destes como educadores do povo, tanto no Estado quanto na sociedade civil. (Mougniotte, 1994).

Nesse cenário, quem educa os educadores? Encontra-se a resposta na própria formação desses educadores, que ocorre de maneira simultânea ao desenvolvimento das práticas democráticas.

Ainda, não se pode deixar de mencionar que o desenvolvimento democrático não se restringe a governos ou partidos políticos, mas integra a própria Constituição Brasileira, que estabelece comando para que seja incentivado e colocado em prática sem limitações de tempo ou atrelamento a determinados governos.

Cada qual irá se mobilizar segundo sua realidade e seus saberes, sopesados seus interesses em contraposição a determinada discussão ou conflito:

Esta prioridade das práticas produz uma transformação fundamental na relação entre os saberes em presença. A superioridade de um dado saber deixa de ser definida pelo nível de institucionalização e profissionalização desse saber para passar a ser definida pelo seu contributo pragmático para uma dada prática. Fica assim desativado um dos motores do fascismo epistemológico que tem caracterizado a relação da ciência moderna com outros saberes. Para certas práticas, a ciência será certamente determinante, tal como para outras será irrelevante ou até contraproducente. Esta deslocação pragmática das hierarquias entre saberes não elimina as polarizações entre os saberes, mas reduzi-las às que decorrem dos contributos práticos para a ação almejada. (Santos, 2008, p. 31)

É importante que as instituições possibilitem discordância e a elevação dos conflitos intrínsecos nas relações em sociedade e quem pode configurar este papel é o Legislativo.

O Legislativo proporciona na atual conjuntura do Estado e perante a sociedade, a ação privilegiada para acolher os debates coletivos causados pela disparidade de ideias e pela multiplicidade dos intérpretes sociais. A ampliação pela contemplação de direitos mais individualizados e a resistência à exclusão, tornaram os interesses fragmentados e apresentaram múltiplos caminhos e correntes dentro do domínio político.

Nesse contexto, os anseios por novos modelos de política fizeram com que o Legislativo começasse a empreender leis mais alinhadas aos propósitos dos cidadãos.

Principia o trabalho com os segmentos populares, que aproxima o governo da democracia direta e ajuda a suavizar, até certo ponto, as imperfeições e os riscos da democracia representativa.

Além da participação direta, os cidadãos brasileiros, em diversas áreas, têm utilizado os meios de comunicação em massa, como redes sociais, para demonstrar suas opiniões sobre a situação política.

Os cidadãos brasileiros, contudo, ainda possuem deficiência de conhecimento e compreensão sobre as estruturas das políticas públicas e como devem acompanhar, informar-se e participar das principais decisões sobre temas políticos relevantes.

Para que se quebre essa circunstância e se oportunize uma nova democracia, a Escola do Legislativo vem proporcionar conhecimento, com o efetivo desempenho da função de capacitação e educação cidadã. Por intermédio da Escola do Legislativo promove cursos à distância, seminários, palestras e projetos e se mostra valioso instrumento de fortalecimento da democracia.

Conforme explica Cosson (2008, p. 33),

“A função de promoção da democracia leva as escolas a estenderem suas atividades para a sociedade, localizando como parte de suas atribuições, para além da noção estrita de treinamento e desenvolvimento de servidores, a educação para a cidadania.”

“A função de produção de conhecimento sobre e para o Legislativo, por sua vez, encontra-se intrinsecamente associada ao trabalho junto aos servidores e à educação para a democracia.”

Em síntese, o incremento da consciência crítica depende do conviver diário com experiências e conexões em que haja autonomia na realização dos atos, e não apenas um pensar na teoria, pois corremos o risco disso tudo permanecer na abstração. Essas ponderações se apoiam na consideração democrática da vida social. Se confiamos que esta é a maneira mais válida de conviver em sociedade, torna-se imprescindível definir com lucidez o que se percebe por democracia.

2.3 - Escola e Família

Do século XIX até os dias atuais, a instituição familiar sofreu grandes mutações. A sociedade contemporânea, por exemplo, caracteriza-se por grandes alterações nas áreas da economia, da política e da cultura, com expressivo comprometimento das estruturas típicas da existência particular e social. Essas mutações refletem-se profundamente no seio familiar, desde a forma com que educamos os filhos até o posicionamento quanto ao provedor do sustento familiar.

Em um passado não muito longínquo, a formação familiar básica se constituía de pai, mãe e filhos. O pai era o esteio do sustento familiar e a mãe ficava pura e simplesmente responsável pelos afazeres domésticos e cuidados dos filhos. Era uma concepção familiar conhecida como patriarcal, os casamentos se realizavam como negócios e a união deveria ser eterna.

Ao longo das décadas, novos modelos de famílias vieram à tona, também consideradas famílias mosaicos. Hoje, a mulher participa do mercado de trabalho, circunstância que fez com que se tornasse um valioso recurso para provimento das necessidades familiares, às vezes, inclusive, o único.

O convívio com os filhos ficou mais escasso, o que acabou por afetar, em alguns aspectos, a educação dos menores, a qual, muitas vezes, foi delegada às escolas. Assim, os pais, em parte pela falta de tempo.

Coexistem, então, em nossa sociedade, diversos modelos de estrutura familiar, com modelos compostos por pais e/ou mães solteiros, viúvos, separados, além de pais e/ou mães com cônjuges do mesmo sexo. O casamento perdeu sua conotação negocial e, segundo novas legislações matrimoniais, as uniões religiosas entraram em declínio, diminuição que também atingiu o número de filhos por família.

Ressaltam-se grandes mudanças na instituição familiar, que, a despeito de quais sejam essas mutações, não podem ceifar o papel orientador da família, como estrutura apta à condução de valores culturais e à promoção de amostras para que os futuros cidadãos possam conviver em sociedade e sejam capazes de instituir relações sólidas e pautadas em franca equidade.

Afinal, a família, ou o que a substitui é o primeiro elo dos cidadãos com o mundo social e é a estrutura responsável por sua sobrevivência em sociedade, mantida sua higidez física e mentalmente. É natural que os filhos observem as posturas mantidas por seus pais e que as sigam e reproduzam ao longo de sua vida adulta.

Apesar disso, pelas razões já expostas, esse papel deixou de ser atribuído com exclusividade às unidades familiares, com repartição dessa tarefa também com instituições de outra natureza, a exemplo de creches, pré-escolas e escolas, independentemente de classe social.

Essas instituições acima, se tornaram a maior autoridade na intercessão entre cidadão e sociedade, inegavelmente transmissoras de cultura, valores éticos, morais, comportamento, socialização e ideais políticos. Desempenham trabalho voltado ao ensino profissional, à orientação sexual, à edificação de valores e ideais, ou seja, a vida na totalidade de suas facetas. Assim, é comum que, infelizmente, substituam a família.

Como diz Moreira (2001, p. 2):

São vários, aliás, os autores que realçam a ideia de que a relação escola-família constitui uma relação atravessada por relações de poder, na medida em que engloba a interação entre múltiplos actores sociais - actores com interesses particulares -, e na medida em que aponta para uma determinada relação entre o Estado e a sociedade civil. Ela constitui sempre uma relação que se prende com o tipo de sociedade em que se insere, logo uma relação, deste ponto de vista, potencialmente democratizadora. Ela pode, por exemplo, promover a articulação entre aspectos característicos de uma democracia representativa e os de uma democracia participativa.

Cenário em que ambas as instituições, familiar e escolar, precisam ser parceiras nesse novo modelo social.

De acordo com Silva (2005, p.12),

“A escola não deveria viver sem a família e nem a família deveria viver sem a escola. Uma depende da outra na tentativa de alcançar o maior objetivo, qual seja, o melhor futuro para o filho e educando e, automaticamente, para toda a sociedade.”

O debate sobre o papel da socialização na obtenção do conhecimento, sob o prisma das atitudes e do envolvimento político dos jovens, remete o pesquisador de imediato à conclusão de que a família e a instituição escolar são as instituições determinantes para a consolidação desse processo. Assim, invariavelmente, apresentam-se evidências de que as composições, fatos e procedimentos associados ao ambiente familiar e escolar têm implicações consideráveis na personalidade política do jovem e, em tempo futuro, na vida adulta.

Estudos revelam que o ambiente familiar e as escolas contribuem de forma incisiva e elucidam as diferentes atitudes, aptidão cognitiva e o empenho político dos jovens.

Assunto que se desenvolve entre essas duas pontes de forma diferenciada. Alguns pais são mais atualizados e interessados em relação à política, direitos e deveres, outros nem tanto. Da mesma forma que algumas escolas estão mais preparadas que outras sobre esses mesmos assuntos. Dessa maneira, quanto mais profícuo o debate sobre política, por pais e respectivas instituições escolares, mais os jovens adotarão comportamento participativo.

Infelizmente, o cenário apresenta-se distante do ideal, já que, na maioria das vezes, o amadurecimento quanto à participação na vida política do País, ocorre tardiamente. O cidadão politizado costuma ter tolerância a grupos diversos, a exemplo daqueles com opção sexual distinta da sua. Coloca em prática o respeito em relação a vários grupos étnicos e minorias. Esses jovens conseguem observar e praticar as religiões ou filosofias de vida e discutir sobre temas polêmicos como aborto, uso de drogas e bebidas, sem exaltações ou imposição da própria ideologia. Mesmo que ainda não haja estudos que confirmem irrefutavelmente essa constatação, Searing, Wright, Rabinowitz (1976, p.91) comentam:

(...) têm, continuamente, confirmado que os processos socializadores, nessa fase da vida, exercem um papel significativo na formação de atitudes estáveis e capazes de influenciar, no futuro, a direção de novas atitudes. Isso indica que, no caso das atitudes políticas, mecanismos bastante eficientes que geram efeitos tardios também estariam em ação.

Ressalte-se que a escola é como um microsistema da sociedade que conjectura as modificações contemporâneas e tem como uma de seus afazeres mais admiráveis, preparar alunos, professores e pais para conviverem, ultrapassarem obstáculos e contribuir para os procedimentos de desenvolvimento pleno do cidadão.

Dessen & Polônia (2005, p.27) destacam a função da escola no século XXI:

(...) estimular e fomentar o desenvolvimento em níveis físico, afetivo, moral, cognitivo, de personalidade; (b) desenvolver a consciência cidadã e a capacidade de intervenção no âmbito social; (c) promover uma aprendizagem de forma contínua, propiciando ao aluno, formas diversificadas de aprender e condições de inserção no mercado de trabalho.

Em face dessa conjectura, as experiências vindas do convívio familiar podem ser aplicadas como intercessores para a edificação dos conhecimentos científicos trabalhados na escola. Afinal, família e escola constituem as duas principais atmosferas de desenvolvimento humano nas sociedades ocidentais contemporâneas.

Dessen & Polônia (2005, p.29) comentam que;

Assim, é fundamental que sejam implementadas políticas que assegurem a aproximação entre os dois contextos, de maneira a reconhecer suas peculiaridades e também similaridades, sobretudo no tocante aos processos de desenvolvimento (...)

Envolver os contextos familiar e escolar, suas inter-relações, influência mútua e contribuições para o desenvolvimento humano é fator essencial para que se possa ampliar práticas pedagógicas que promovam o crescimento e as ações de permuta entre as pessoas e os ambientes pelos quais circunda. Compreender como estas conjunturas funcionam, as influências que lidam e desempenham nos cidadãos é fundamental na sociedade atual.

O trabalho educativo da Escola do Legislativo, procura tirar da zona de conforto as escolas e as famílias através da conscientização dos alunos sobre a política. A cada embate os alunos são levados conjecturar questões relevantes que podem influenciar a vida política de uma cidade , região ou país. A escola e a família suavemente são induzidas a participar dessa sociedade que vive em amplas mutações; muitas vezes imperceptíveis, mas que em sua composição faz muita diferença e um amadurecimento da sociedade.

A Escola do Legislativo, por meio de seus projetos educativos, pretende fazer com que os jovens, futuros cidadãos na acepção plena da palavra, possam ter uma vida ativa e se tornem indivíduos plenamente atuantes em seu meio social, esquecidos das apatias reinantes quanto à estrutura política da Nação.

Capítulo 3

Metodologia de investigação

Esta pesquisa visa a mostrar o papel das Escolas do Legislativo e, em especial, o trabalho desenvolvido pelo Programa “Vereador Mirim/ A Câmara vai à Escola”, para apresentá-lo como caminho para a cidadania e para o fortalecimento da democracia entre os jovens de nossas cidades e de nosso país, sem ignorar a explanação sobre os demais projetos.

Propõe igualmente a ponderação sobre a necessidade de que a comunidade atue no campo do poder legislativo, por meio do emprego de educação cidadã que incentive a formação política de nossos estudantes, principalmente na forma como encaram a atuação política. Busca ainda acentuar a importância da formação de servidores aptos à implementação dessas metas, cuja influência é imprescindível para atender aos objetivos traçados e manter-lhes a qualidade.

Assim para analisar o surgimento e o desenvolvimento dos trabalhos realizados pela Escola do Legislativo, o presente estudo formulou o problema de pesquisa vinculado ao caminho histórico percorrido por essa instituição, seus contextos e efeitos. Características que conduzem à abordagem exploratória da proposta.

Conforme Malhotra (2001,p.107),

Esse tipo de abordagem é adequado para aprofundar um problema ou situação e é eficiente maneira de prover critérios e compreensão sobre seu funcionamento.

Dessa forma, explorar o prodígio das Escolas do Legislativo significa embrenhar-se no conhecimento sobre seu percurso constitutivo, que se inicia nos contextos em que originadas as escolas e segue até os dias atuais, em que as escolas se estruturaram dentro das Casas Legislativas e ampliaram seus afazeres para a extensão educacional.

Acrescente-se que além do percurso histórico, outro aspecto importante são as opiniões sobre elementos diretamente envolvidos no trabalho da Escola do Legislativo.

Assim, a abordagem metodológica, que melhor se encaixa no atual estudo é a qualitativa, que segundo McDaniel e Gates (2003, p. 120);

Trabalha com pequenas amostras sem a preocupação com a extrapolação dos resultados para o universo pesquisado, mas com a possibilidade de obter mais informações e com maior profundidade sobre o fenômeno pesquisado.

Procura-se nesse sentido refletir essa trajetória da Escola do Legislativo e sua gênese em si. Berg (2001, p. 11) aponta que a pesquisa qualitativa busca respostas para seu problema de pesquisa, a partir do sentido produzido pela investigação de rituais, símbolos, regras e estruturas sociais, entre outros obtidos por meio de procedimento de coleta de dados.

O estilo teórico adotado na pesquisa norteará o modo como as pessoas serão analisadas e os resultados produzidos a partir desta abordagem. Flick (2004) aponta existirem “(...) várias abordagens de pesquisas que definem em suas suposições teóricas, no modo como compreendem seu objeto ou foco metodológico (p. 33). “Mas, reforça Berg (2001,p. 11) :

(...) isto não quer dizer que a pesquisa qualitativa seja desprovida de rigor metodológico, pelo contrário, ela deve buscar a sistematização e ter a capacidade de ser reproduzida por pesquisadores subsequentes.

A pesquisa consolida, portanto, uma consideração sobre a situação sociopolítica e como as Escolas do Legislativo empenham-se em exercer seus objetivos e sua fundamentação de criação. A pesquisa também pretende apresentar a organização e o funcionamento do Programa “Vereador Mirim/ A Câmara vai à Escola” de Pouso Alegre e demais programas que influenciam na formação do cidadão.

Segundo exposições anteriores, o objeto em que se baseia a presente análise é a Escola do Legislativo, sua ampliação e investimento na área educacional dos cidadãos, em vertente que se aprofunda ao longo da pesquisa.

Nesse aprofundamento teórico, faz-se necessário limitar-se a exposição a número mais restrito de Escolas do Legislativo, no caso, à Escola do Legislativo da cidade de Pouso Alegre - Minas Gerais - Brasil.

A baixa produção literária sobre o recorte do objeto em estudo, acrescida da ausência de hipótese de pesquisa segundo o modelo qualitativo adotado, torna o estudo de caso uma opção metodológica consistente, capaz de produzir indicadores e apontamentos do objeto em estudo que podem ser consolidados em hipóteses e parâmetros para pesquisas futuras. (Mariz, e tal, 2005, p. 10).

Assim, a abordagem requer intensa revisão teórica, não necessariamente regida exclusivamente pela unidade em foco, mas que aprecie a complexidade da conjuntura na qual a instituição alvo se insere.

Caracterização do estudo de caso

Godoy (1995, p.25) expressa que “O estudo de caso se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo o objeto é uma unidade que se analisa profundamente”.

Conforme apresentado anteriormente, o nosso objeto de estudo foca-se na Escola do Legislativo da cidade de Pouso Alegre – M.G. – Brasil tendo como recorte a parte da sua estrutura que desenvolve conjuntamente com as escolas deste município, dos se deseja uma pesquisa mais aprofundada.

A preferência pela pesquisa mais aprofundada cria a necessidade de explorar um determinado número de escolas. Como explica Mariz, e tal (2005, p. 04):

A baixa produção literária sobre o recorte do objeto em estudo, acrescida da ausência de hipótese de pesquisa segundo o modelo qualitativo adotado, tornam o estudo de um caso uma opção metodológica consistente, capaz de produzir indicadores

e apontamentos do objeto em estudo que podem ser consolidados em hipóteses e parâmetros para pesquisas futuras.

Conforme a conclusão de Alves - Mazzotti (2006, p. 650):

“(...) o estudo de caso qualitativo constitui uma investigação de uma unidade específica, situada em seu contexto, selecionada segundo critérios predeterminados e, utilizando múltiplas fontes de dados, que se propõe a oferecer uma visão holística do fenômeno estudado”.

Conforme Yin (2015, p.182) existem três pontos que favorecem a adoção da pesquisa de estudo de caso:

* **Questão de pesquisa tipo “como”**: Tal como adotada pelo presente estudo, possui uma característica explicativa do fenômeno em estudo.

* **Baixo controle do pesquisador**: Diferente dos experimentos, no estudo de caso, o pesquisador não controla o fenômeno em estudo. No caso da presente pesquisa não se possui qualquer controle sobre o processo de criação ou desenvolvimento da Escola do Legislativo local e seus projetos.

* **Conjunto de eventos contemporâneos**: Eventos ocorridos e encerrados no passado são mais adequados para a pesquisa histórica. O estudo de caso pressupõe que o assunto sobre observação e suas conjunturas são atuais. A Escola do legislativo citado nesta dissertação é um fenômeno contemporâneo no interior das organizações legislativas.

Um última condição essencial para a opção do método do estudo de caso é que nele “ o pesquisador deve também preocupar-se em mostrar a multiplicidade de dimensões presentes em uma determinada situação, uma vez que a realidade é sempre complexa” (Godoy, 1995, p.25).

Assim a relação da unidade investigada com as diversas forças que atuam em seu universo expressa não apenas a necessidade de se lançar mão de métodos variados para a coleta de dados, mas também de se posicionar e discutir continuamente o caso de literatura. Nesta acepção, o Estudo de Caso exige uma intensa revisão teórica, não necessariamente conduzida apenas a unidade sob análise, mas que supra a enredamento do contexto no qual a Escola do Legislativo esta inserida.

Yin (2015) divide o estudo do caso em dois segmentos: o **escopo** do caso que é a relação inseparável entre o fenômeno e seu contexto atual. Assim, o recente estudo considera o fato do surgimento e o desenvolvimento da Escola do Legislativo uma modernização e abertura de conscientização para o campo educacional, a fim de que a composição é analisada nesse contexto. Isto remete a segunda parte do estudo de caso que é a sua **característica**, seguindo múltiplas fontes de dados que concentram com base nas visões teóricas utilizadas.

Ao adotar o estudo de caso podemos analisar uma determinada situação ou instituição, como esta se desenvolve e quais as influencias futuras pode promover para uma sociedade.

Coleta de dados: documentos e entrevistas

Os dados examinados durante a execução dos trabalhos foram obtidos a partir de duas abordagens distintas. Primeiro, examinaram-se documentos legais, como resoluções, regulamentações e suas derivações, com o propósito de reconstruir a visão da história normativa da Escola do Legislativo, tanto em nível municipal, como estadual. Com esse propósito, abordou-se, exemplificativamente:

– Resolução n. 993, de 16 de novembro de 2004 – Criação do Programa Vereador Mirim/ Câmara vai à Escola;

– Portaria n. 42, de 17 de outubro de 2005 – Regulamentação do Programa Vereador Mirim/ Câmara vai à Escola;

– Resolução n. 1044, de 11 de dezembro de 2006 – Criação do Programa da Câmara Jovem;

– Resolução n. 1061, de maio de 2008 – Criação da Escola do Legislativo Professor Rômulo Coelho;

– Resolução n. 1127, de 16 de Novembro de 2010 – Criação da Academia Juvenil de Letras.

Essa documentação nos remete à história de uma escola singular, que evolui a cada ano de sua existência; como comenta Langeveld (1965, p. 4).

“Os estudos em educação (...) constituem uma «ciência prática», na medida em que não queremos apenas conhecer factos e compreender as relações em nome do saber, mas também pretendemos conhecer e compreender com o objetivo de sermos capazes de agir e agir «melhor» do que anteriormente”

A seguir, procedeu-se ao exame de dados colhidos nas entrevistas realizadas com gestores do corpo técnico-administrativo de escolas particulares e públicas, estaduais e municipais, atuantes no processo de desenvolvimento da Escola do Legislativo. Os gestores selecionados foram Udileia Castro – Diretora do Colégio CENEC, da rede particular de ensino, Zoraia Andreia do Carmo Silva, Diretora da Escola Municipal Dom

Otávio e Marcelo Cortez Visotto, Diretor da Escola Estadual Monsenhor José Paulino, ou seja, foram entrevistados três diretores com realidades diferentes. Cada gestor acima mencionado; partilha de níveis culturais e sócios econômicos diferentes. Assim poderemos observar o conhecimento e compreensão, as ideias e a prática dos ensinamentos da Escola do Legislativo no dia a dia dessas vivências.

A partir dessas entrevistas, foi possível traçar um parâmetro entre a influência dos temas cidadania e democracia, abordados pela escola, e a perspectiva a ser trabalhada, pois as três instituições acima citadas são de localidades diferentes na cidade e apresentam clientela de níveis socioculturais e financeiros também bastante diversificados. O principal objetivo era conhecer o desenvolvimento dos projetos da Escola do Legislativo dentro dessas escolas, a partir da intervenção dos Gestores (diretores). As entrevistas mantiveram a modalidade, a estrutura e as perguntas foram abertas, uma vez pretendido que os entrevistados expressassem livremente seu raciocínio na resolução das questões abordadas, com ênfase na sequência de pensamentos inerentes à gestão escolar.

Todas as entrevistas se estruturaram em relação verbal direta (frente a frente) entre entrevistador e entrevistado e os temas foram provocados pelo investigador. Nessas oportunidades, usamos guias, de forma a permitir e ampliar as impressões dos entrevistados, apesar de mantida a forma orientada. O ritmo da entrevista, com o conjunto de pontos a ser explorados, orientou o sentido das questões e diálogos, observados quatro momentos-chave, a saber: preliminares, início, corpo e da entrevista.

No primeiro momento (preliminares), colocou-se o interlocutor à vontade para vencer quaisquer apreensões, destacada a garantia da confidencialidade. Recordaram-se integralmente os objetivos da investigação e o papel do investigado. “Trata-se de agir de modo que o entrevistado se sinta associado à investigação e compreenda que o seu ponto de vista é importante” (Ruquoy, 1997, p. 111).

Para o início da entrevista, escolheu-se uma questão introdutória que aflorasse o tema central do trabalho. Durante o corpo da entrevista, surgiram todas as outras questões foco da abordagem, de forma a permitir ao entrevistado a estruturação de seu pensamento e respectiva exposição, sempre centrados no tema e evitados eventuais desvios.

No fim da entrevista, aproveitou-se para perguntar ao entrevistado se, em seu entender, não foram omitidos pontos importantes e/ou pertinentes à pesquisa, bem como se buscaram impressões sobre o desenvolvimento da entrevista e sensações experimentadas pelo entrevistado.

Com tais objetivos, o guia, previamente preparado, enfatizou tanto o cuidado ético e motivacional, quanto a seleção do local, explicação do tipo, finalidade da entrevista, confidencialidade, o tempo em que a mesma decorreria e o modo como os entrevistados poderiam contatar posteriormente o entrevistador para esclarecimentos de quaisquer dúvidas.

Assim, apresenta-se o guia das entrevistas realizadas:

| Tema A | Objetivos | Questões |
|---|--|---|
| Desenvolvimento da Cidadania e a Democracia | Descrever a intervenção do Gestor(a) junto aos seus alunos para transmissão dos saberes da Cidadania e da Democracia no ambiente escola. | <p>Como um Gestor(a) pode influenciar os alunos participantes dos projetos Câmara Mirim e Câmara Jovem da Escola do Legislativo?</p> <p>Quais as atividades que alunos participantes dos projetos Câmara Mirim e Câmara Jovem da Escola do Legislativo, praticam para desenvolver a cidadania no ambiente escolar?</p> <p>Quais as atividades que alunos participantes dos projetos Câmara Mirim e Câmara Jovem da Escola do Legislativo, praticam para desenvolver a democracia no ambiente escolar?</p> |
| Tema B | Objetivos | Questões |
| Divulgação dos projetos e respectiva Legislação | Conhecer o acesso da comunidade escolar, sobre os programas da Escola do Legislativo | <p>Como divulga os projetos da escola do Legislativo junto dos seus alunos?</p> <p>Como Gestor(a) que atividades que você promove para que seus alunos participe dos</p> |

| | | |
|--|---|---|
| | | <p>projetos Câmara Mirim e Câmara Jovem da Escola do Legislativo?</p> <p>Como é que a escola apoia os projetos da escola do Legislativo?</p> <p>Como é que os alunos , incentivam a comunidade local a colocar em prática os ensinamentos dos estudos?</p> |
| <p>Tema C</p> <p>Reuniões na Escola do Legislativo</p> | <p>Objetivos</p> <p>Analisar formas de encontro entre diferentes participantes nos projetos</p> <p>Avaliar percepções sobre a Escola do Legislativo</p> | <p>Questões</p> <p>Como Gestor(a) já participou de uma reunião dos projetos Câmara Mirim e Câmara Jovem da Escola do Legislativo?</p> <p>Participou de palestras promovidas pela Escola do Legislativo? Qual ou quais?</p> <p>Ocorreu em alguns dessas ocasiões, a oportunidade de questionar ou opinar sobre a Escola do Legislativo?</p> <p>Qual sua opinião sobre a Escola do Legislativo?</p> |
| <p>Tema D</p> <p>Inovações através dos projetos da Escola do Legislativo</p> | <p>Objetivos</p> <p>Apresentar as inovações que influenciaram Pouso Alegre-M.G, através os projetos da Escola do Legislativo</p> | <p>Questões</p> <p>No seu ponto de vista, os projetos Câmara Mirim e Câmara Jovem da Escola do Legislativo, trouxeram quais inovações para a educação de Pouso Alegre - M.G.?</p> |

Nota: A transcrição das entrevistas com os Gestores encontra-se no anexo 2.

Conhecer todo o trabalho desenvolvido com os alunos dentro e fora da Escola do Legislativo e suas particularidades escolares diárias é de grande relevância, pois aprimoramos esse olhar singular para as novas atitudes de cidadãos que irão liderar o futuro.

Dessa forma, propõe-se a construção de uma relação pedagógica onde impere a ajuda e o estímulo à autonomia em construção, a partir de uma plataforma de confiança e respeito. Como refere González (2002), “a afetividade é percebida como uma componente imprescindível para o desenvolvimento emocional equilibrado das crianças e dos jovens” (p. 105).

Ao longo do estudo, com o propósito de recolher informações relativas ao ponto de vista dos discentes envolvidos nos projetos e assim complementar as informações recolhidas, imprescindíveis ao trabalho desenvolvido, foram realizadas pequenas entrevistas com alunos que participam como representantes das escolas nos projetos da Escola do Legislativo.

Às entrevistas seguiu-se a observação, que fornece elementos reveladores acerca do entendimento que as pessoas têm acerca do que acontece (nem sempre o que realmente houve), daí ser usual considerar que a observação e a entrevista se complementam.

A observação permite a contextualização de comportamentos e de perspectivas, considerando que “observar é selecionar informação pertinente, através dos órgãos sensoriais e com recurso à teoria e à metodologia científica, a fim de poder descrever, interpretar” (Carmo & Ferreira, 1998, p. 97).

As entrevistas dos alunos Jady Araújo, Artur Alexandre e Felipe Kallas expõem sua participação nos projetos da Escola do Legislativo e foram realizadas pelo meio de comunicação escolhido pela própria escola citada, a exemplo do blog das instituições. Essas entrevistas também mantiveram a modalidade e a estrutura, com perguntas abertas, já que a finalidade era expor o ponto de vista dos alunos participantes e seu amadurecimento em relação a todo trabalho desenvolvido pela Escola do Legislativo e, assim, traçar conclusões sobre como os projetos influenciaram a vida diária e as metas futuras dos estudantes.

Assim, apresenta-se o guia das entrevistas realizadas:

| | | |
|--|---|--|
| Tema A | Objetivos | Questões |
| Desenvolvimento da Cidadania e a Democracia | Descrever a influência da Escola Legislativo na vida dos estudantes | Como os projetos da Escola do Legislativo pode influenciar a sua vida? |
| Tema B | Objetivos | Questões |
| Divulgação dos projetos e conhecimentos da Escola do Legislativo | Conhecer o legado que a Escola do Legislativo deixou na vida dos alunos | O que você compreendeu e aprendeu durante a sua participação na Escola do Legislativo? |

Nota: A transcrição da entrevista dos alunos participantes está no anexo 3.

Capítulo 4 –

Apresentação e análise de dados

Feitas as entrevistas e as observações, faz-se necessário descobrir as relações entre os fatos observados, as posições assumidas nas entrevistas e entre estas e as observações. Nesse contexto, todos os dados recolhidos e registrados têm pouco significado até serem analisados e interpretados. O trabalho do investigador consiste, portanto, em procurar e descobrir semelhanças e diferenças, modelos significativos.

Como declara Quivy (1998, p. 227);

“O lugar ocupado pela análise de conteúdo na investigação social é cada vez maior, nomeadamente porque oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações (...) que apresentam um certo grau de profundidade e complexidade”

A análise de dados tem como finalidade principal a construção de um esquema de inteligibilidade dos campos concretos estudados. A operação básica de análise qualitativa dos dados consiste em descobrir «categorias», isto é, classes pertinentes de ações, pessoas e acontecimentos. Depois, são definidas as suas propriedades específicas e constrói-se um conjunto de relações entre as classes.

Segundo os teóricos da análise de conteúdo como Bardin; esta nos permite;

“a ultrapassagem da incerteza” e o “enriquecimento da leitura: se um olhar imediato, espontâneo, é já fecundo, não poderá uma leitura atenta, aumentar a produtividade e a pertinência?” (1977, p. 29).

A análise de conteúdo é uma;

(...)“técnica de investigação que permite fazer uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tendo por objetivo a sua interpretação” (Berelson, citado por Carmo e Ferreira, 1998, p. 251).

As fases da análise de conteúdo são três, a saber: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (Bardin, 1977, p. 95).

A primeira fase, a pré-análise, corresponde à organização, a um período de intuições, mas tem por objetivo sistematizar as ideias iniciais. As grandes missões desta fase são a formulação de hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final. Dentro desta fase, a primeira atividade é a leitura «flutuante», estabelecer o contato com os documentos a analisar e deixar-se evadir das impressões e orientações. Gradualmente, vão surgindo hipóteses, projeções de teorias sobre o material.

A fase da exploração do material, a mais longa e detalhista, consiste na administração das opções tomadas decorrentes da primeira fase.

No passo seguinte, o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos. É necessário enquadrar a análise dentro de um quadro teórico. Tratar o material é codificá-lo, transformando os dados brutos do texto permitindo uma representação do conteúdo.

Todos os dados relevantes, objeto de análise, serão registrados de forma textual. Os documentos e entrevistas estarão cronologicamente constituídos e estruturados, de modo que cada evento histórico proeminente no processo de criação da Escola do Legislativo seja amparado por, ao menos, um destes esboços de dados.

4. 1 -Escola do Legislativo – dados contextuais

Atualmente, os trabalhos da Escola do Legislativo compõem um sistema de ensino, pertinente ao Legislativo, que compreende órgãos do Senado, da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União, de 23 (vinte e três) das 27 (vinte e sete) Assembleias Estaduais e Câmara Distrital e um número cada vez maior de Câmaras Municipais e de tribunais de contas estaduais.

A articulação desse sistema é promovida nacionalmente pela Associação Brasileira de Escolas do Legislativo, concretizadas suas metas em 2 (dois) encontros anuais.

Na trajetória que dá origem ao sistema, sem desconhecer que há registros de atividades educacionais anteriores ao Parlamento brasileiro, a primeira Escola do Legislativo surge em 1992, mais precisamente na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Após sua efetiva instalação, essa primeira escola conjuga, em um mesmo órgão, ações de apoio ao funcionamento e capacitação dos servidores e de concretização de atividades pedagógicas voltadas para unir Legislativo e sociedade, principalmente em relação à comunidade escolar. A duplicidade do trabalho *a priori* passaria posteriormente a prevalecer na maioria das Escolas do Legislativo.

Em maio de 2003, 20 (vinte) Assembleias Legislativas se reúnem em Brasília – Distrito Federal – Brasil, com o propósito de fundarem uma associação de abrangência nacional. Neste ano já havia 11 (onze) escolas formadas e 7 (sete) instaladas. Surge a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (Abel), que passa a representar as Assembleias e, por sua vez, organizar objetivos importantes para que os trabalhos ocorram harmoniosamente, dentre os quais, o fomento à cooperação entre as escolas com os propósitos de fortalecimento do sistema e ampliação de novas escolas, tanto em nível estadual quanto municipal.

Na medida de sua representatividade, os participantes da Abel decidem estender os conceitos da Associação, para registrar:

Todas as instituições mantidas, ou legalmente vinculadas ao Poder Legislativo, que tenham como finalidade básica a

formação, capacitação e o desenvolvimento dos recursos humanos alocados nas respectivas Casas Legislativas.

(Associação, 2003).

Torna-se imperioso, então, conferir legalidade às Escolas, tornando-se premente a necessidade de organizá-las em espaços apropriados para proficiente funcionamento. Isso porque, até então, as escolas praticavam suas atividades em espaços físicos como plenários e auditórios da própria Assembleia Legislativa ou em uma parte específica destes locais, somente algumas vezes em prédio próprio.

Paralelamente à localização físico-predial, surgem outros fatores importantes no ordenamento dessas escolas enquanto instituições de ensino, a exemplo: da necessidade de edificação de regras de organização e funcionamento especificadas em um regime interno coeso; das possibilidades financeiras representadas pela estatuição de valores orçamentários; das concepções educacionais e meios para programá-las em um projeto político-pedagógico sustentável.

Outro item relevante diz respeito ao orçamento e à autonomia financeira dos respectivos centros de estudos, já que a maioria desses locais depende do orçamento da Assembleia Legislativa, muitas vezes atrelado apenas a uma previsão setorial de gastos.

Além dos aspectos financeiros, o esquadramento das respectivas estruturas administrativas conduz à análise das necessidades inerentes à atividade educacional e às escolas em si mesmas, que impescindem de salas de aula, regimentos, orçamentos e projetos pedagógicos compatíveis, além de adequada distribuição dos funcionários, alguns alocados em funções estratégicas nessa estrutura institucional. Nesse aspecto, a composição funcional da Escola do Legislativo baseia-se em funcionários internos, vindos das próprias Assembleias ou Câmaras Municipais, e externos, que são contratados. Os contratados colaboram para profissionalização adequada das Assembleias, já que muitos atuam especificamente na área da educação. Hoje, as escolas se baseiam em dois modelos: as com a presença de deputados e vereadores e as que funcionam com ausência destes.

Na instituição que é administrada por parlamentares, há deputados e vereadores ocupando cargos de presidentes e vice-presidentes e os demais funcionários dividem-se em cargos de diretores ou coordenadores. Os parlamentares articulam as ações da escola junto à administração central e praticam atos de representação interna e externa do órgão como, por exemplo, lançamento de cursos, assinatura de acordos e entrega de certificados. Já o funcionário que se investe do cargo de diretor planeja e executa o cotidiano da escola.

Essa junção de competências “políticas” e “administrativo-pedagógicas” tem a intenção de facilitar os trabalhos desenvolvidos pela Escola e fomentar o intercâmbio da mesa diretora com outras áreas da Assembleia.

Na instituição comandada pelos funcionários, sejam eles efetivos ou contratados, há certa temeridade em se perder espaço político e administrativo, já que se pode considerá-la apenas mais um setor burocrático das Assembleias ou das Câmaras, as quais competirão por orçamento e dotações as mais diversas possíveis, a exemplo da busca por mais funcionários. Apesar desse cenário inicialmente desfavorável, o modelo apresenta vantagens, tais como, a instituição servir e pertencer ao Parlamento, mas não ficar dependente de parlamentares, além de constância administrativa para o desenvolvimento das atividades fins. O modelo traz consigo ainda alicerces à escola, que favorecem ações em longo prazo e solidificam o papel institucional. Mesmo com essa independência, os parlamentares participam das atividades da Escola, já que há deputados e vereadores nos conselhos escolares. O presidente da Assembleia ou da Câmara, um deputado ou vereador da mesa diretora costumam ainda representar a instituição, principalmente em eventos externos. A maioria das Escolas Legislativas de Minas Gerais adota esse último modelo.

Seja qual for o modelo escolhido, a Escola do Legislativo se organiza em gerências intermediárias e secretaria. As gerências, também chamadas coordenações, cuidam da área administrativa e da área pedagógica, enquanto a secretaria faz os registros documentais necessários, como, aliás, em toda instituição de ensino. Caso eventualmente exista uma terceira gerência, o trabalho desta ficará afeto às propostas pedagógicas direcionadas para a comunidade externa. Esse trabalho pode ser denominado de coordenação de projetos especiais.

As escolas também possuem conselhos escolares ou similares, divididos em três categorias: a) conselho restrito formado pelos administradores da escola; b) conselho médio formado pelos administradores da escola, pelo grupo de administração central da assembleia ou pelo corpo discente; c) conselho amplo, formado pelos gerentes da escola, parlamentares, administração central, discentes, docentes e possivelmente por um sindicato dos funcionários. Por envolver uma estrutura mais democrática, a maioria das escolas prefere o último tipo de conselho. A análise dos estatutos desses conselhos revela que a maioria é deliberativa, não consultiva, em que mais uma vez se percebe o intuito de edificação de um órgão que prima por ser democrático e responsável por suas deliberações.

4.1.2 - Objetivos da Escola do Legislativo

O objetivo precípua da Escola consiste em proporcionar a funcionários e parlamentares formação escolar para complementação ou avanço de nível em suas competências.

O segundo objetivo da escola envolve treinamento e formação na área de recursos humanos, ou seja, volta-se à qualificação dos funcionários desde competências básicas até atividades complexas, como assessoria e consultoria.

O terceiro objetivo diz respeito à cultura de conhecimento, através de pesquisa direcionada aos trabalhos do legislativo ou pesquisa acadêmica em parceria com entidades científicas e educacionais.

O quarto objetivo trata de adaptação e abrangência de funcionários e parlamentares ao funcionamento e missão do Legislativo, que poderão, inclusive, matricular-se em cursos à distância.

O próximo objetivo, talvez um dos mais importantes para o Legislativo, é o de promover interação social mais direcionada ao público escolar, a fim de que haja qualificação e formação de lideranças comunitárias e políticas.

Há também o fim de proporcionar o intercâmbio de informações e experiências sobre o Legislativo com instituições públicas ou privadas.

Outro objetivo é o da divulgação dos trabalhos realizados pela escola para a comunidade a fim de promover ponderações sobre a realidade política brasileira.

E por fim, tem-se a meta relativa ao incentivo constante de assessoria à Escola do Legislativo.

Os oito objetivos aqui apresentados regularizam as partes administrativas e pedagógicas da Escola do Legislativo. Esses objetivos se dividem em três situações estratégicas voltadas à: a) capacitação dos funcionários com o intuito de formação escolar, treinamento e desenvolvimento; b) estratégia, cultura e exposição de conhecimento sobre o Legislativo; c) e, talvez a de maior relevância, interação do Legislativo com a sociedade para expandir e concretizar os ideais democráticos.

Cabe ressaltar que os cursos de qualificação do legislativo não são exclusivos para os funcionários, uma vez que disponíveis a toda a sociedade.

4.1.3 - Escola do Legislativo: competências

Após descrição pormenorizada dos trabalhos afetos a essa Escola, o trabalho retorna à pergunta inicial: quais competências lhe são conferidas?

Constata-se que a Escola do Legislativo é, antes de tudo, “escola” e não mero setor de recursos humanos expandidos ou renomeado. Sua estrutura transcende a simples configuração escolar — sala de aula, cursos, diretor, conselhos, discentes internos e externos, docentes —, para encontrar um conjunto de apoio jurídico-institucional, a exemplo de regimentos internos e projetos pedagógicos de ampla abrangência.

Observa-se que os planejamentos da escola correspondem, simultaneamente, à demanda histórica e a currículos da administração contemporânea.

Assim a Escola do Legislativo fomenta e viabiliza, tanto a efetivos quanto a contratados, competências técnicas necessárias para atuação no Parlamento e nas Câmaras, promovendo duplo avanço: profissionalização institucional e modernização dos serviços públicos.

Em contato com a sociedade, que tem a oportunidade de explorar e conhecer o Legislativo, oportuniza-se a compreensão das ações políticas, hoje fragmentadas. Não há como se negar que a imagem pública consolidada do Legislativo é que este apenas legisla a seu favor. Com as ações da Escola do Legislativo, almeja-se desconstruir essa visão, para que se alcance o verdadeiro papel da instituição, consolidando-o. A partir do momento em que a sociedade compreende esse mister, acredita-se que automaticamente o próprio Legislativo implantará uma nova agenda de discussões, vocacionada ao fortalecimento da ação legislativa, à fiscalização e à democratização otimizada de suas próprias atuações. Já que entre os poderes Legislativo, Judiciário e o Executivo, com certeza, o primeiro é o mais acessível aos cidadãos.

Devido à imagem altamente desgastada, a Escola do Legislativo procura resgatá-la atuando por meio de intervenções diretas, que têm como destinatária a sociedade e se concretizam através de projetos educativos. Confira-se:

Aqui é importante compreender que as ações de educação para a democracia são necessárias não porque a imagem do Parlamento seja negativa ou porque nosso sistema político não funciona como em outros países como se desejaria, mas simplesmente porque, em primeiro lugar, trata-se de educação, ou seja, uma ação permanente de aprendizagem e depois, porque a democracia não é algo acabado e pronto; ao contrário, a democracia, como mostra a história de suas vicissitudes, reconstrói-se e precisa ser repensada de acordo com cada sociedade. (Dahal, 2001,p.100)

Deste modo, a educação para a democracia ou para a cidadania política tão almejada finalmente encontrou pouso em lugar próprio, ou seja, na Escola do Legislativo:

Quem lamentar a desmotivação política, a crescente falta de senso comunitário e a desertificação social do sistema de vida, não deveria calar a respeito da educação política. E quem quiser calar a respeito da educação política, não deveria fazer exigências de democratização, pleitear por engajamento da sociedade civil e cobrar mais oportunidade de participação. (Kersting, 2003, p. 111).

Inegável, portanto, que a motivação e a preocupação de que a Escola do Legislativo deva fazer parte de uma educação para a democracia ou a promoção da cidadania política está na mente de vários parlamentares.

Espera-se, portanto, que a sociedade brasileira possa realmente amadurecer e refletir sobre o verdadeiro — e crucial — papel do Legislativo.

4.1.4 -Criação da Escola do Legislativo de Pouso Alegre – Minas Gerais

Localizada na Av. São Francisco, n. 320, bairro Primavera, na cidade de Pouso Alegre, Minas Gerais, Brasil, a Escola do Legislativo de Pouso Alegre, criada pela Resolução n.

1061, em maio de 2008, encontra-se instalada nas repartições públicas da Câmara Municipal dessa cidade.

Desde o ano de 2004, porém, por meio do Programa “Vereador Mirim/ A Câmara vai à Escola”, previsto na Resolução n. 993 de 16 de novembro de 2004 e regulamentada pela Portaria n. 42, de 17 de outubro de 2005, trabalha-se, com jovens estudantes do Ensino Fundamental do 6º ao 9º anos, os ideais da educação cidadã. O Programa fomenta a ligação entre as Escolas e a Câmara Municipal, com o propósito de que os alunos compreendam o verdadeiro papel do Legislativo e sua atuação no contexto social. Desde então, foram mais 400 (quatrocentos) alunos despertados para a importância do conhecimento político. Devido ao sucesso e repercussão da Câmara Mirim, criou-se, em 11 de dezembro 2006 pela Resolução n. 1044 a Câmara Jovem, projeto voltado aos alunos do Ensino Médio, também com o intuito de promover vivência real da prática democrática.

Posteriormente, com olhar voltado para a cultura e a literatura, foi criada, em 16 de novembro de 2010, conforme Resolução n. 1127, a Academia Juvenil de Letras, a fim de proporcionar sabedoria e conhecimento literário. O propósito consolidou-se no lançamento do livro: “Escrevo, logo existo”, em que se publicaram poesias de 27 (vinte e sete) alunos — Acadêmicos Juvenis. Em 2013, novo livro deu continuidade ao tema anterior e se chamou “Escrevo, logo existo II - Chapeuzinho vermelho de todas as cores”, em que se também trabalhou poesias.

A participação da Escola do Legislativo foi tão expressiva que rompeu as fronteiras do Sul de Minas, com trabalhos expostos na ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em Belo Horizonte, através do programa Parlamento Jovem, com a participação de jovens estudantes do ensino médio. Neste último, o tema foi “Educação Cidadã” e as propostas de Pouso Alegre foram destacadas pelos Deputados Estaduais.

A ELPA (Escola do Legislativo de Pouso Alegre) em parceria com a ALMG (Assembleia Legislativa de Minas Gerais) recebeu, então, pela segunda vez, a Exposição Itinerante com o tema: “É você que faz Política”. A mostra teve o objetivo de demonstrar à população a importância da participação popular na política e, principalmente, o poder do voto. Dentre as atividades da Escola, destaca-se a “Gincana do Saber”, em sua sexta edição e que, em 2015, regionalizou com a participação de 25 (vinte e cinco) municípios.

Por sua vez, a Escola do Legislativo Professor Rômulo Coelho oferece formação e capacitação para a sociedade civil, propósito concretizado através de cursos de libras, oratória, segurança no trabalho, atendimento ao público e orçamento público. Além de capacitar servidores, estagiários, assessores parlamentares e vereadores, foram mais de 30 (trinta) cursos ofertados através do “Programa Interlegis”, dos quais se destacam: Desenvolvimento de Competências Gerenciais, Monitoramento de Políticas Públicas, Licitações e Contratos, Organização de Gabinete Parlamentar, Introdução ao Orçamento e A Lei de Responsabilidade Fiscal.

Indubitável, portanto, que a difusão da política e da educação cidadã na sociedade é fundamental para a existência das Escolas do Legislativo, na medida em que desenvolve trabalhos em diversas diretrizes, abrange servidores públicos, sociedade civil e jovens estudantes do ensino fundamental e médio, fortalece o Poder Legislativo, valoriza a participação popular e diminui a distância entre representantes e representados.

4.1.5 - A Experiência da Escola do Legislativo de Pouso Alegre – MG

A Escola do Legislativo de Pouso Alegre, Minas Gerais, Brasil, é exemplo nacional e modelo no desenvolvimento de projetos que englobam todos os seguimentos visados, conforme aprofundamento a seguir no tocante a seu desenvolvimento, seus resultados e o impacto no poder legislativo, na democracia e na cidadania. Conforme afirma Arroyo (2002, p. 79),

O verdadeiro processo de formação e constituição do cidadão se dá no espaço pedagógico, pela luta da cidadania, pelo legítimo e pelos direitos. A educação não é uma precondição da democracia e da participação, mas é parte, fruto e expressão do processo de sua constituição.

A propósito de se destacar os planos de consecução da educação para a cidadania, apresentam-se os projetos da Câmara Pré-Mirim, Câmara Mirim, Câmara Jovem, Parlamento Jovem, Academia Juvenil de Letras, Câmara Universitária, Câmara do Idoso, cursos técnicos para a formação parlamentar e a sociedade civil e a Constituição em Miúdos, todos desenvolvidos pela Escola do Legislativo de Pouso Alegre,

denominada Escola do Legislativo Professor Rômulo Coelho, cuja responsabilidade técnica está a cargo de sua Diretora, Maria do Carmo Freitas Macedo, também conhecida como Madu Macedo, e de seus assessores.

4.1.6 - O Trabalho do Diretor da Escola do Legislativo

A Câmara Municipal de Pouso Alegre possui funcionários efetivos e contratados. Para desenvolver o trabalho da Escola do Legislativo, a funcionária efetiva Madu Macedo foi convidada pelo Vereador e Presidente da Câmara, senhor Antônio Theodoro Mendes, e pelo Vereador André Antunes, para promover esse relevante trabalho.

Após escrutínio da realidade vivenciada pelos destinatários dos respectivos projetos, Madu Macedo inicia seus trabalhos com alunos do ensino fundamental da cidade em 2004. A ponte entre a Escola do Legislativo e o Programa Vereador Mirim/ Câmara vai à Escola não foi fácil, pois as escolas ainda não haviam percebido a importância deste trabalho. Hoje, contudo, a situação é bem diferente e se percebem claramente as diferenças e a aceitação, após a ampliação dos inúmeros projetos preparados e aplicados pela Escola.

O trabalho de Madu Macedo direciona-se à elaboração e coordenação de todos os trabalhos desenvolvidos pela Escola do Legislativo, tanto para projetos da rede de ensino municipal, quanto regional e nacional. Além desse trabalho, compete também à Diretora promover cursos para os funcionários da Câmara Municipal, voltados a treinamentos sobre legislação, orçamento e demais assuntos pertinentes ao tema. No desenvolvimento dessa proposta, a Escola do Legislativo dispõe de dois a três assessores.

O trabalho desenvolvido pela Escola do Legislativo de Pouso Alegre/MG ultrapassa fronteiras, a exemplo da participação na Conferência Internacional de Inovação e Gestão (ICMI), realizada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. No seminário, apresentou-se o artigo científico intitulado “A urgência da formação cidadã e política de jovens à sustentabilidade de cidades inovadoras na pós-modernidade: um relato da Escola do Legislativo de Pouso Alegre- MG”. O trabalho realizado pela Câmara em conjunto com estudantes da cidade, foi apresentado a pesquisadores e estudiosos da China, Holanda, Japão e Brasil.

No ano de 2007, o Programa “Vereador Mirim / A Câmara vai à Escola” foi ampliado para oito cidades da região do Sul de Minas e, hoje, já ganhou proporções estadual e nacional.

4. 1. 7 - Projetos desenvolvidos para a educação cidadã de jovens

Programa Vereador Mirim/A Câmara vai à Escola

O “Programa Vereador Mirim/A Câmara vai à Escola”, criado pela Resolução n. 993/2004 e regulamentado pela Portaria n. 42, de 17 de outubro de 2005, tem como objetivo geral promover a interação entre a Câmara Municipal de Pouso Alegre/MG e as escolas do município, a fim de que os estudantes destinatários da iniciativa compreendam o papel do Legislativo Municipal dentro do contexto social em que vivem, para que, dessa forma, contribuam para a formação de sua própria cidadania e dominem com segurança os aspectos políticos da sociedade brasileira.

Para que o trabalho seja desenvolvido, a Escola do Legislativo envia convite a todas as escolas do município. A partir desse momento, as escolas realizam eleições internas e escolhem representantes para participar dos eventos na Câmara Municipal, que envolverão vários eventos e abrangerão temas importantes, além de debates e entrevistas.

Mas o trabalho não acaba, pois, além do executivo, os vereadores mirins terão a missão de difundir, em suas escolas, o aprendizado adquirido na Escola do Legislativo.

Tabela nº 01 Quadro síntese do projeto: “Programa Vereador Mirim/A Câmara vai à Escola”

| “Programa Vereador Mirim/A Câmara vai à Escola” | |
|---|---|
| Início do projeto | 2005 |
| Tempo de duração | Mandato de 2 anos |
| Faixa etária | A partir do 6º ao 9º ano. Alunos com até 16 anos. |
| Escolas participantes | Escolas Municipais, Escolas Estaduais, Escolas particulares e a Escola Profissionalizante. ¹ |
| Cidades | Pouso Alegre – Minas Gerais. |

| | |
|--------------------|---|
| participantes | |
| Objetivo principal | Promover a interação entre a Câmara Municipal de Pouso Alegre/MG e as escolas do município para desenvolver a democracia e a cidadania. |
| Observações | Criado pela Resolução n. 993/2004 e regulamentado pela Portaria nº. 42, de 17 de outubro de 2005. |

1- São as seguintes: CAIC Drº. Carlos F. Brandão, E. M. Dom Otávio, CIEM Profª Maria Barbosa, E. M. Profª. Clarice Toledo, CIEM Anita Faria Amaral, CAIC Drº Leovigildo M. Barros, CAIC Anathália de Lourdes Camanducaia, E.M Profª Jandyra Tosta de Souza, E. M. Vasconcelos Costa, CIEM Profª Isabel Coutinho Galvão, E. M Josefa Torres, E.M. PIO XII, E.M Drº Ângelo Consoli, E. M. Anita Faria Amaral e CAIC Antônio Mariosa.

Escolas Estaduais: E.E.Profª Maria P. Fernandes, E. E. Drº Vinícius Meyer, E. E. Presidente Arthur C. Silva, E.E. Presidente Bernardes, E.E. Drº José Marques. de Oliveira, E.E. Ana Augusta de Garcia Faria, E.E. Profª Geraldina Tosta e E. E. Monsenhor José Paulino.

Escolas particulares, aderiram Colégio João Paulo, Colégio São José, Colégio Ápice, Colégio Objetivo, CNEC Pitágoras.

Escola Profissionalizante Delfim Moreira

Gincana do Saber

Gincana do Saber consiste em trabalho voltado ao desenvolvimento de temas de interesse na formação política e cidadã dos estudantes por meio de aulas sobre o assunto e exploração de material específico sobre a temática, objeto de apostilas, cartilhas e/ou livros. Este projeto se iniciou em 2008.

Apresenta periodicidade bienal e se intercala com o “Grande Debate”, em que são abordados vários temas simultaneamente. O tema escolhido desenvolve-se em sistema de parceria com instituições que possuem afinidade com o assunto. Nesse evento, trabalham-se e aprofundam-se estudos sobre temas polêmicos do cenário político nacional e de interesse geral da sociedade. Esses temas são sugeridos pela Escola do Legislativo aos participantes, que também apresentam outros temas polêmicos que gostariam de levar a debate.

Nesse cenário, buscam a valorização e desenvolvimento da autopercepção do jovem que, ao sair de sua realidade (autocentrada e ego-narcisística), experimenta a sensação de pertencimento e de fortalecimento na experiência societária.

Tabela nº 02 Quadro síntese do projeto: Gincana do saber

| Gincana do saber | |
|-----------------------|---|
| Início do projeto | 2008 |
| Tempo de duração | Bienal intercalando com o Grande Debate |
| Faixa etária | Idem a Câmara Mirim |
| Escolas participantes | Idem a Câmara Mirim ² |
| Cidades participantes | Desde 2015 várias as cidades. |
| Objetivo principal | Aproximar o jovem do tema que está sendo trabalhado, sempre de forma dinâmica e divertida. |
| Observações | Os participantes da Câmara Mirim e da Câmara Jovem vencedores da Gincana do Saber representam a cidade no Grande Debate Regional. |

Quadro 2

2- As cidades são as seguintes: Andradas, Borda da Mata, Cachoeira de Minas, Cambuí, Carmo do Rio Claro, Carvalhópolis, Córrego do Bom Jesus, Elói Mendes, Estiva, Guaxupé, Inconfidentes, Machado, Monte Sião, Nova Serrana, Ouro Fino, Paraguaçu, Paraisópolis, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Santa Rita de Caldas, São Lourenço, São Sebastião do Paraíso, Três Corações, Três Pontas e Varginha.

Câmara Jovem

A Câmara Jovem foi criada voltada para a atuação dos estudantes do ensino médio. Surgiu do anseio de que os vereadores mirins pudessem participar continuamente dos projetos de educação cidadã proporcionados pela Escola do Legislativo.

Baseada na democracia, busca colaborar com todos aqueles que sonham com uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna, comprometidos com a proteção do meio ambiente e com o desenvolvimento da Cidadania. Objetiva, então, propiciar aos jovens estudantes do ensino médio um espaço para a reflexão sobre o papel do Poder do Legislativo e a importância da participação política na sociedade democrática, para o que estimulam o seu envolvimento em situações práticas de pesquisa, debate, negociação e realização de escolhas no contexto do Legislativo. A principal atividade da Câmara Jovem é o aprofundamento em temas de relevância do município, investigado por meio de reuniões, encontros com as autoridades da área e outras formas de pesquisas sobre as diversas matérias, entre elas, meio ambiente, saúde, educação, mobilidade urbana, segurança pública e outros.

Depois de realizados os estudos sobre os temas, os Vereadores Jovens apresentam os trabalhos no plenário da Câmara Municipal de Pouso Alegre para a população em geral e para os vereadores, que podem acatar as sugestões e dar início a projetos de leis.

Tabela nº 03 Quadro síntese do projeto: Câmara Jovem

| Câmara Jovem | |
|-----------------------|--|
| Início do projeto | 2006 |
| Tempo de duração | Segundo semestre de cada ano |
| Faixa etária | Abrange os 1º, 2º e 3º anos do ensino médio, cujos estudantes deverão ter até 18 (dezoito) anos de idade. |
| Escolas participantes | As escolas participantes que possuem o Ensino Médio. ³ |
| Cidades participantes | Pouso Alegre - Minas Gerais |
| Objetivo principal | Propiciar aos jovens estudantes do ensino médio um espaço para a reflexão sobre o papel do Poder do Legislativo e a importância da participação política na sociedade democrática. |
| Observações | |

| | |
|--|--|
| | Criada pela Resolução n. 1044/2006, de 11 de dezembro de 2006, e regulamentada pela Portaria n. 27, de 12 de maio de 2008. |
|--|--|

Quadro 3

3 - São as seguintes: E.E. Monsenhor José Paulino, E.E. Profª Mariana Pereira Fernandes, E. E. Arthur da Costa e Silva, E.E. Profª Geraldina Tosta, E.E. Ana Augusta Garcia de Faria, E.E. Virgília Pascoal, E.E. Vinícius Meyer, E. E. Presidente Bernardes, E.E José Marques de Oliveira, E. M. Antônio Mariosa, Colégio Fênix, Colégio Anglo, Colégio Ápice, Colégio CNEC, Colégio Skema 10, Colégio Bandeirantes Fernão Dias, Colégio Objetivo, Colégio São José e Instituto Federal do Sul de Minas.

Os melhores alunos representam a cidade no Parlamento Jovem de Minas, projeto desenvolvido pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Parlamento Jovem

Segundo fonte oficial da Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o Parlamento Jovem de Minas é projeto de formação política, destinado a estudantes dos ensinos médio e superior dos municípios mineiros. Cria para esses jovens a oportunidade de conhecer melhor a política e os instrumentos de participação no Poder Legislativo Municipal e Estadual.

O projeto existe desde 2004 e surgiu por iniciativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), por meio da Escola do Legislativo (ELE), da PUC Minas, do Instituto de Ciências Sociais (ICS) e da Pró-reitoria de Extensão (Proex).

A cada ano, um tema de relevância social e do interesse dos jovens é trabalhado por meio de diversas atividades de estudo, debates e deliberação. A responsabilidade do estudante participante é significativa, pois deve participar das atividades desenvolvidas ao longo do projeto: reuniões, pesquisas, visitas, palestras e outras ações definidas pela coordenação ou sugeridas pelos próprios estudantes. Deve elaborar propostas de ações relacionadas ao tema e debatê-las nas plenárias municipal, regional e estadual. Esse trabalho tenta impulsionar os novos cidadãos para uma nova visão sobre política e cidadania.

Tabela nº 04 Quadro síntese do projeto: Parlamento Jovem

| Parlamento Jovem | |
|-----------------------|---|
| Início do projeto | 2004 |
| Tempo de duração | Anual |
| Faixa etária | A partir dos 16 anos |
| Escolas participantes | Escolas do ensino Médio e Universidades 4 |
| Cidades participantes | Várias |
| Objetivo principal | Criar mecanismos para os jovens conhecerem melhor a política e os instrumentos de participação no Poder Legislativo Municipal e Estadual na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. |
| Observações | No ano de 2014, o projeto ganhou a etapa regional, intermediária entre a municipal e a estadual. |

Quadro 4

4- Cidades: Belo Horizonte, Betim, Ouro Preto, Ressaquinha, Divinópolis, Nova Serrana, Pains, Itabira, João Monlevade, São Gonçalo do Rio Abaixo, Capelinha, Itamarandiba, Janaúba, Montes Claros, Carvalhópolis, Extrema, Itajubá, Machado, Monte Sião, Ouro Fino, Pouso Alegre, Santa Rita de Caldas, São Lourenço, Três Pontas, Guaxupé, Poços de Caldas, São Sebastião do Paraíso, Conceição das Alagoas, Iturama, Uberaba, Uberlândia, Unai, Juiz de Fora, Leopoldina, Matias Barbosa, Santos Dumont, Viçosa e Visconde do Rio Branco.

Câmara Pré-Mirim

Indubitável que o exercício da cidadania deve ser estimulado cada vez mais entre as crianças, sendo hábito a ser adquirido desde a tenra idade, a fim de que se consolidem a cultura da participação política e a missão cidadã. Com esse propósito, no ano de 2015, a Escola do Legislativo de Pouso Alegre criou a Câmara Pré-Mirim, destinada às crianças do ensino fundamental I, quando participaram 13 (treze) escolas da rede de ensino de Pouso Alegre, dentre instituições de ensino municipais, estaduais e particulares.

O principal objetivo é fazer com que as crianças analisem a cidade em que vivem e pensem em questões relevantes para o dia-a-dia de seus habitantes e proponham soluções para boa convivência e harmonia social. Afinal, é imperioso que, desde cedo, demonstrem preocupação responsável com os problemas políticos que assolam seu bairro, cidade, estado e, até mesmo, seu país.

Com o fim de concretizar esse propósito, o mais importante é valorizar a participação do público infantil e criar espaços para ouvi-lo. Como se trata de crianças ainda no ensino fundamental, o mais importante é conhecer suas opiniões, para efetivamente despertá-las para a participação cidadã desde essa tenra idade. Para isso, a mobilização na escola inclui nesse processo de formação os pais e a comunidade, que acompanham de perto as atividades realizadas pela escola com relação aos temas propostos, acompanhando-as durante a pesquisa, nos seminários e na exposição dos trabalhos, que sempre é desenvolvido com muita dedicação pelas crianças.

Tabela nº 05 Quadro síntese do projeto: Câmara Pré-Mirim

| Câmara Pré-Mirim | |
|-----------------------|--|
| Início do projeto | 2015 |
| Tempo de duração | Anual |
| Faixa etária | De 06 a 11 anos. |
| Escolas participantes | Todas do Município |
| Cidades participantes | A cidade de Pouso Alegre- Minas Gerais |
| Objetivo principal | Fazer com que as crianças olhem para a cidade e pensem em questões relevantes para dia-a-dia de seus habitantes, propondo soluções para boa convivência e harmonia social. |

| | |
|-------------|--|
| Observações | O trabalho é feito ao longo dos anos e é apresentado no final do ano os trabalhos para as comissões de vereadores da Câmara Municipal de Pouso Alegre, por meio de teatro, música, explicação do tema, sugestão de propostas, ideias, conclusões, exposição das pesquisas realizadas, dentre outros. |
|-------------|--|

Quadro 5

Câmara do Idoso

A Câmara do Idoso foi também criada em 2015, cujos membros fazem suas apresentações juntamente com as turmas da pré Câmara Mirim.

O propósito é que o vereador ouça e interaja com a visão dos dois polos: das crianças e dos idosos. A convocação para participação na Câmara do Idoso realiza-se por meio de contato com os principais grupos de idosos da cidade e os encontros realizam-se às quartas-feiras na Câmara Municipal de Pouso Alegre.

Inegável que a maior contribuição dos idosos é a experiência de vida. Daí, na efetivação de seus direitos na sociedade, consolida-se o objetivo precípua do programa que é evidenciar o papel protagonista que podem exercer na formulação de políticas públicas.

Afinal, a participação cidadã exige atuação de cidadãos de todas as idades e de todos aqueles dispostos a contribuir para as demandas e melhorias impostas pela sociedade.

Tabela nº 06 Quadro síntese do projeto: Câmara do Idoso

| Câmara do Idoso | |
|-----------------------|--|
| Início do projeto | 2015 |
| Tempo de duração | Anual |
| Faixa etária | A partir de 65 anos |
| Cidades participantes | Pouso Alegre – Minas Gerais |
| Objetivo principal | O objetivo é evidenciar o papel protagonista que os idosos podem exercer na formulação de políticas públicas. |
| Observações | No mesmo dia que a Câmara Pré-Mirim realiza sua apresentação, os membros da Câmara do Idoso também fazem suas apresentações. O propósito é que o vereador ouça e interaja com a visão dos dois polos: das crianças e dos idosos. |

Quadro 6

Academia Juvenil de Letras

As emoções suscitadas pelas obras literárias levam ao refinamento da moral. Na consecução desse objetivo, busca-se despertar o interesse de alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio para a leitura e produção de textos em prosa e verso e promover o intenso contato do jovem com a literatura, sempre com o fim de inseri-los na vida social e cultural de sua comunidade.

A seleção dos alunos é feita, então, mediante concurso de redação. Uma vez escolhidos os acadêmicos juvenis, os eleitos assistem a aulas de literatura, história e psicologia. Ao longo do ano, realizam várias atividades, dentre oficinas, dinâmicas e aulas extras sobre temas de seu interesse. Nesse projeto, envolvem-se mais de 200 (duzentos) estudantes.

Ao longo dos anos, as produções literárias dos jovens escritores, inclusive, culminaram com o lançamento de dois livros.

Apresenta-se bastante didático no que tange à aplicação de gêneros literários, pois, para cada estilo realiza-se uma oficina, com enfoque à abordagem das características do gênero literário e do texto produzido pelo acadêmico juvenil.

Tabela nº 07 Quadro síntese do projeto: Academia Juvenil de Letras

| | Academia Juvenil de Letras |
|-----------------------|--|
| Início do projeto | 2010 |
| Tempo de duração | Anual |
| Faixa etária | A partir dos 11 anos até 18 anos |
| Escolas participantes | As escolas do Município de Pouso Alegre – Minas Gerais |
| Cidades participantes | Pouso Alegre – Minas Gerais |
| Objetivo principal | Desenvolver a sensibilidade dos jovens por meio da arte e da literatura, sob olhar voltado às situações políticas e sociais e motivação direcionada a ações voltadas à mudança e transformação. |
| Observações | Com o passar dos anos, as produções literárias dos jovens escritores, inclusive, culminaram com o lançamento de dois livros: “Escrevo, logo existo I” e “Escrevo, logo existo II: Chapeuzinho Vermelho de todas as cores.” |

Quadro 7

Constituição em Miúdos

O domínio dos ideais concretizados na Constituição Federal é de extrema importância para a vida do cidadão, pois é a partir de sua efetiva compreensão que se materializam direitos e deveres, de modo a possibilitar participação ativa nas decisões políticas.

A linguagem da Constituição Federal é considerada difícil para compreensão da população, sobretudo a alunos do ensino fundamental II. Com a finalidade, portanto, de facilitar o entendimento do texto constitucional e aproximar os jovens de seu conteúdo e despertá-los para a efetiva participação política, nasceu a Constituição em Miúdos. Como objetivo principal, o trabalho busca proporcionar aos jovens, entre 12 (doze) e 15 (quinze) anos, contato com os temas abordados na Constituição Federal, em linguagem simples e acessível e, dessa maneira, propiciar uma séria reflexão sobre as garantias constitucionais e a realidade enfrentada por esses jovens, além de despertar seu interesse e provocá-los a uma posição mais crítica e mais atuante.

Assim, a Constituição em Miúdos nasceu da pretensão de atingir a todos os estudantes do Brasil, com distribuição pelo Senado Federal para todas as escolas, a fim de ser trabalhada na nova disciplina — Constitucional —, implantada na grade curricular.

A Constituição em Miúdos fomenta a consolidação entre os jovens da educação para a cidadania consciente e para a atuação social, além de possibilitar que atuem como indivíduos responsáveis e aptos a deliberar sobre o futuro de sua Nação.

Tabela nº 08 Quadro síntese do projeto: Constituição em Miúdos

| Constituição em Miúdos | |
|------------------------|--|
| Início do projeto | 2014 |
| Tempo de duração | Anual |
| Faixa etária | Para alunos de 12 a 15 anos. |
| Escolas participantes | As escolas do Município de Pouso Alegre – Minas Gerais |
| Cidades participantes | Todas que participam na Gincana do Saber Regional |
| Objetivo principal | Proporcionar aos jovens, contato com os temas abordados na Constituição Federal do Brasil, em linguagem simples e acessível e, dessa maneira, propiciar uma séria reflexão sobre as garantias constitucionais e a realidade enfrentada por esses jovens, para despertar seu interesse e provocá-los a uma posição mais crítica e mais atuante. |
| | A Constituição em Miúdos nasceu da pretensão de atingir |

| | |
|-------------|---|
| Observações | a todos os estudantes do Brasil, com aprovação e distribuição pelo Senado Federal de nosso país para todas as escolas, a fim de ser trabalhada na nova disciplina — Constitucional —, implantada na grade curricular. |
|-------------|---|

Quadro 8

4.2 - Entrevistas com os Gestores

Na primeira parte da entrevista, realizada com gestores de escolas públicas e privadas, o objetivo foi descrever a intervenção do (as) gestor (as) junto a seus alunos para transmissão dos saberes da Cidadania e da Democracia no ambiente escolar.

E a primeira pergunta que se fez aos entrevistados foi: Como um(a) Gestor(a) pode influenciar os alunos participantes dos projetos Câmara Mirim e Câmara Jovem da Escola do Legislativo?

Na análise das respostas a esse questionamento, percebem-se diferentes pontos de vista. Segundo a Diretora Udileia, “toda escola deve ser pautada na pedagogia de projetos”, principal caminho para trabalho do tema.

Igualmente interessante, o ponto de vista exposto pela Diretora Zoraia, que vê na proposta de estudos da Escola do Legislativo, uma forma de ampliar horizontes, pois “... a partir de um encontro inicial, acompanhado pela orientadora educacional, os alunos passam a de fato entender a importância de se ter voz ativa na escola e de se buscar a efetiva participação social. E é assim que se planta o embrião dos ideais da escola cidadã”.

Para o Diretor Marcelo, o trabalho, realizado por discentes e jovens é relevante, mas não se pode deixar de realizar análises críticas, muito além da proposta ofertada aos cidadãos. Sob tal premissa, o dirigente destaca a importância de se realizar debates sobre a Escola do Legislativo, a exemplo de ponderações sobre “Que tipo de política eles fazem? Política partidária?”; “O que mostram os meios de comunicação e como os discentes absorvem conceitos massificados?”

Menciona o profissional ainda que, sem o propósito de desrespeitar a seus idealizadores, que os projetos da Escola do Legislativo devem ir muito além de mostrar acordos e fazer apologia à política conservadora, à política mecânica de determinismo. Deve extrapolar o conceito de "legislar" como forma de obter resultados sociais. Porque se a proposta se limitar a tais mecanicismos, será muito negativa. Se, ao contrário, os mentores se mantiverem abertos e preocupados em tornar seus discentes ativistas sociais realmente críticos, questionadores das informações que recebem, será muito positiva. O professor termina, então, por concluir que, nos dias atuais, contudo, "não vê essa proposta". Percebe-se que a visão do diretor é bastante incisiva quanto à importância de se formar nos estudantes raciocínio social crítico, que os prepare para além do óbvio.

Em um segundo tópico, os entrevistados foram questionados sobre quais atividades os alunos participantes dos projetos da Câmara Mirim e Câmara Jovem da Escola do Legislativo praticam para desenvolver a cidadania no ambiente escolar.

Como destacado pela Diretora Udileia, há todo um trabalho que busca envolvimento diário da escola para desenvolver as práticas, com abrangência em todas as atividades normais do dia a dia escolar, de forma que os temas sejam naturalmente desenvolvidos e tornem o ambiente escolar mais prazeroso. Destaca que os jovens devem vivenciar diariamente essa experiência e, conseqüentemente, os projetos envolvidos.

Em sentido convergente, complementa a Diretora Zoraia que: "Esses são projetos que de fato envolvem cidadania, a exemplo daqueles que se voltam a atividades sociais e que têm como foco a solidariedade, a autoestima, a organização e reorganização do espaço escolar. Enfim, atividades que elevam a autoestima do aluno e ao mesmo tempo fazem com que possam agir no meio social de forma cidadã."

Para essa pergunta, Diretor Marcelo novamente destaca fatos da realidade escolar por ele vivenciada e faz relevantes críticas ao sistema educacional atual e à forma com que propostas novas são apresentadas a profissionais e aluno. Comenta: "Os espaços que os alunos têm na escola hoje – e eu não falo só no Monsenhor, mas em toda a rede; sem generalizar, na grande maioria das escolas – é bem limitado. Na verdade, eles são silenciados por um sistema, por uma cultura escolar de currículos dados, limitados a disciplinas, matérias e avaliações. Então, você tem um espaço pequeno e quando abre esse espaço surge na escola algum corpo representativo, a exemplo dos grêmios. Só

que os grêmios perderam toda sua influência, chegando a não se ter a instituição na escola. O Monsenhor hoje conseguiu para a gestão 2017 e 2018. Nós incentivamos a criação do grêmio, a partir do qual é feito o contato com a Câmara do Legislativo Jovem. Os resultados serão vistos e analisados no futuro”.

A entrevista passa a desenvolver-se sobre a perspectiva do conceito Democracia. Pergunta-se: “Quais atividades alunos participantes dos projetos da Câmara Mirim e Câmara Jovem da Escola do Legislativo praticam para desenvolver a democracia no ambiente escolar?”

Os entrevistados, de maneira geral, destacam a formação de ideais democráticos como um dos pilares do Projeto e enfatizam a necessidade de que se fortaleça nos jovens de todo o país.

Ao ser questionado sobre esse assunto e sobre quais práticas desenvolve na escola que administra, Diretora Udileia assinala a atuação conjunta do grêmio estudantil e a Câmara Jovem, já que os meninos participam de ambos simultaneamente. Narra que foram realizados debates sobre posturas em sala de aula, com enfoque no tema e que foram inseridas no regimento escolar normas direcionadas à realização da Democracia. A diretora enfatiza a força advinda do regimento escolar da instituição de ensino, eficiente meio de coesão.

Diretora Zoraia, por sua vez, acredita que: “A democracia propriamente dita se desenvolve a partir do momento em que cada aluno é respeitado, ouvido e passa a exercer o poder que lhe é conferido. A partir dessa postura, são montados projetos baseados em autonomia e liberdade em que os discentes são naturalmente levados a opinar e levar à comunidade suas ideias”. Termina por destacar a importância do trabalho com a comunidade, para que as novas gerações possam compreender e exercer democracia diferenciada.

O segundo tema das entrevistas tinham como objetivo conhecer o acesso da comunidade escolar aos programas da Escola do Legislativo.

Assim a primeira questão relacionava-se com a divulgação dos projetos da Escola do Legislativo junto aos alunos.

As respostas a essa pergunta evidenciaram formas bastante diversas de apresentação dos projetos. A Diretora Udileia comenta que os integrantes da Escola do Legislativo

vêm à escola e fazem toda a apresentação. Cita que hoje em dia é bem natural que os próprios alunos participantes da Câmara Jovem convidem os demais à apresentação dos trabalhos e todos participem espontaneamente.

Outra forma de deixar escola, alunos e comunidade a par dos trabalhos é como menciona Diretora Zoraia, para quem “os projetos geralmente são destacados no quadro mural da escola que fica no pátio. Tanto os eventos como os projetos em que atuam, quanto seu funcionamento e desenvolvimento, além das datas e horários de reuniões.” Os folders conclamam a comunidade para participar. A entrevistada acredita que, dessa forma, todos os envolvidos na comunidade escolar ficam cientes do trabalho da Escola do Legislativo.

O Diretor Marcelo, como iniciante em sua gestão, ainda espera a visita da Escola do Legislativo. Para ele, “O Legislativo deve vir à escola para se reunir com o grupo de alunos e, claro, com os supervisores. A partir daí, elaborar-se-á um plano de metas e um projeto sobre o que se poderia ou não fazer.” Afinal, é crucial mostrar à juventude que há “uma luz no fim do túnel”, para que se tornem jovens ativos, que não recebem notícias e simplesmente as aceitam.

Os entrevistados foram perguntados sobre quais atividades, na condição de gestores, promovem para que seus alunos participem dos mencionados projetos.

Também se apura haver mobilizações de diferentes maneiras. Diretora Udileia, por exemplo, comenta que a promoção do trabalho pelos gestores não precisa ser grande, pois os próprios alunos participantes conseguem atingir os demais, mostrando-lhes os resultados positivos, o que incentiva todos a participar.

Já Diretora Zoraia entende que o incentivo aos jovens necessita ser mais incisivo, já que “a escola é grande e o trabalho, direcionado.” Cita realizar um levantamento “sobre os alunos com maiores aptidões ou os que precisem melhorar a autoestima”.

Diretor Marcelo, por não ter acesso à Escola do Legislativo, pensa de forma diferente e posiciona-se no sentido de que esse tipo de institucionalização tem resultado pouco efetivo. Relata o profissional: “Hoje eu trabalho com a juventude, só que coletivamente, nos movimentos de cultura popular ou de educação popular, estudados pelas academias desde 2008. Assim, em Pouso Alegre, há vários órgãos coletivos formados por jovens que poderiam estar na Câmara Jovem, mas não estão... por quê? Qual é a

proposta do Legislativo para essa juventude a não ser uma proposta conservadora? Eu e um grupo de professores temos um cursinho voluntário, todos os sábados, desde o ano passado, das 8h da manhã às 17h da tarde. Nesses cursinhos mantemos um círculo de conversa com os alunos, temos oficinas. A proposta para 2017 é que esse cursinho se instale aqui no Monsenhor, já que até o ano passado era na Escola Presidente Bernardes. Os movimentos que ocorrem ali na Praça João Pinheiro entre a juventude do RIP ROP, os movimentos negros, os movimentos GLT, movimentos feministas. A Câmara sabe disso? O Legislativo sabe disso? Eu, sinceramente, duvido que saibam.”

Enfoca-se, a seguir, a forma como a escola apoia os projetos da Escola do Legislativo.

Os entrevistados concordam que o apoio tem que ser mútuo para atingir os objetivos. Diretora Udileia, por exemplo, relata haver parceria saudável entre ambas as instituições. Cita que “apoia cada ação desenvolvida, em autêntica parceria.” Menciona que os integrantes do Projeto começam na instituição e vêm à escola e o que é desenvolvido na escola também é repassado para lá. Destaca a relação de amizade e parceria, formada por apoio mútuo constante, em que professores e diretores participam das reuniões e acompanham cada passo dos alunos. Finaliza por mencionar haver sempre um representante da escola com os discentes.

De forma talvez mais tímida, Diretora Zoraia informa que a escola apoia como possível. Cita a importância da articulação realizada pela orientadora educacional, que trabalha conforme as demandas surgem sempre de forma participativa, opinativa e de modo a cumprir todas as propostas trazidas pela Escola do Legislativo.

Por fim, Diretor Marcelo salienta que não tem como opinar, pois não há ainda representantes de sua escola nesse projeto e ressalta: “Eu não tenho um trabalho, eu não tenho um projeto. A Escola do Legislativo nunca me trouxe um projeto, o que eu vou apoiar?” O Diretor novamente faz algumas objeções, quando destaca: “Não vou fazer publicidade, já que tenho uma crítica ao Legislativo municipal: ele é conservador, só tem uma mulher no Legislativo hoje (se refere à Vereadora Mariléia e última gestora da Escola Estadual Monsenhor José Paulino), que é formado por 14 homens e uma mulher. Qual a imagem que isso traz à juventude?”.

Nessa parte do trabalho não se pode deixar de destacar a relevância dos questionamentos apresentados pelo Diretor Marcelo, afinal, a juventude brasileira precisa, de fato, de amparo e visão crítica para não se perder.

Formula-se a quarta pergunta, com o propósito de se demonstrar como os alunos incentivam a comunidade local a colocar em prática os ensinamentos dos estudos.

Diretora Udileia comenta que a transmissão do que se aprendeu se inicia “principalmente nas reuniões de pais, em que os alunos sempre estão presentes, em reuniões periódicas com a comunidade, nas Assembleias, conselhos de classe ou conselhos de professores.” Em todas essas oportunidades, os alunos mostram o trabalho desenvolvido, tanto pela comunidade CENEC, quanto pela comunidade do Legislativo.

Diretora Zoraia destaca que sempre tenta levar o trabalho e seus frutos para além dos muros da escola. Declara que os alunos “ensinam de forma prática”. Cita como exemplo significativo para compreender como ajudam e como desenvolvem o projeto, a arrecadação de produtos para o Natal dos idosos. Menciona que, em participação expressiva, os alunos arrecadam materiais, levam ao asilo e tiram fotos, que são colocadas em murais. A mensagem é o exercício da cidadania, a prática de valores que a família e a escola desenvolvem juntas: respeito, solidariedade e o amor ao próximo. A diretora ressalta que os alunos gostam de aplicar o que a Escola do Legislativo os ensina.

Há trabalhos que trazem a comunidade para dentro da escola, como no caso da escola do Diretor Marcelo, que ressalta “a interação entre a comunidade e a escola se amplia nas datas festivas do calendário escolar, em maior integração com os movimentos de jovens, já mencionados”. O gestor menciona seu desejo de que esses movimentos se ampliem em oficinas de dança, oficinas de teatro, oficinas de música, com o cursinho popular voltado para o ENEM. Propostas que, de fato, integram comunidade e escola.

A entrevista passa, então, a sua terceira etapa, em que se enfocam os meios de encontro entre os diferentes participantes dos projetos e traçam-se perspectivas avaliatórias do Projeto.

Pergunta-se a cada um dos diretores: Como Gestor (a), você já participou de uma reunião dos projetos Câmara Mirim e Câmara Jovem da Escola do Legislativo?

Nessa parte, os gestores destacam a escassez de tempo para participação direta em todas as atividades, mas enfatizam sempre haver um representante da administração nos eventos e acompanhamento pessoal sempre que possível.

Diretora Udileia comenta que toda sua equipe participa das reuniões. Afinal, somente assim os participantes podem melhor elaborar e conduzir os projetos dentro da comunidade escolar. Já Zoraia declara que participou apenas uma vez da reunião na Escola do Legislativo e que gostaria de envolver-se mais vezes para se inteirar dos trabalhos. Marcelo, por sua vez, ressalta que não recebeu convite ainda, mas espera recebê-lo.

Todos ressaltam a importância dessa participação, como forma de incentivar aos alunos e também ajudá-los a interpretar melhor toda a conjuntura do trabalho.

Questiona-se aos participantes da entrevista se acompanharam palestras promovidas pela Escola do Legislativo e pede-se que as citem, se positiva a resposta.

Diretora Udileia ressalta que procura sempre participar e auxiliar os alunos atuantes e faz questão de mencionar que acompanhou diversos projetos: “Todas. Houve um momento da Escola do Legislativo com a Câmara Mirim, com a Câmara Jovem e com a Câmara do idoso para falar das leis do trânsito. Levamos nossos alunos e foi um debate intenso. Depois participamos do debate da cartilha que virou projeto. Nós participamos do momento voltado à consciência de eleição. Participamos do projeto levado para Belo Horizonte (capital do Estado de Minas Gerais), da escolha do tema para os próximos anos.”

Os demais entrevistados citam que não participaram diretamente das palestras.

Uma vez que os demais diretores registram não terem participado das palestras promovidas, pergunta-se à Diretora Udileia se em algumas dessas ocasiões houve abertura para questionamento e opiniões sobre a Escola do Legislativo.

A Diretora informa que sempre houve amplo espaço para o debate, principalmente por parte da Escola do Legislativo, cujos integrantes, desde o começo, buscaram saber a opinião dos representantes da comunidade escolar sobre o trabalho, sobretudo como forma de melhorá-lo. Afirma que: “Eles são muito abertos, principalmente a Madu. Quando ela começou, quando ela “sonhou” o projeto, ela dialogou de forma aberta,

queria saber o que a gente pensava sobre a proposta, então foi muito positivo. Sempre tivemos essa opinião na escola”.

Diretora Zoraia salienta a preocupação em participar e se lembra de, na verdade, ter participado de um evento. Registra, então, que, naquela oportunidade, pôde realmente fazer alguns questionamentos, inteirar-se sobre as questões postas. Termina por ponderar que: “é pouco, porque a gente tem que estar sempre junto ao órgão. Afinal de contas, é um trabalho que é feito lá e aqui ao mesmo tempo, então se a gente não se inteirar o trabalho não se desenvolve tão bem como deveria”.

Pede-se aos gestores que opinem sobre a Escola do Legislativo.

Udileia ressalta que a relevância desse tipo de trabalho, principalmente nos dias atuais, em que política se confunde com politicagem. A gestora destaca que: “É o que precisamos hoje, precisamos acreditar nesse debate, nesses estudos, porque só transformaremos a partir do momento em que nos conscientizarmos. Acredito que temos que trabalhar sim a política, no geral. Não a politicagem. Realmente necessitamos debater e muito.”

Diretora Zoraia também destaca a importância da Escola do Legislativo, porque traz uma nova visão de mundo ao aluno e comenta: “Acho muito importante a Escola do Legislativo, porque traz uma outra visão ao aluno, que passa a ter conhecimento prático. Sobre a cultura propriamente dita, abre um leque muito grande no desenvolvimento do estudante”.

Marcelo refere ainda não ter uma opinião formada sobre o tema.

A entrevista chega a termo, com um último tema cujo objetivo é o destaque das inovações que influenciaram Pouso Alegre, através dos projetos da Escola do Legislativo, pergunta-se: “Em seu ponto de vista, os projetos Câmara Mirim e Câmara Jovem da Escola do Legislativo trouxeram quais inovações para a educação de Pouso Alegre?”

A Diretora Udileia destaca opinião pessoal sobre a maior inovação do Projeto: “A reflexão, a principal foi essa: a reflexão. A busca por identificar e acolher meninos de classes sociais mais desfavorecidas e integrá-los com outros de outras esferas e demonstrar que o pensamento é único. Que ele não é dividido, que o saber não está

dividido em classes. Acho então que essa foi a maior inovação que a Câmara Mirim e a Câmara Jovem trouxeram para Pouso Alegre”.

A Diretora Zoraia assevera que a Escola do Legislativo trouxe para os alunos a noção de cidadania: “A Proposta trouxe abertura e deu voz aos alunos, que passaram a ter maiores noções de cidadania. Noções que não podem partir só de dentro da escola, porque o aluno começa a enxergar isso como utopia. A partir do momento que se abre o leque social para que ele possa de fato atuar, ele começa a entender que realmente existem oportunidades importantes e que vale a pena interferir na dinâmica social. Cidadania trabalhada exclusivamente dentro da escola se torna utópica”.

Diretor Marcelo apregoa as dificuldades em se responder a essa questão, mas observa que: “O que eu ainda vejo em Pouso Alegre é que é uma cidade que tenta mudar. Espero que essa administração de hoje melhore a cidade, que convoque a juventude para atuação conjunta, já que a juventude é parte essencial do processo pedagógico de criação, de urbanização”. O profissional finaliza por dizer que. “Há um tempo para tudo e estamos carentes por algo novo e por um tempo que nos ajude a florescer ideias. Acredito que a Escola do Legislativo tente dar novas esperanças e trará novos tempos.”

4.3 - Análise da Entrevista dos Gestores

O questionamento aos gestores deixa clara a importância do trabalho da Escola do Legislativo, como se desenvolve dentro da escola, mas também nos remete como poderia atingir melhor aos alunos e qual realmente a importância desse trabalho.

A análise mostra ainda o incentivo que as escolas promovem para que os alunos atinjam os objetivos dos programas e como entrelaçá-los nos trabalhos desenvolvidos. Com o passar dos anos percebe-se que os alunos se afastaram da política e que a cultura política não é incentivada pelas escolas. Pelo contrário, houve uma acomodação, já que antigamente os Grêmios estudantis eram muito procurados e incentivados; hoje em dia, não mais.

Com as respostas à terceira fica claro quais os temas desenvolvidos dentro das escolas, que se voltam a atividades sociais e que têm como objetivo a solidariedade, a autoestima, a organização e reorganização do espaço escolar. Enfim, atividades que

elevam a autoestima do aluno e ao mesmo tempo fazem com que possam agir no meio social de forma cidadã. O importante é procurar ampliar esses temas.

E ainda na primeira parte da entrevista, a democracia não podia ficar à margem e é claro que os gestores deixaram evidente esse tema e a importância de envolver os cidadãos além dos muros da escola, ou seja, a família.

O segundo tema abordado da entrevista envolve o acesso da comunidade escolar aos projetos da Escola do Legislativo. As respostas evidenciam que quando esse trabalho se inicia na escola é por “obrigação”. Assim, apresenta-se crucial promover incentivos efetivos para a comunidade escolar. Afinal, é um trabalho importante e todos, dentro e fora do ambiente escolar, necessitam conhecer o projeto, pois, quanto mais envolvimento, mais compreensão.

Sobre a pergunta relacionada ao trabalho do gestor, percebe-se que os gestores relatam uma gama de colaboradores para que os projetos da Escola do Legislativo atinjam as metas estabelecidas. Alunos, professores, pedagogos, funcionários da escola, pais, enfim, todos da comunidade escolar são envolvidos nesse trabalho.

Na pergunta sobre a forma como a escola apoia os projetos da Escola do Legislativo, observa-se que há uma relação mútua entre as escolas e a Escola do Legislativo. Talvez alguns elos com determinadas escolas estejam fragilizados, mas a maioria procura fazer com que as atividades ocorram eficientemente. Dessa forma, talvez não sejam atingidos todos os objetivos propostos, mas há esperanças em cada semente lançada.

Sobre como os alunos incentivam a comunidade local e como colocam em prática os ensinamentos dos estudos, há várias observações. Os meios de chegar à comunidade são vários, como reuniões de pais, reuniões com assembleias escolares, eventos em instituições filantrópicas e eventos nos bairros. Quanto maior a participação de toda a comunidade, mais rápido acontecerá o amadurecimento sobre cidadania, democracia e política.

A terceira etapa de questionamentos teve como foco a participação dos gestores nas reuniões da Escola do Legislativo, como palestras, reuniões específicas e se haviam participado desses eventos. Apesar de participarem de palestras, reuniões, ainda assim, ao responderem, ficou clara a existência de uma frustração, pois gostariam de

participar muito mais dessas reuniões. Infelizmente, hoje em dia, as escolas no Brasil vivenciam um momento muito burocrático, em que os diretores não conseguem se desvencilhar de reuniões constantes com seus chefes diretos, expedição de documentação. Enfim, o tempo torna-se escasso para essas participações. O que resta é apoiar a equipe envolvida para que tudo caminhe da melhor forma possível.

Questionados sobre a Escola do Legislativo, ficou clara a satisfação de todos que participam deste projeto, sua importância para os estudantes brasileiros e para a comunidade. Todo esse caminho é relevante para ajudar nossas futuras gerações a compreender de fato como ser um cidadão atuante.

E para finalizar a entrevista, os diretores comentaram sobre as inovações que a Escola do Legislativo trouxe para Pouso Alegre – Minas Gerais. As respostas circularam entre a reflexão sobre uma nova cidadania e política, sobre novas aberturas e sobre consciência e esperança para que haja um trabalho ainda melhor com os jovens. Que seja mais realista com a sociedade que vivenciamos atualmente.

Há necessidade de mudanças e é urgente, pois o país atravessa, historicamente, a maior crise política e ética.

O trabalho da Escola do Legislativo é, portanto, meio pelo qual se tenta fazer com que a juventude assuma um papel de excelência em uma nova sociedade.

4.4 - Entrevistas com os alunos

As entrevistas envolveram três estudantes, respectivos representantes de suas escolas no projeto da Escola do Legislativo.

Na primeira parte da entrevista, verificou-se a influência da Escola do Legislativo na vida dos alunos participantes.

A aluna Priscila Araújo, que participou da Escola do Legislativo entre os anos 2010 e 2014, comentou que sua passagem pela Escola do Legislativo ensinou-lhe muito, principalmente porque, quando chegou, como muitas pessoas, possuía a ideia equivocada de que política era algo em que não se podia interferir e opinar e que ela nada poderia fazer. Ao participar do projeto, contudo, aprendeu que há sim como falar e opinar. E que, na verdade, o povo tem que participar. Destaca que o conhecimento

adquirido na Escola foi enorme, tanto que conseguiu participar de seleção para estudar na Armênia.

Marcos Alexandre participou por um longo período da Escola, de 2008 a 2014. Segundo ele, a Escola apresentou-lhe o mundo: “eu pensava: “puxa” política não é uma coisa pra mim, eu sou só um adolescente, um jovem, porque eu vou participar?” E quando eu cheguei aqui, eu vi que é uma coisa aberta para todos participarem, contanto que a gente tenha conhecimento da área. A Escola do Legislativo abre esse espaço de participação política para o jovem. Aqui nós temos acesso a diversos conhecimentos que a gente jamais teria em outros lugares. O impacto da Escola do Legislativo na minha vida foi muito grande e eu não me vejo hoje sem a Escola do Legislativo, ajudou inclusive a escolher a minha carreira profissional e atualmente sou aluno do curso de Administração Pública da Universidade Federal de Lavras – M.G e também quero trabalhar com essa área política e área pública.”

Carlos Mendes teve uma participação curta na Escola do legislativo de 2012 a 2014, apenas uma gestão, mas não menos importante. E fez o seguinte comentário: “Eu ainda era uma criança e não tinha noção das coisas. As principais mudanças na minha vida foram: eu tornei à minha família e a mim mesmo muito mais politizados. Meu interesse pela política do meu país, pela política regional e a política em geral cresceu demais por eu saber que aquilo que muda o mundo, é aquilo que muda o Brasil. Eu formei muito mais opinião e foi uma mudança radical em minha vida, porque eu nunca fui uma pessoa de querer opinar muito sobre as coisas e depois da Câmara minha perspectiva sobre esta mudou completamente.”

O segundo questionamento para os estudantes foi: “O que você compreendeu e aprendeu durante a sua participação na Escola do Legislativo?”

Priscila Araújo disse que aprendeu muito, principalmente a não julgar sem saber. E percebeu que hoje em dia muitas pessoas têm opiniões políticas que se baseiam apenas em senso comum, em impressão pessoal. Destaca que é preciso estudar, entender e saber até onde as pessoas que estão no poder podem ir e até onde povo, eleitores e cidadãos podem atuar e influenciar.

Já Marcos Alexandre comentou qual a motivação que trouxe consigo: “Acredito que vale muito a pena em investir em projetos relacionados à educação política e cidadã do

jovem, pois existe a falta desses projetos e a consequência deles é muito positiva para transformar o nosso mundo”.

Carlos Mendes, ao mencionar o legado da Escola do legislativo em sua vida, comentou: “O projeto mais legal mesmo foi no ano passado, o Grande debate, em que foram debatidos temas polêmicos e onde descobri muitas coisas sobre o mundo, que sequer imaginava. Apreendi muito a me expressar e a falar em público. Fui treinado em todos esses pontos e fui ajudado em várias outras habilidades pela Escola do Legislativo. Por isso, acho que esse tipo de projeto não pode parar, pois forma novos políticos, novas faces políticas e cria cidadãos mais conscientes. E é isso que muda o país.”

4.5 - Análise da Entrevista dos alunos

A realidade ressaltada durante as entrevistas nos mostra que os três adolescentes e jovens se interessam muito pelo estudo e abrangência do funcionamento do Poder Legislativo Municipal. Animam-se com a participação na Câmara Mirim e se preparam para desempenhar com responsabilidade as colocações que lhes são conferidas. Os princípios e valores da interdisciplinaridade se fazem atuais nos trabalhos dos projetos, como escuta intensa envolvendo amorosidade, respeito a diferenças, solidariedade, diálogo, tolerância e permuta de saberes. Após as entrevistas obtidas com os alunos, averigua-se que a participação no projeto dissolveu a concepção antecedente que se tinha a respeito do Poder Legislativo. Atualmente, compreendendo as pertinências de um parlamentar, os alunos sentem-se mais capazes a adquirir posturas e a se envolver de forma mais crítica e coerente no processo.

Logo entendem vereadores e deputados com olhar mais realista e alcançam a complexidade dos processos legislativos e seus incrementos.

Se antes observavam os políticos apenas como cidadãos em busca da defesa de seus interesses privados, desinteressados dos problemas vivenciados por aqueles que neles votaram, ou seja, membros desnecessários para a sociedade, hoje, a concepção é outra, muito mais madura.

As famílias dos adolescentes e jovens participantes nos programas também foram alcançadas, de uma forma ou outra, pois depois das reuniões os estudantes voltam para seus lares com novas perspectivas e acalorados com a participação. A conduta

dos partícipes, em geral, transforma-se para melhor após os conhecimentos alcançados na Câmara Mirim e na Câmara Jovem.

Os jovens que continuam no projeto evidenciam maturidade e fortalecimento no posicionamento em relação à cidadania e à democracia, ocorrência observada pelas escolas e pelas famílias. Esses jovens exteriorizam com convicção suas ideias sobre política, sobre contextos locais e de estrutura pública, com adequadas alegações e questionamentos coerentes. Assim a interação é qualidade para uma efetivação da interdisciplinaridade. “Pressupõe uma integração de conhecimentos visando novos questionamentos, novas buscas, enfim, a transformação da própria realidade” (Fazenda, 2011, p.12).

5 – Conclusão e considerações finais

Ao se iniciar o presente estudo, buscou-se detalhar questões direcionadoras deste trabalho, dentre as quais o fato de que, ao longo da história da educação brasileira, identificam-se várias tentativas para aproximação dos cidadãos dos ideais de democracia, cujas iniciativas, pautadas em envolvimento mais significativo, possuem marcos remotos.

Com tal propósito, exprimem-se as seguintes questões para melhor operacionalizar os temas investigados:

Como se desenvolveram o trabalho e os projetos dentro da Escola do Legislativo?

Com o passar das décadas, surgiu a necessidade de afunilar esse vínculo com a população e, assim, começa o desenvolvimento dos trabalhos e dos projetos que envolvem a Escola do Legislativo. A primeira etapa excluiu as escolas, limitando-se a órgãos essencialmente políticos, já que todos os cursos eram direcionados a funcionários das respectivas casas legislativas. Percebeu-se, contudo, que esse trabalho de conscientização poderia ser exercido também nas escolas de ensino fundamental e assim foi feito: os alunos começaram a conhecer a extensão política a partir de seu eixo. Projetos começaram a ser desenvolvidos em escolas municipais, estaduais e particulares da cidade, abrangência de suma importância, já que, a partir desse instante, novas gerações passaram a ter oportunidades não disponíveis a outras, como a de seus pais ou avós.

Passo importante para o surgimento de uma geração marcada pela vontade de interferir na realidade e estrutura social em que inserida, já que detentora de consciência política, apesar das naturais diferenças de intensidade no amadurecimento dessa nova postura.

Como preleciona Kersting (2003, pg. 111), “quem quiser calar a respeito da educação política, não deveria fazer exigências de democratização, pleitear por engajamento da sociedade civil e cobrar mais oportunidade de participação.”

A Escola do Legislativo decide então assumir esse trabalho de conscientização política. A cada ano os projetos aumentam e trazem novas oportunidades, tanto para alunos novatos e ainda mais jovens, quanto para aqueles que participaram de suas fases pioneiras. Através de palestras, estudos, debates, convivência direta com políticos de vários níveis da estrutura das casas legislativas, nossos adolescentes foram e são positivamente expostos a novas compreensões da dinâmica político-legislativa do país. E, a cada etapa, a partir do enfrentamento de suas próprias dúvidas e incompreensões, os alunos incorporam a seu cotidiano, pessoal e escolar, as vivências e o aprendizado, com amadurecimento de suas posturas como cidadãos.

Outra questão abordada foi: Como a Escola do Legislativo pode se tornar instrumento de fortalecimento da democracia e da cidadania?

Esse trabalho da Escola do Legislativo, pequeno muitas vezes, torna-se, por conseguinte, instrumento sólido de fortalecimento da democracia e da cidadania.

Fortalecimento que tem como um de seus fundamentos a compreensão de que as informações públicas devem ser disponibilizadas de forma completa, compreensível e oportuna à população, verdadeira mandatária no acompanhamento da gestão pública. Todas as entidades públicas, das três esferas governamentais (federal, estadual e municipal) e de todos os Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) devem disponibilizar aos cidadãos o detalhamento de sua gestão, com informações sobre economia, eficiência, eficácia e explicitação das formas de atuação política.

Como explica Cosson (2008, p. 33), “A função de promoção da democracia leva as escolas a estenderem suas atividades para a sociedade, localizando como parte de suas atribuições, para além da noção estrita de treinamento e desenvolvimento de servidores, a educação para a cidadania.”

Assim, tais informações apresentam-se como principal insumo para o exercício efetivo da cidadania. Somente a partir do domínio pleno do que ocorre no seio da Administração pública, poderá o cidadão realizar juízo de valor próprio e, a partir de então, acompanhar a gestão pública, com opiniões, críticas e proficiente contribuição para seu aperfeiçoamento.

Como comenta Sassen (2002, p. 10), “as transformações que têm ocorrido na compreensão e teorização de cidadania, torna muito premente a análise do papel crucial que as cidades e a sociedade civil têm no processo de desenvolvimento da cidadania.”

Ou seja, para que a cidadania possa ser exercida em sua plenitude, a pró-atividade cidadã, entendida como a participação efetiva da população no acompanhamento, controle e avaliação da gestão pública, deve ser facilitada e estimulada com o fortalecimento da transparência pública e assim da própria democracia.

E a terceira questão: Como se pode desenvolver o conceito de cidadania, o pensamento democrático e sociopolítico nos jovens?

Ao propor um trabalho dessa natureza, em que o Legislativo se alia à sociedade, a Escola do Legislativo acredita que atinge o objetivo de estimular e fortalecer os vínculos democráticos. Afinal, ao se depararem com a realidade política local e regional os alunos serão capazes de efetivamente discernir sobre seus direitos e deveres como cidadãos plenos.

“Formar uma consciência crítica significa preparar o indivíduo para – de posse do conhecimento da sociedade em si e do conhecimento sobre as condições sociais de suas próprias funções – distinguir o que os outros estão fazendo e o que ele deve fazer.” (Rodrigues, 1996, p.70)

E é essa postura que conduz ao desenvolvimento da cidadania que possui três eixos importantes, a exemplo do Civil, em que se encontram direitos inerentes à liberdade individual, liberdade de expressão e de pensamento; o direito de propriedade, que também enfoca contratos; e o direito à Justiça.

Da Política, que proporciona o direito de exercício do poder político, como eleito ou eleitor, e no conjunto das instituições de autoridade pública.

E por fim e não menos importante, do Social, que determina o conjunto de direitos relativos ao bem-estar econômico e social, que abrange desde segurança até o direito de partilhar do nível socioeconômico, segundo padrões prevaletentes na sociedade.

O propósito, então, é o real desenvolvimento da cidadania, conceito que se aplica a todas as pessoas que integram uma comunidade e que têm um comportamento comprometido com o que ali acontece. Sob tal perspectiva, um cidadão dinâmico é aquele que está totalmente embrenhado nos temas que afetam a comunidade em que vive e que, na mesma medida, participa das decisões políticas. Do lado oposto, está aquele cidadão à margem, que não participa de nada, não acompanha a gestão governamental e exerce apenas o seu direito/dever de voto em eleições.

Paulo Freire (2001, p. 45) comenta que cidadão significa "indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado" e cidadania "tem que ver com a condição de cidadão, quer dizer, com o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão".

Ao levar os jovens a esse conhecimento, instigamos-lhes a formação intelectual e informação, educação moral e educação do comportamento, como comenta Dewey (1959, p. 09).

Nos jovens participantes, forma-se naturalmente o pensamento democrático, na medida em que passam efetivamente a compreender seu papel na escolha de seus representantes políticos; a importância e consequência desse voto.

Atinge-se essa meta também pela participação mais ampla nas decisões em âmbito escolar, pelo diálogo, montagem e administração de grêmios estudantis, garantia do direito de participação dos representantes nessas instituições, bem como em assembleias e reuniões com os órgãos responsáveis pela distribuição da verba do caixa escolar e seu uso. Ou seja, pela participação em debates importantes para a comunidade, quando terá oportunidade de expor pensamentos críticos e coerentes.

Também fomenta o atingimento das metas, a realização de eventos periódicos nas escolas com a participação de alunos e de representantes de diversos grupos sociais, além de festivais multiculturais, realizados como atividades extracurriculares com o intuito de estimular a participação ativa dos jovens e incentivar o pensamento cultural mais amplo. Contudo toda essa estrutura forma na prática um cidadão que tem noção do seu direito social, ou seja, um sociopolítico. "Não se trata de eliminar as paixões da

esfera pública, de modo a tornar o consenso racional, mas de mobilizar tais paixões em prol de desígnios democráticos”. (Mouffe, 2005, p. 21).

Não é exagero afirmar, portanto, que o projeto de formação política de alunos, idealizado e implementado pela Câmara Municipal de Pouso Alegre, Minas Gerais, Brasil, é destaque nacional, em face da diversidade das atividades desenvolvidas, as quais despertam e ampliam o interesse de jovens e adolescentes para a relevância da participação efetiva na vida política e social da Nação. Os ganhos advindos com o desenvolvimento dos trabalhos minimizam, inclusive, eventuais problemas constatados por gestores escolares, que relatam divergências entre práticas e ideais facilmente atenuadas com o exercício interdisciplinar.

Conforme alerta Fazenda (2011, p. 164): “A tentativa de superação gradativa dos principais obstáculos à efetivação do trabalho interdisciplinar, em que o mais importante seria o estabelecimento de uma consciência crítica sobre o valor e significado desse trabalho, bem como, uma orientação segura de como iniciá-lo”.

Assim, planejamentos e projetos pedagógicos necessitam ser ordenados de modo que toda a escola se envolva na educação para a cidadania, para que, de fato, essa nova visão educativa transcenda a sala de aula, envolva toda a prática escolar e não se limite aos muros que os separam de familiares e da comunidade. Impõe-se, nesse cenário, a busca por um novo letramento político.

Nas entrevistas com dirigentes de escolas, públicas e privadas, a partir dos trabalhos desenvolvidos em parceria com a Escola do Legislativo, percebe-se uma preparação mais ampla e sólida dos estudantes para atuar em uma sociedade mais crítica, com o consequente desenvolvimento de maior consciência para o processo político, cidadão e democrático.

Quanto maior a quantidade de alunos inseridos nesse novo “padrão” educacional, maior a possibilidade de que a sociedade futura se aprimore a cada dia, com valores universais infiltrados coletivamente e com formação coesa da consciência de que é preciso abolir do País todo e qualquer tipo de incoerência ética. A educação e o País só têm a ganhar com esse novo olhar. Afinal, uma educação voltada ao desenvolvimento de seres humanos conscientes, aptos e capazes de exercer concreta e diariamente a cidadania, torna-se uma educação agente da liberdade humana, da justiça social e da mutação da realidade político-econômica, sobretudo para nós,

brasileiros, em parte alijados dessa consciência. Concretamente, cada indivíduo transformado em um cidadão consciente contribuirá para o desenvolvimento nacional, conservação do meio ambiente, respeito ao próximo, aumento dos setores de produção, aumento do nível cultural, da solução de diversos problemas sociais, além das melhorias em sua própria condição de vida.

Sob tais premissas, a educação, para ser reconhecida como eficiente e de qualidade, deve ser capaz de assegurar ao indivíduo todas as condições de atuar, produzir e compartilhar.

Educar para a cidadania, portanto, vai muito além da entrega de instrumentos. Impõe adoção de condutas aptas a habilitar o cidadão para cumprir deveres e exercer direitos. Exige olhar sobre a capacidade de empreender mudanças sociais e políticas na sociedade. Nesse contexto, a escola, além do meio familiar, torna-se recinto primoroso para que os valores virtuosos, democráticos, cidadãos e éticos sejam edificados, trabalhados e moldados. Ao aprender sobre cidadania, a pessoa se conscientiza de que é um agente capaz de intervir, criar, reclamar e responsabilizar-se pela construção da Democracia. Em busca dessa realidade, a atuação de cada um dos operadores educacionais deve ser ativa, no sentido de não se esperar que as mudanças comportamentais e éticas emanem exclusivamente de autoridades responsáveis pela educação no País. Esses princípios devem ser trabalhados com as crianças e jovens, mesmo que os exemplos das autoridades e lideranças nacionais não sejam positivos.

Todos os profissionais da educação devem, portanto, acreditar que, apesar de demandar trabalho a longo prazo, alunos transformados em cidadãos dão início ao desenvolvimento de uma nova nação, democrática e cidadã, liberta do conformismo que emana da tradição. E que, somente a partir do desejo de se edificar uma sociedade mais justa e mais igualitária, pode-se concretizar aquela atitude transformadora que visa ao real sentido de educar, despida de objetos utópicos e imantada de altruísmo e consciência revolucionária. Assim eles perceberam os efeitos dos seus atos no presente e no futuro.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA (Final)

Associação Brasileira de Escolas do Legislativo (2003). Ata da Assembleia Geral Extraordinária de criação da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (Abel) de 15 de maio de 2003.

Disponível em: <<http://www.portalabel.org.br/index.php?pagina=doc&pasta=atas/2003>>.

Albarello, L, Digneffe, F., Hiernaux, J.P., Maroy, C., Ruquoy, D.& Saint-Georges, P. (1997), *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

Alves- Mazzotti, A. J. (2006), *Usos e abusos dos Estudos de caso*. Caderno de Pesquisa,v.35, n.129, p.637 – 651, set/dez.

Arroyo, M. G.(2002), *Educação e exclusão da cidadania*. In: Buffa, e. (org.). *Educação e cidadania: quem educa o cidadão?* Pag. 19- 79 ,São Paulo: Cortez .

Azevedo, F. (1964), *Sociologia educacional*. Parte Terceira, Cap. I, S.P., Ed. Melhoramentos, 6ªEd.

Carmo, H. & Ferreira, M. (1998),*Metodologia Da Investigação*. Lisboa: Universidade Aberta.

Bauman, Z.(2000), *Em busca da Política*. Rio de Janeiro. Editora: Jorge Zahar Editor Ltda.

Berg. B.L (2001),*Qualitative Research Methods for the Social Scienses*. Boston :Allynand Bacon, 162 p., p.11.

Brandão, C. R.(2008), *Minha Casa, o Mundo. Aparecida*, SP. Editora Ideias& Letras.

Carmo, H. & Ferreira, M. (1998),*Metodologia Da Investigação*. Lisboa: Universidade Aberta.

Canivez, P. (1995),*Eduquer Le Citoyen ?* Paris, Ed. Hatier. 159 p.

Carvalho, J. M. (2002), *Cidadania no Brasil: o longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,3. ed, p.219.

Castro, R.S. (2015), *Cidadania, educação e Legislativo*. NEPEL- pg. 105 – 129.

- Cosson, R.(2008), *Escolas do Legislativo, Escola de Democracia*. Centro de Documentação e Informação. Edições Câmara- Brasília, p. 33
- DahalR..(2001),*Sobre a democracia*. Brasília: Ed. UnB. p..100
- Dewey, J. (1959), *Democracia e Educação*. S. Paulo: Nacional, 3 ed., 416 p.
- Dessen, M.A.; Polonia, A.C.(2005), *A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano* .Paidéia, 21-32.
- Faulks, K. (2000).*Citizenship*. Londonand New York: Routledge. Ed. Psychology Press. 190 p.
- Fazenda, I. C. A. (2011), *Integração e Interdisciplinaridade no ensino brasileiro*. São Paulo, Edições Loyola.
- Freire, P. (2001), *Política e Educação*. São Paulo. Ed. Cortez. 6ª ed.
- Flick, U.(2004), *Uma introdução à pesquisa Qualitativa*. 2ª edição. Porto Alegre: Bookman.
- Gonçalves, N. P. S. M. (2009), *O risco da crise do Poder Legislativo para o Estado Democrático de Direito: a necessária reconstrução da esfera pública, o resgate do político e a reformulação da democracia*. Revista Direitos Fundamentais e Democracia, Curitiba, v. 5, p. 1-33.
- Godoy, A.S (1995), *Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais*. Ver. Adm. Emp. São Paulo, v.35, nº 3, pag. 20- 29, Maio/ Jun.
- González, P. (2002),*O Movimento da Escola Moderna – Um Percurso Cooperativo na Construção da Profissão Docente e na Desenvolvimento da Pedagogia Escolar*. Porto: Porto Editora.
- Iturra, R. (1990). *Fugirás à Escola Para Trabalhar a Terra*. Lisboa: Escher Publicações.
- Kersting. W.(2003),*Democracia e educação política*. In: Merle,J.-C.; Moreira,L. Direito e legitimidade. São Paulo: Landy Editora, p. 107- 114.
- Lavalle, A. G.; Houtzager, P. P.; Castello, G. (2006), *Democracia, pluralização da representação e sociedade civil*. Lua Nova, São Paulo, n. 67, p. 49-103.

Langeveld, M. J. (1965), «In Search Of Research» in Paedogica Europea: The European Year Book Of Educational Research, vol. 1. Amsterdam: Elsevier.

Macdaniel C., Gates, R. (2003), *Pesquisa de Marketing*. São Paulo. Ed.: Pioneira Thomson Learning, 562 p., p.120

Malhotra, N.K (2001), *Pesquisa de Marketing – Uma orientação Aplicada*. 3ª Edição. Porto Alegre. Bookman, p.107

Mariz, L.A. et tal (2005), *O reinado dos estudos de caso na Teoria das Organizações: imprecisões e alternativas*. Cad. EBAPE. BR, Rio de Janeiro, v. 3, nº 2, p. 01-14, julho.

Minayo, M. C. S. (2001) (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis Editora Vozes.

Moreira, D. (2003), *A Matemática na educação familiar: Memórias escolares, ideias sobre a Matemática e relação educativas em grupos domésticos de baixa escolaridade*. Quadrante, vol. 12, nº 2, Universidade Aberta de Portugal.

Moreira, D. Monteiro, C., Silva, P. (2001), *Escola- Família- Matemática: que relações?*. Grupo de discussão. Universidade Aberta de Portugal, p. 02

Mouffe, C. (2003), *Democracia, cidadania e a questão do pluralismo*. Política e Sociedade, n. 3, p. 11-26, out.

Mouffe, C. (2005), *Por um modelo agonístico da democracia*. Revista Sociologia Política, Curitiba, n. 25, p.11-13, nov.

Mougniotte, A. (1994), *Éduquer À La Démocracie*, Paris, Ed. Du Cerf

Parâmetros Curriculares Nacionais (2000), *Temas Transversais, Ética*. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília- MEC, p.65

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1998), *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa :Gradiva.

Rodrigues, N.(1996), *Da Mistificação da Escola à Escola Necessária*. São Paulo. Ed. Cortez. 7ª ed.

Santos, M^a. E. V. M. (2005), *Que cidadania?* Lisboa: Santos-Edu.

Santos, B. de S.(2008), *A filosofia à venda, a doura ignorância e a aposta de Pascal*. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 80, p. 11-43.

Sassen ,S. (2002). *The Repositioning of Citizenship: Emergent Subjects and Spaces for Politics*. Berkeley Journal of Sociology, Vol. 46, p 4-26.

Scott, D. (2004). *Researching Education: Data, Methods and theory in educational enquiry* .Continuum, London.

Severino, A.J.(1992), "*A escola e a construção da cidadania*". *Sociedade civil e educação*. Campinas, Papirus Coletânea CBE, p.9-14.

Searing, D.; Wright, G.; Rabinowitz, G. (1976) "*The Primacy Principle: Attitude Change and Political Socialization*". British Journal of Political Science, v. 6, n. 1, p. 83-113.

Silva. D. R. (2005), *Psicologia Geral e do Desenvolvimento*, Indaial, Ed, ASSELVI, p.12

Smith. R. (2015), *Constituição em Miúdos*. Parceria do Senado Federal com a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas – ABEL e Câmara Municipal de Pouso Alegre – MG, Brasília – DF, p.08-09.

Sorj, B.(2004), *A democracia inesperada: cidadania, direitos humanos e desigualdade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 127p .

Vieira, L. (2000), *Cidadania e Globalização*. Rio de Janeiro: Record, 4ª Ed. , p.19.

Yin, R. K. (2015), *Estudo de Caso – Planejamento e Métodos*. 5ª Ed. Porto Alegre: Bookman.

Leis

Lei de 15 de outubro de 1827, artigo 6º. Registrada na Chancellaria-mór do Império do Brasil a fl. 85 do Livro 1º cartas, leis, e alvarás. - Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 1827.- Demétrio José da Cruz. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1827, Página 71 Vol. 1 pt. I (Publicação Original).

Resolução nº 993, de 16 de novembro de 2004 – Criação do Programa Vereador Mirim/ Câmara vai à Escola.

Portaria nº 42, de 17 de outubro de 2005 – Regulamentação do Programa Vereador Mirim/ Câmara vai à Escola.

Resolução nº 1044, de 11 de dezembro de 2006 - Criação do Programa da Câmara Jovem

Resolução nº 1061, de (dia) de maio de 2008- Criação da Escola do Legislativo Professor Romulo Coelho.

Resolução nº 1127, de 16 de Novembro de 2010 - Criação da Academia Juvenil de Letras.

Siglas

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ALMG - Assembleia Legislativa de Minas Gerais

ELPA – Escola do Legislativo de Pouso Alegre

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

Interlegis – Programa de inclusão digital para as Câmaras Municipais

Entrevistas

Gestores

Diretora Udileia Castro -Colégio CENEC -rede particular

Diretora Zoraia Andreia do Carmo Silva -da Escola Municipal Dom Otávio

Diretor Marcelo Cortez Visotto - da Escola Estadual Monsenhor José Paulino

Alunos (nomes fictícios)

Priscila Araújo

Marcos Alexandre

Carlos Mendes

ANEXOS

Anexo 1- Desenvolvimento dos projetos da Escola do Legislativo

4. 1. 7 - Projetos desenvolvidos para a educação cidadã de jovens

Como antes já destacado, infelizmente, o atual contexto político do Brasil praticamente elimina as expectativas de participação popular, em especial em decorrência de fatores ligados à corrupção e ao natural descrédito no tocante à implementação de políticas públicas e em face da insustentabilidade presente nas cidades, evidenciadas pela falta de gestão e de valorização no desenvolvimento sustentável pautado em organização e planejamento. Ressalta-se também a ineficiência para a efetivação dos direitos sociais e serviços públicos em geral. Diante de diversos fatores, constata-se um grande desinteresse da população em acompanhar e realmente efetivar a participação política.

Para minimizar esse quadro de desinteresse político e levar a população, sobretudo os jovens, a participarem e acompanharem a política nacional, estadual e municipal, para que se reconheçam como verdadeiros atores políticos, detentores do poder popular soberano fundamentado no preâmbulo da Constituição Federal, fazem-se necessários mecanismos que despertem nos jovens e estudantes esse interesse, para torná-los plenos no domínio dos acontecimentos políticos sociais.

Nesse cenário, a educação para a cidadania se torna requisito fundamental para seu fortalecimento, bem como para a consolidação dos ideais democráticos em todos seus aspectos, na medida em que relaciona o político, o social, o econômico e, sobretudo, revela valores, para resgatá-los em prol do fortalecimento da ética e do bem comum na sociedade.

Este espaço coloca os estudantes em contato direto com a política, os faz se sentir responsáveis pelos temas transversais de ética (MEC, 2000, p.65),

O ensino da ética pode favorecer ao aluno vários entendimentos como, por exemplo, conceitos de justiça baseados na equidade podendo também sensibilizar-se pela necessidade de construção de uma sociedade justa,

quando se adota atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças sociais, com discussão da moral em vigor e tentando compreender os valores atuais desta sociedade, assim como entender na medida em que eles podem e devem ser mudados.

O já mencionado projeto “Programa Vereador Mirim/A Câmara vai à Escola” é exemplo de iniciativa voltada ao despertar consciente dos jovens, especificamente aqueles que cursam o ensino fundamental II a partir de seu sexto ano e que, conforme veremos a seguir, congrega a comunidade escolar e os integrantes da Escola do Legislativo.

“Programa Vereador Mirim / A Câmara vai à Escola” e suas atividades

O “Programa Vereador Mirim/A Câmara vai à Escola”, criado pela Resolução n. 993/2004 e regulamentada pela Portaria n. 42, de 17 de outubro de 2005 , traz como objetivo geral promover a interação entre a Câmara Municipal de Pouso Alegre/MG e as escolas do município, a fim de que os estudantes destinatários da iniciativa compreendam o papel do Legislativo Municipal dentro do contexto social em que vivem, para que, dessa forma, contribuam para a formação de sua própria cidadania e compreendam com segurança os aspectos políticos da sociedade brasileira. Ou seja, o Projeto intenta propiciar aos estudantes uma oportunidade de real conhecimento dos mecanismos políticos e as respectivas formas de participação. Um de seus basilares fins é conscientizar o jovem da importância de atuação concreta em face dos acontecimentos políticos do país.

Com tal propósito, após a sistematização de seus pilares e a consequente aprovação legislativa, os trabalhos se iniciaram pela preparação para as eleições escolares, tendo sua primeira turma no ano de 2006.

As escolas municipais que, desde o início, em 2006, participam da Câmara Mirim são CAIC Drº. Carlos F. Brandão, E. M. Dom Otávio, CIEM Profª Maria Barbosa, E. M. Profª. Clarice Toledo, CIEM Anita Faria Amaral, CAIC Drº Leovigildo M. Barros, CAIC Anathália de Lourdes Camanducaia, E.M Profª Jandyra Tosta de Souza, E. M.

Vasconcelos Costa, CIEM Prof^a Isabel Coutinho Galvão, E. M Josefa Torres, E.M. PIO XII, E.M Dr^o Ângelo Consoli, E. M. Anita Faria Amaral e CAIC Antônio Mariosa.

As Escolas Estaduais participantes desde então são E.E.Prof^a Maria P. Fernandes, E. E. Dr^o Vinícius Meyer, E. E. Presidente Arthur C. Silva, E.E. Presidente Bernardes, E.E. Dr^o José Marques de Oliveira, E.E. Ana Augusta de Garcia Faria, E.E. Prof^a Geraldina Tosta e E. E. Monsenhor José Paulino.

Dentre as escolas particulares, aderiram Colégio João Paulo, Colégio São José, Colégio Ápice, Colégio Objetivo, CNEC Pitágoras e, por fim, a Escola Profissionalizante Delfim Moreira.

Os trabalhos promovidos pela equipe da Escola do Legislativo Professor Rômulo Coelho se iniciam com o encaminhamento de mensagem eletrônica às escolas destinatárias, em que são enviados o calendário prévio de atividades, os temas que serão trabalhados na formação dos estudantes e o período para a realização das eleições, apuração dos votos e envio dos resultados para a Escola do Legislativo. As eleições normalmente ocorrem no mês de fevereiro de cada ano, para que, já no mês de março, a Escola do Legislativo possua os resultados das eleições, pois neste mesmo mês os eleitos tomam posse na Câmara.

Os vereadores mirins são selecionados por meio de eleição realizada em todas as escolas do município, sejam elas municipais, estaduais ou particulares, elegíveis aqueles matriculados entre o 6^o e o 9^o ano do ensino fundamental e que tenham até 16 (dezesseis) anos. São eleitos, então, dois vereadores mirins, que passarão a representar a escola em que se encontram matriculados. Todas as eleições são acompanhadas pela equipe da Escola do Legislativo.

Não é excesso destacar que o envolvimento dos diretores e professores é fundamental nesta etapa, pois se trata da convocação para efetiva participação no processo eleitoral e, portanto, no Projeto.

Os estudantes promovem debates, inovam criando sistemas eleitorais de voto informatizado; algumas escolas, inclusive, emprestam urnas eletrônicas do Cartório Eleitoral e realizam eleições simuladas. Enfim, busca-se o envolvimento de todos os alunos no processo de escolha dos vereadores mirins e fomenta-se o desenvolvimento da criatividade e da iniciativa, afinal, a partir dessa eleição, despertam-se os ideais da

participação popular nos rumos políticos da nação, concretamente alcançados por um sistema eleitoral majoritário.

No primeiro encontro dos vereadores mirins, todos recebem material escolar (caderno, caneta, lápis, borracha e régua), além das apostilas denominadas “Aprende-se cidadania, praticando-a todo dia” e a “Constituição em Miúdos”. Essas obras abordam a maioria do conteúdo a ser trabalhado durante a legislatura, que é de dois anos. Para incentivar ainda mais a participação dos estudantes, os interessados recebem passes de ônibus para comparecimento às sessões no Plenário na Câmara Municipal, realizadas quinzenalmente, no período noturno.

Com o propósito de realmente consolidar a participação na prática, os estudantes passam por fases de preparação, em que desenvolvem atribuições a serem trabalhadas nos próximos anos de mandato, iniciado, como dito, com a posse, solenemente presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre, secretariado por um Vereador Mirim “ad hoc”, cujos trabalhos dar-se-ão com compromisso e posse.

Prestados os juramentos, os alunos são intitulados “nova turma de vereadores mirins”. Assim já estão preparados para composição da Mesa Diretora, integrada pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários Mirins, cujo mandato é de 6 (seis) meses. Os que desejam participar registram sua candidatura até o momento da eleição e ganhará quem obtiver mais votos e, em caso de empate, será considerado o Vereador Mirim de maior idade.

Os Vereadores Mirins devem seguir algumas regras como o comparecimento pontual e uniformizado às sessões do plenário. Faltas, por exemplo, devem ser justificadas por aviso dos pais, ofício dos pais, ofício da escola ou atestado médico.

Outra medida importante na consolidação dos ideais do Projeto é a constituição das Comissões Permanentes, que se dividem em tópicos por campos temáticos. A primeira é a Comissão de Constituição, Cultura Justiça e Tecnologia, que apreciará temas educacionais, artísticos e científicos. A segunda Comissão é a de Lazer, Meio Ambiente, Saúde e Desporto, que apreciará matérias afetas a espetáculos públicos, preservação do meio ambiente, reciclagem de lixo e serviços e campanhas de saúde públicas. A terceira é a Comissão de Transporte, Finanças e Agricultura, que tem competência para deliberar sobre transporte público e política econômica e agrícola.

Naturalmente, ao longo dos anos, a estrutura inicialmente idealizada sofreu paulatinas adaptações, para melhor atender à participação dos alunos. Citem-se mudanças na escolha da mesa diretora e nos temas das comissões.

No ano de 2008, por exemplo, houve algumas modificações no Programa Vereador Mirim/A Câmara vai à Escola, pois, a partir deste ano, os vereadores mirins passaram a ter dois anos de mandatos e poderiam participar os alunos do 6º ao 9º ano com até 15 (quinze) anos de idade. Outras modificações também foram realizadas para maior participação dos alunos, com eliminação de formalidades desnecessárias, tal como a posse e o juramento. A partir deste ano, os alunos, após eleitos, participaram de curso de formação na Câmara Municipal de Pouso Alegre/MG, para que pudessem adquirir melhores noções sobre a natureza dos trabalhos desenvolvidos pela Casa Legislativa, sobre processos administrativos ou direitos e deveres dos vereadores mirins.

Com o propósito de eliminar a timidez dos alunos, ficou determinado que, em toda primeira sessão do mês, seriam convocados cinco vereadores mirins, em sistema de rodízio, os quais, antes dessas sessões, fariam visitas às secretarias municipais para conhecer e dialogar com os secretários responsáveis. Por ser tratar de um período mais longo de mandato, as atividades também foram ampliadas para os programas: Pergunte ao seu vereador; Autoridade Pública por um dia. Nesta última atividade, os vereadores mirins escolhem e acompanham os vereadores em atividades pela cidade e conhecem um pouco do trabalho do dia a dia do vereador, seus projetos e suas propostas para os problemas da cidade. Depois de acompanharem os vereadores e verificarem seus trabalhos, os alunos respondem a um relatório em que certificam as principais atividades que exerceram, o que acharam mais interessante e que recado deixariam para os vereadores.

É muito importante este feedback, pois os alunos e vereadores podem raciocinar e amadurecer importantes projetos sociais. As Comissões Permanentes também ampliaram os seus respectivos temas, que passaram a Comissão de Educação e Cultura; Comissão de Esporte e Lazer; Comissão de Ecologia e Desenvolvimento Urbano Sustentável; Comissão de Saúde e Bem-Estar Social; Comissão de Direitos Humanos e Cidadania e Comissão de Políticas Públicas. Também a partir desse ano, os alunos começaram a participar de encontros com os outros vereadores mirins das cidades próximas a Pouso Alegre, como Itajubá, Varginha e outras. Ainda em 2008, o

Programa ganha a logomarca, escolhida por concurso, com participação da nova equipe de vereadores mirins.

Não é demais ressaltar que o Projeto consolida a importância do papel das comissões legislativas, na medida em que conscientiza os envolvidos de seu propósito intermediador entre a população, os problemas que enfrentam e os Poderes Legislativo e Executivo.

O sucesso da iniciativa alcança-se com a identificação das propostas encaminhadas pelos vereadores mirins ao longo dos anos. Foram questionados, cite-se, a qualidade do material didático adotado pela Secretaria da Educação, o qual, segundo os vereadores mirins, estava aquém das necessidades dos estudantes. Questionaram-se os projetos da área da saúde na cidade e o trabalho desempenhado pela Vigilância Sanitária. Em outra oportunidade, a vereadora mirim apresentou no plenário da Câmara um abaixo assinado com assinatura de vários moradores de seu bairro e localidades próximas, documento que reivindicava a reforma e cobertura da quadra da escola em que estudava. A acessibilidade das pessoas com deficiência não foi tema esquecido, pois um dos vereadores mirins reivindicou melhorias no transporte público para essa parte da população e a construção de rampas de acesso nos bairros, como as que haviam sido construídas no centro da cidade.

A lista é orgulhosamente extensa. Outro vereador mirim chamou atenção para a necessidade de uma nova cadeia para a cidade; outro, que a Prefeitura providenciasse melhorias nas estradas das zonas rurais, pois, em períodos de chuva, o acesso ficava impossível.

Registrou-se pedido para que algumas escolas da rede municipal se credenciassem ao Ensino Médio, em face da distância das principais escolas estaduais, pedido que foi, inclusive, acatado, mesmo o Ensino Médio sendo de responsabilidade do Governo Estadual. Também foi lembrada pelos vereadores mirins a necessidade de criação de ciclovias e da formação de projetos de leitura para os jovens, além de iniciativas relativas ao meio ambiente e ao turismo na cidade.

A cada nova equipe de vereadores mirins, novos assuntos entram em debate, como cotas para negros em universidades e redução da maioridade penal. Este último tema chegou a ser debatido em plenário, posicionados um grupo em defesa da redução e outro contrário à medida. Após a análise de critérios como desenvolvimento do tema,

retórica e apresentação dos assuntos e argumentações, os vereadores mirins votaram favoravelmente à redução da maioria penal, cuja votação obteve o apertado quórum 7x6.

Outra grande ideia identificada pelos vereadores mirins foi a de que os alunos que melhor se destacassem pudessem participar de curso profissionalizante em umas das unidades da Federação das Indústrias, ventilada, à época, a possibilidade de formação de parcerias junto a empresas que pudessem desenvolver a informatização das escolas, iniciativa que acabou sendo colocada em prática de alguns anos para cá.

Todas essas propostas revelam a grandiosidade do trabalho desenvolvido e reforçam a importância da concretização de seus ideais.

Mas o trabalho não acaba, pois, além do executivo, os vereadores mirins têm a missão de difundir, em sua escola, o aprendizado do trabalho desenvolvido na Escola do Legislativo. A aluna do 9º ano, Suellen Ramos de Oliveira, da Escola Municipal Antônio Mariosa, por exemplo, ministrou uma palestra para os demais alunos do 6º ao 9º, cujo tema era “O que é o Poder Legislativo e quais as suas aplicações”.

O trabalho dos vereadores mirins é extenso, importante, a exemplo do que ocorreu em um dos bairros da cidade. Estes pequenos políticos levaram a “Urna da Cidadania” aos bairros e coletaram manifestações e sugestões dos cidadãos. As respostas foram enviadas ao centro de atendimento do cidadão.

Os vereadores participaram, ainda, do Projeto Propaganda Cultural, em que deveriam escrever uma poesia, trova ou verso dos principais estabelecimentos comerciais da cidade. A propaganda melhor elaborada iria para os outdoors da cidade.

Os vereadores mirins também empreenderam diversas reuniões com o responsável do IBAMA regional, senhor Fernando Bonillo, quando fizeram vários questionamentos sobre o meio ambiente, quais projetos estariam sendo colocados em prática para melhoramento do meio ambiente no município e como poderiam de fato ajudar o desenvolvimento sustentável.

Outra reunião importante ocorreu com o responsável do 20º Batalhão de Polícia Militar, Tenente Coronel José Dimas da Fonseca, ocasião em que os vereadores mirins pediram relatórios sobre as circunstâncias relativas à segurança na cidade, com demonstração quanto aos índices de criminalidade, medidas de segurança na porta

das escolas, segurança nos bairros, lei seca e como poderiam ajudar em todos os sentidos. Os responsáveis pela segurança pública municipal ressaltaram a importância da união entre a população e as autoridades. Levaram-nos a conhecer os Projetos “Meninos do Mandu” e “Polícia Comunitária”

Os vereadores mirins também tiveram a oportunidade de entrevistar o deputado e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, senhor Durval Ângelo, quando se informaram sobre temas relativos a direitos humanos.

Constata-se, portanto, que, após vários estudos e levantamentos de problemas sociais relevantes, os vereadores mirins são incentivados a provocar as autoridades competentes, como o prefeito, quando pugnam por soluções para os problemas identificados. O prefeito analisa os pedidos e os envia aos responsáveis do setor da prefeitura, os quais, o mais rápido possível, encaminham as respostas aos questionamentos levantados.

Os alunos também promoveram o Prêmio “Educador do ano”, em que todos os alunos das escolas escolhem um educador. O vereador mirim daquela escola, então, leva o nome deste educador ao plenário da Câmara e defende o seu representado. Após todas as explanações, apresentados todos os candidatos, escolhe-se o “Educador do ano”.

Não se pode deixar de mencionar que, além dos conteúdos pertinentes à formação do sistema sociopolítico do país, quais sejam, sistema eleitoral, processo legislativo, orçamento público, tributação, licitação entre outros, acontecem ainda duas grandes atividades de interação entre os vereadores mirins, a Gincana do Saber e o Grande Debate.

Todo esse profícuo trabalho é acompanhado pela Diretora e pelos assessores da Escola do legislativo.

Gincana do Saber

Gincana do Saber consiste em trabalho voltado ao desenvolvimento de temas de interesse na formação política e cidadã dos estudantes, por meio de aulas sobre o

assunto e exploração de material específico sobre a temática, seja por apostilas, cartilhas e/ou livros. Este projeto se iniciou em 2008.

Apresenta periodicidade bienal e se intercala com o “Grande Debate”, em que são abordados vários temas simultaneamente. O tema escolhido desenvolve-se em sistema de parceria com instituições que possuem afinidade com o assunto. Exemplificativamente, já foram trabalhados os temas: “A História de Pouso Alegre” em parceria com o Museu Histórico Tuany Toledo; “Código de Defesa e Proteção do Consumidor” em parceria com o PROCON; “Estatuto da Criança e do Adolescente” em conjunto com o Conselho Tutelar; “Direitos Fundamentais” em parceria com a Faculdade de Direito do Sul de Minas; “Constituição em Miúdos” em parceria com o Senado Federal.

A Gincana é disputada entre todas as escolas, representadas pela dupla de vereadores mirins. Realiza-se primeiramente uma semana de fase eliminatória, em que são selecionadas as escolas que disputarão a grande final. Em 2015, a Gincana do Saber foi regionalizada e mais cidades participaram do projeto agora denominado “Gincana do Saber Regional”, que passou a se realizar anualmente.

Para que o Município possa se tornar sede do evento, deverá ter participado da Gincana Regional do Saber no ano anterior e ter se sagrado vencedor. O município sede fica responsável, então, por organizar a gincana, convidar outros Municípios, realizar eliminatórias, preparar a grande final e providenciar a premiação, quando serão entregues medalhas para os finalistas, três troféus e três eletrônicos.

Para dar credibilidade à gincana, o Município pode realizar parcerias com instituições educacionais que ficarão responsáveis pela elaboração das perguntas e validação das mesmas durante a realização do evento.

As inscrições para gincana ocorrem entre 10 de março e 30 de maio e, na primeira quinzena de junho, realiza-se o sorteio dos municípios que irão participar da fase eliminatória. A fase eliminatória ocorre em outubro e a grande final em novembro.

Os municípios realizam a seleção e serão representados por uma dupla de alunos do ensino fundamental II e um professor orientador.

Hoje, já são 25 (vinte e cinco) cidades participantes do projeto e o tema atual é a Constituição Federal. Utiliza-se a obra a Constituição em Miúdos, livro desenvolvido

pela Escola do Legislativo, que faz uma releitura da Constituição Federal através de linguagem mais fácil e acessível para os estudantes.

Na fase eliminatória, são feitas perguntas às duplas, que, se errarem, repassam a mesma pergunta para a próxima dupla e assim sucessivamente. Caso a segunda dupla responda corretamente, esta será a campeã.

As perguntas corretas valem um ponto, as incompletas, meio ponto. As perguntas são repetidas apenas uma vez e as duplas terão 20(vinte) segundos para responder. Após a terceira rodada de perguntas, faz-se levantamento da dupla que obteve maior pontuação. Caso haja empate, as duplas vão para o mata-mata e aquela que, nesta fase, primeiro acertar a resposta, passa à grande final.

Na grande final, as regras são as mesmas da fase eliminatória, mas as respostas, que valem um ponto cada uma, deverão ser integralmente corretas, e não parcialmente.

O principal objetivo da Gincana do Saber é aproximar o jovem do tema que está sendo trabalhado, sempre de forma dinâmica e divertida. Em face do envolvimento, participação, dedicação e empenho dos vereadores mirins, todos são considerados vitoriosos.

A final da Gincana é apenas formalidade para obtenção do resultado e não demonstra o participante de maior ou menor conhecimento, já que no processo de sorteio das perguntas a sorte está envolvida.

As primeiras anfitriãs da Gincana do Saber Regional foram a Escola do Legislativo de Carvalhópolis/MG e a Escola do legislativo de São Lourenço/MG. Já em 2015, participaram as seguintes cidades: Andradas, Borda da Mata, Cachoeira de Minas, Cambuí, Carmo do Rio Claro, Carvalhópolis, Córrego do Bom Jesus, Elói Mendes, Estiva, Guaxupé, Inconfidentes, Machado, Monte Sião, Nova Serrana, Ouro Fino, Paraguaçu, Paraisópolis, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Santa Rita de Caldas, São Lourenço, São Sebastião do Paraíso, Três Corações, Três Pontas e Varginha.

No segundo ano de mandato dos vereadores mirins e jovens, trabalha-se o Grande Debate.

Nesse evento, trabalham-se e aprofundam-se estudos sobre temas polêmicos do cenário político nacional e de interesse geral da sociedade. Esses temas são sugeridos

pela Escola do Legislativo aos participantes, que também sugerem outros temas polêmicos que gostariam de debater. Examinadas as sugestões, os Vereadores Mirins e Vereadores Jovens escolhem 3 (três) assuntos que serão abordados no Grande Debate.

Insta salientar que a proposição e votação dos temas pelos próprios estudantes os coloca no processo de decisão do projeto, uma vez que, democraticamente e no exercício de seu direito de escolha, decidem qual assunto querem estudar e debater. O fato de colocar o jovem no processo de decisão do projeto, como por exemplo, a escolha do tema, demonstra a efetivação do protagonismo do estudante frente ao trabalho que será desenvolvido e dá dinamismo e abertura ao processo de debate sobre assuntos de seu interesse.

Após a escolha do tema do Grande Debate, os vereadores mirins e jovens são separados em grupos favoráveis e contrários e cada grupo recebe orientação e monitoramento das atividades desenvolvidas pela equipe da Escola do Legislativo Professor Rômulo Coelho e dos membros da Câmara Universitária, que são estudantes da Faculdade de Direito do Sul de Minas, atuantes no monitoramento dos participantes. A preparação com relação ao tema é realizada aproximadamente em 4 (quatro) meses, sendo no mínimo três encontros por mês, pois os Vereadores Mirins e Jovens marcam encontros extraordinários, para aprofundar pesquisas e estabelecer estratégias de debates.

Nas três primeiras edições do Grande Debate, a preparação quanto aos temas trabalhados e desenvolvimento dos assuntos era realizada pela Diretora da Escola do Legislativo de Pouso Alegre, Madu Macedo, que também convidava especialistas das áreas para orientar os estudantes participantes. A partir de 2013, os meninos começaram a ser monitorados pelos membros da Câmara Universitária, projeto de extensão da Faculdade de Direito do Sul de Minas em parceria com a Escola do Legislativo professor Rômulo Coelho.

Além dos Vereadores Mirins e Vereadores Jovens, os alunos do curso de Direito, membros da Câmara Universitária, também são atingidos nessa preparação, pois pesquisam, buscam autoridades das áreas para esclarecer certos pontos com relação ao tema para realização de entrevista e palestra, buscam dados oficiais, vídeos, notícias e outros. Enfim, aprofundam-se na diversidade de conteúdo para dar subsídio

e base aos estudos. Na Câmara Universitária já participaram mais de 60 (sessenta) acadêmicos da Faculdade de Direito do Sul de Minas, sediada em Pouso Alegre, Minas Gerais.

O projeto Grande Debate, que se desenvolve no segundo mandato dos vereadores mirins e jovens, já está na quinta edição do projeto. Nesse lapso, já foram trabalhados vários temas de repercussão geral e nacional, tais como: Legalização do aborto; Redução da maioria penal; Pena de morte; Cotas para negros nas universidades; Realização da copa; Uso de células tronco embrionárias; Sistemas eleitorais: suas vantagens e desvantagens; Quociente eleitoral e partidário e repescagem; O fim da coligação; Candidatura avulsa e suplência do senador; Tempo de mandato para os cargos do Poder Executivo [reeleição ou mandato de 5(cinco) anos]; Voto facultativo X Voto obrigatório, Cotas para as mulheres na Política; Financiamento de campanha exclusivamente público/privado.

O espaço de debate e de voz para os estudantes participantes do “Programa Vereador Mirim / A Câmara vai à Escola” os coloca em cenário de vivência real da prática democrática e os leva à formação consciente do papel do cidadão e do trabalho de gestão e liderança nos ambientes em que atuam. Com o propósito de desenvolvimento da formação cidadã e política, a Câmara Mirim incentiva também troca de experiências e de saberes entre os participantes, os quais são oriundos de realidades e contextos bastante distintos.

O trabalho ocorre de forma holística, para considerar aspectos políticos, de cidadania, de sustentabilidade, dentre outros. Um conjunto complexo abraça a educação para a cidadania conjuntamente à abordagem voltada à adesão a valores, à aquisição de conhecimentos e à aprendizagem de práticas na vida pública. “Não pode, pois ser considerada como neutra do ponto de vista ideológico.” (DELORS, 1996, p.62).

O “Programa Vereador Mirim / A Câmara vai à Escola” não se limita à aquisição de conhecimentos acerca do poder legislativo, mas excede limites para trazer consequências emocionais interessantes e desejáveis, a exemplo da aproximação dos elementos do núcleo familiar, a integração do educando com outras pessoas de seu meio, o fortalecimento do sentimento de orgulho e reconhecimento de seu valor como ser social. A educação cidadã, para além de repercutir na construção de cidadãos mais

conscientes e potencialmente ativos, desembocou também em orgulho, reconhecimento, alteridade e abertura.

O verdadeiro processo de formação e constituição do cidadão se dá no espaço pedagógico, conforme Arroyo (2002), pela luta da cidadania, pelo legítimo e pelos direitos. “A educação não é uma pré-condição da democracia e da participação, mas é parte, fruto e expressão do processo de sua constituição” (ARROYO, 2002, p.79).

Outra importante atuação dos alunos membros do “Programa Vereador Mirim / A Câmara vai à Escola” e da Câmara Jovem é o trabalho nas comissões temáticas, que após aprofundamento dos estudos nas áreas propostas, apresentam sugestões e ideias para os vereadores.

As Escolas do Legislativo, por meio de seus programas, demonstram a seus educandos que não há como separar a busca do bem viver das decisões políticas que afetam diretamente o cotidiano dos cidadãos.

Nesse cenário, buscam a valorização e desenvolvimento da auto percepção do jovem que, ao sair de sua realidade (autocentrada e ego-narcísica), experimenta a sensação de pertencimento e de fortalecimento na experiência societária. Ele deixa de se sentir “à parte” e passa a “fazer parte”, ou seja, percebe muito claramente que pode atuar além das suas fronteiras pessoais, transcender a sua condição de indivíduo para alcançar o status de cidadão comprometido com a comunidade.

Câmara Jovem

A Câmara Jovem foi criada pela Resolução n. 1044/2006, de 11 de dezembro de 2006, e regulamentada pela Portaria n. 27, de 12 de maio de 2008, voltada para a atuação dos estudantes do ensino médio. Surgiu do anseio de que os vereadores mirins possam participar continuamente dos projetos de educação cidadã proporcionados pela Escola do Legislativo.

Baseada na democracia, busca colaborar com todos aqueles que sonham com uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna, comprometidos com a proteção do Meio Ambiente e com o desenvolvimento da Cidadania. Objetiva, então, propiciar aos jovens

estudantes do ensino médio um espaço para a reflexão sobre o papel do Poder do Legislativo e a importância da participação política na sociedade democrática, para o que estimulam o seu envolvimento em situações práticas de pesquisa, debate, negociação e realização de escolhas no contexto do Legislativo.

A primeira turma da Câmara Jovem iniciou-se em 2008 e até o presente momento foram 240 (duzentos e quarenta) estudantes atingidos pelo projeto.

Para participação no programa, a Escola do Legislativo de Pouso Alegre, Minas Gerais, Brasil, envia ofício a todas as escolas que oferecem o ensino médio. São dois representantes por escola do Município para o programa Vereadores Jovem e abrange os 1º, 2º e 3º anos do ensino médio, cujos estudantes deverão ter até 18 (dezoito) anos de idade. As escolas escolherão os alunos e poderão contemplar até 10 (dez) estudantes. O Programa Câmara Jovem se desenvolve em parceria com as Universidades através de convênio. As atividades deste programa se desenvolvem durante o segundo semestre do ano e se divide em 5 (cinco) etapas.

Na primeira etapa, os alunos participam da formação política, em que os alunos do curso de Direito atuam como monitores do projeto e participam de palestras no plenário da Escola do Legislativo Professor Rômulo Coelho, abordados os seguintes temas: Democracia, Cidadania, Organização do Estado Brasileiro, Funções do Poder Legislativo e a importância da participação popular no desenvolvimento da cidadania. Após esses estudos, os monitores irão trabalhar os temas conjuntamente com os alunos do Ensino Médio das escolas participantes. Essa primeira etapa ocorre em julho.

A segunda fase deste programa, chamada “Dinâmica da Câmara Jovem”, objetiva que monitores e participantes compreendam através de palestras como funciona a Câmara Jovem. Os temas são apreciados e submetidos aos votos dos participantes e têm como propósito integrá-los ao tema “ética central”, objeto da edição corrente do Parlamento Jovem. Esta etapa se desenvolve no mês de agosto.

No terceiro momento, ocorrem atividades de capacitação, em que os monitores participam de oficinas de capacitação na Escola do Legislativo de Pouso Alegre, abordado o tema “Processo e Técnica Legislativa”. Após esse estudo, os facilitadores desenvolvem nas escolas de ensino médio oficinas com os alunos participantes do

Programa, com o objetivo de discutirem a temática central e levantarem proposições (propostas). A fase se realiza durante o mês de setembro.

Na quarta fase, colocam-se em prática as atividades de participação no Legislativo Municipal. Monitores e um aluno escolhido pelo grupo da Escola irão atuar na coordenação da sessão final da Câmara Jovem e participarão de treinamento sobre a dinâmica das reuniões. As propostas de cada Escola são consolidadas pelos técnicos da Câmara Municipal de Pouso Alegre Minas Gerais em um documento base, redistribuído aos estudantes para que todos conheçam as propostas sugeridas pelas unidades de ensino participantes. Esta fase se desenvolve no mês de outubro.

Por fim, ocorre a sessão final da Câmara Jovem, que se realiza na Câmara Municipal e inclui dois momentos: um primeiro, em que os estudantes se reúnem em grupos de trabalhos para consolidar as propostas numa primeira versão do documento final; em um segundo, em que se reúnem no Plenário da Câmara Municipal de Pouso Alegre, Minas Gerais, para apreciar e votar o documento final. Este trabalho é realizado no mês de novembro.

Como a participação da escola é facultativa, as escolas hoje participantes que possuem o Ensino Médio são E.E. Monsenhor José Paulino, E.E. Profª Mariana Pereira Fernandes, E. E. Arthur da Costa e Silva, E.E. Profª Geraldina Tosta, E.E. Ana Augusta Garcia de Faria, E.E. Virgília Pascoal, E.E. Vinícius Meyer, E. E. Presidente Bernardes, E.E José Marques de Oliveira, E. M. Antônio Mariosa, Colégio Fênix, Colégio Anglo, Colégio Ápice, Colégio CNEC, Colégio Skema 10, Colégio Bandeirantes Fernão Dias, Colégio Objetivo, Colégio São José e Instituto Federal do Sul de Minas. As instituições proporcionam há mais de 150 (cento e cinquenta) alunos uma nova visão política.

A principal atividade da Câmara Jovem é o aprofundamento em temas de relevância do município, investigado por meio de reuniões, encontros com as autoridades da área e outras formas de pesquisas sobre as diversas matérias, entre elas, meio ambiente, saúde, educação, mobilidade urbana, segurança pública e outros.

Depois de realizados os estudos sobre os temas, os Vereadores Jovens apresentam os trabalhos no plenário da Câmara Municipal de Pouso Alegre para a população em geral e para os vereadores, que podem acatar as sugestões e dar início a projetos de leis.

Ao longo dos anos, alguns temas foram discutidos pelos vereadores jovens que perceberam a necessidade de que as propostas se iniciem em assuntos os mais próximos dos destinatários do projeto, tais como: coleta seletiva, sustentabilidade, acessibilidade, desenvolvimento sustentável, direito do consumidor, trânsito e direito da criança e do adolescente.

Citem-se algumas das ideias: asfalto feito com pó de pneu velho, material mais resistente que o comum, e pavimentação intertravada, esteticamente mais bonita e ecologicamente mais correto.

Outro levantamento diz respeito ao lixão a céu aberto, que além de impedir o desenvolvimento da coleta seletiva, causa danos ambientais, já que fica próximo ao rio que passa pela cidade, cuja água é captada pela empresa de abastecimento. Segundo os vereadores jovens, faltaria planejamento e seria importante a criação da Secretaria do meio ambiente, responsável por coordenar o problema e colocar em prática a “agenda 21”.

Foram levantados também pelos estudantes os problemas decorrentes do trânsito violento e caótico na cidade, o que levou à formulação de pedido aos vereadores para que fossem fiscalizadas as mudanças no trânsito e que se considerasse maior controle sobre a empresa que presta o serviço.

A falta de acessibilidade também foi lembrada, mencionadas escolas, ruas e praças deficientes nos mecanismos de inserção da pessoa com deficiência. Por outro lado, os estudantes lembraram que as entidades do município promovem a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

O Código de Defesa do Consumidor também foi mencionado e o descumprimento deste em Pouso Alegre, Minas Gerais, com citação do não cumprimento pelos bancos da eliminação das filas de espera, que não poderia ser superior a 15(quinze) minutos. Além disso, mencionou-se a meia entrada de estudantes em shows e eventos culturais, desrespeito passível de multa.

O saneamento básico foi também foi tema cogitado e os estudantes lembraram que há bairros antigos que não possuem o serviço público e que haveria a necessidade de os vereadores atuarem e fiscalizarem para que o saneamento básico fosse entregue a 100% (cem por cento) da população.

Atualmente, os Vereadores Jovens participam conjuntamente com os Vereadores Mirins do Grande Debate, separados em grupo e observada a proporcionalidade entre o número de vereadores mirins e jovens em cada um deles.

O grande diferencial da Câmara Jovem em relação aos vereadores mirins é que os estudantes participam do Parlamento Jovem de Minas, projeto desenvolvido pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Parlamento Jovem

Segundo fonte oficial da Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o Parlamento Jovem de Minas é projeto de formação política, destinado a estudantes dos ensinos médio e superior dos municípios mineiros. Cria para esses jovens a oportunidade de conhecer melhor a política e os instrumentos de participação no Poder Legislativo Municipal e Estadual.

O projeto existe desde 2004 e surgiu por iniciativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), por meio da Escola do Legislativo (ELE), da PUC Minas, do Instituto de Ciências Sociais (ICS) e da Pró-reitoria de Extensão (Proex).

A cada ano, um tema de relevância social e do interesse dos jovens é trabalhado por meio de diversas atividades de estudo, debates e deliberação.

Em 2010, a iniciativa foi estadualizada e ganhou a parceria de outras câmaras municipais mineiras, ano em que Pouso Alegre começou a participar do Parlamento Jovem. Nessas localidades, as câmaras mobilizam escolas do ensino médio e fazem parcerias com universidades, órgãos públicos, empresas e organizações da sociedade civil, para implementação do projeto e fomento da consolidação da extensa rede de formação política e educação legislativa em todo o Estado.

Ao todo são 38 (trinta e oito) Câmaras Municipais participantes, como as de Belo Horizonte, Betim, Ouro Preto, Ressaquinha, Divinópolis, Nova Serrana, Pains, Itabira, João Monlevade, São Gonçalo do Rio Abaixo, Capelinha, Itamarandiba, Janaúba, Montes Claros, Carvalhópolis, Extrema, Itajubá, Machado, Monte Sião, Ouro Fino, Pouso Alegre, Santa Rita de Caldas, São Lourenço, Três Pontas, Guaxupé, Poços de Caldas, São Sebastião do Paraíso, Conceição das Alagoas, Iturama, Uberaba,

Uberlândia, Unaí, Juiz de Fora, Leopoldina, Matias Barbosa, Santos Dumont, Viçosa e Visconde do Rio Branco.

A Etapa Estadual acontece na capital do estado, Belo Horizonte, no mês de outubro de cada ano. Participam três estudantes e um coordenador de cada Câmara Municipal parceira. Os trabalhos são conduzidos pelas equipes da Coordenação Estadual (ALMG e PUC Minas) e das Áreas de Projetos Institucionais e de Consultoria Temática da Assembleia de Minas.

A etapa estadual do Parlamento Jovem Minas desenvolve-se em três dias. No primeiro dia, realizam-se atividades de interação entre os estudantes.

No segundo dia, ocorrem as Reuniões de Grupos de Trabalho, em que os participantes são divididos em 3 (três) grupos de acordo com os subtemas do Parlamento Jovem. Segue-se uma rodada de discussões e votações de propostas, que podem sofrer alterações ou até serem suprimidas. Além disso, outras podem ser criadas.

No terceiro dia, com todos os participantes reunidos no Plenário da Assembleia, ocorre a Plenária Final, com nova rodada de discussões e votações.

O documento produzido nesse momento é entregue como sugestão de ações do Parlamento Jovem Minas à Comissão de Participação Popular da ALMG, que deverá proceder ao devido encaminhamento da proposta. Ao todo, 120 (cento e vinte) alunos participam da etapa do Parlamento Jovem.

A responsabilidade do estudante participante é significativa, pois deve participar das atividades desenvolvidas ao longo do projeto: reuniões, pesquisas, visitas, palestras e outras ações definidas pela coordenação ou sugeridas pelos próprios estudantes. Deve elaborar propostas de ações relacionadas ao tema e debatê-las nas plenárias municipal, regional e estadual.

Em 2014, o projeto ganhou a etapa regional, intermediária entre a municipal e a estadual. Nessa etapa, os municípios do polo discutem as propostas da etapa municipal, consolidadas em um documento que representa o interesse do polo e não de municípios isolados. Com o novo formato, amplia-se a participação de municípios, escolas e estudantes.

A Escola do Legislativo de Pouso Alegre já trabalhou os seguintes temas no Parlamento Jovem: Meio Ambiente e Resíduos Sólidos; Drogas: como prevenir?; Educação para a cidadania; Cidades Sustentáveis: desafios para as próximas gerações; Direito ao envelhecimento com qualidade de vida e Direitos Humanos e Segurança Pública. O tema vencedor do ano de 2016, por exemplo, foi Mobilidade Urbana.

Câmara Pré-Mirim

Indubitável que o exercício da cidadania deve ser estimulado cada vez mais entre as crianças, sendo hábito a ser adquirido desde a tenra idade, a fim de que se consolidem a cultura da participação política e a missão cidadã. Com esse propósito, no ano de 2015, a Escola do Legislativo de Pouso Alegre criou a Câmara Pré-Mirim, destinada às crianças do ensino fundamental I, quando participaram 13 (treze) escolas da rede de ensino de Pouso Alegre, dentre instituições de ensino municipais, estaduais e particulares.

O principal objetivo é fazer com que as crianças olhem para a cidade e pensem em questões relevantes para dia-a-dia de seus habitantes, propondo soluções para boa convivência e harmonia social. Afinal, é imperioso que, desde cedo, demonstrem responsável preocupação com os problemas políticos que assolam seu bairro, cidade, estado e, até mesmo, seu país. Com o fim de concretizar esse propósito, o mais importante é criar espaços para ouvi-las e valorizar a participação do público infantil.

A criação da Câmara Pré-Mirim também possui justificação no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Trata-se de importante mecanismo para assegurar à criança educação e participação na sociedade, cujas atividades se voltam ao exercício da cidadania e à formação política. O projeto, sem perder de vista seus objetivos primários, desenvolve-se em etapas: os professores, diretores e coordenadores das escolas são convocados para uma reunião na Câmara Municipal de Pouso Alegre, Minas Gerais, para a escolha dos temas que serão trabalhados ao longo do ano pelos vereadores pré-mirins.

Os temas escolhidos já estão previstos na grade curricular dos estudantes para serem trabalhados de forma transversal ao longo das aulas. Como forma de complementação, a equipe da Escola do Legislativo de Pouso Alegre encaminha para as escolas sugestões de materiais a serem trabalhados e os professores desenvolvem os temas em sala de aula. O desenvolvimento dos trabalhos é, ainda, acompanhado periodicamente pela equipe da Escola do Legislativo, que realiza visitas técnicas nas escolas participantes.

São exemplos de temas trabalhados são “Mobilidade Urbana”, “Uso e conservação da água”, “Direitos Humanos”, “Estatuto da Criança e do Adolescente” e “Estatuto do Idoso”. Ao todo são mais de 600 (seiscentas) crianças envolvidas no projeto, que no final do ano apresentarão seus trabalhos para as comissões de vereadores da Câmara Municipal de Pouso Alegre.

A apresentação pode ser realizada de várias formas, por meio de teatro, música, explicação do tema, sugestão de propostas, ideias, conclusões, exposição das pesquisas realizadas, dentre outros.

Em se tratando de crianças ainda no fundamental, o mais importante é ouvi-las e conhecer suas opiniões, para efetivamente despertá-las para a participação cidadã desde tenra idade. Para isso, a mobilização na escola inclui nesse processo de formação os pais e a comunidade, que acompanham de perto as atividades realizadas pela escola com relação aos temas propostos, acompanhando-as durante a pesquisa, nos seminários e exposição dos trabalhos feita pelas crianças.

Câmara do Idoso

A Câmara do Idoso foi também criada em 2015. No mesmo dia que a Câmara Pré-Mirim realiza sua apresentação, os membros da Câmara do Idoso também fazem suas

apresentações. O propósito é que para que o vereador ouça e interaja com a visão de dois polos: das crianças e dos idosos.

Com respaldo constitucional no artigo 230, a Escola do Legislativo de Pouso Alegre criou a Câmara do Idoso, que basicamente consiste na análise dos mesmos assuntos da Câmara Pré-Mirim.

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

A convocação para participação na Câmara do Idoso realiza-se por meio de contato com os principais grupos de idosos da cidade e os encontros realizam-se às quartas-feiras, na Câmara Municipal de Pouso Alegre. Os trabalhos são coordenados pela Escola do Legislativo e por uma professora aposentada. Os idosos também apresentam suas demandas para se inteirar das dinâmicas do Projeto, após entrevistas com peritos da área.

Também são trabalhados os temas “Mobilidade Urbana”, “Uso e conservação da água”, “Direitos Humanos”, “Estatuto da Criança e do Adolescente” e “Estatuto do Idoso”.

Aos vereadores, a apresentação das crianças e dos idosos realiza-se simultaneamente, quando os representantes do legislativo municipal interagirão com a percepção das crianças e dos idosos apresentada com relação ao mesmo tema.

Inegável que a maior contribuição dos idosos é a experiência de vida. Daí, na efetivação de seus direitos na sociedade, consolida-se o objetivo precípua do programa que é evidenciar o papel protagonista que os idosos podem exercer na formulação de políticas públicas.

Afinal, a participação cidadã exige atuação de cidadãos de todas as idades e de todos aqueles dispostos a contribuir para as demandas e melhorias impostas pela sociedade.

Academia Juvenil de Letras

As emoções suscitadas pelas obras literárias levam ao refinamento da moral. A sensação de vivenciar as mesmas histórias dos personagens configura-se mecanismo

ímpar para criação de empatia e reflexão sobre determinadas situações, sobretudo quando se está diante de obras literárias realistas.

Desenvolver a sensibilidade dos jovens por meio da arte e da literatura, sob olhar voltado às situações políticas e sociais e motivação direcionada a ações voltadas à mudança e transformação, torna-se o propósito basilar da Academia Juvenil de Letras, criada pela Resolução n. 1127, de 16 de Novembro de 2010.

Na consecução desse objetivo, busca-se despertar o interesse de alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio para a leitura e produção de textos em prosa e versos e promover o intenso contato do jovem com a literatura, sempre com o fim de inseri-los na vida social e cultural de sua comunidade.

A seleção dos alunos é feita, então, mediante concurso de redação. Uma vez escolhidos os acadêmicos juvenis, os eleitos assistem a aulas de literatura, história e psicologia. Ao longo do ano, realizam várias atividades, dentre oficinas, dinâmicas e aulas extras sobre temas de seu interesse. Nesse projeto, envolvem-se mais de 200 (duzentos) estudantes.

Ao longo dos anos, as produções literárias dos jovens escritores, inclusive, culminaram com o lançamento de dois livros: “Escrevo, logo existo I” e “Escrevo, logo existo II: Chapeuzinho Vermelho de todas as cores.” O segundo bastante didático no que tange à aplicação de gêneros literários, pois, para cada estilo realiza-se uma oficina, com enfoque à abordagem das características do gênero literário e do texto produzido pelo acadêmico juvenil.

Atualmente, a Escola do Legislativo realiza concursos literários por meio do Festival Estudantil de Cultura que abrange todas as escolas da rede de ensino de Pouso Alegre e envolve centenas de estudantes.

Através do fomento dos ideais do projeto, a produção literária torna-se contínua, a imaginação e a inspiração fluem das mentes dos estudantes e atinge-se de forma concreta a formação do gosto pela literatura e o amor pela arte.

Constituição em Miúdos

O domínio dos ideais concretizados na Constituição Federal é de extrema importância para a vida do cidadão, pois é a partir de sua efetiva compreensão que se materializam direitos e deveres, de modo a possibilitar participação ativa nas decisões políticas. Como resultado direto, forma-se o cidadão pleno, apto a exercer conscientemente garantias e deveres constitucionais.

Já em 1988, o artigo 64 do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias dispõe que a Imprensa Nacional e demais gráficas dos entes da Federação promoverão edição popular do texto integral da Constituição, que será posta à disposição das escolas e dos cartórios, dos sindicatos, dos quartéis, das igrejas e de outras instituições representativas da comunidade, gratuitamente, de modo que cada cidadão brasileiro possa receber do Estado um exemplar da Constituição do Brasil.

Art. 64. A Imprensa Nacional e demais gráficas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, promoverão edição popular do texto integral da Constituição, que será posta à disposição das escolas e dos cartórios, dos sindicatos, dos quartéis, das igrejas e de outras instituições representativas da comunidade, gratuitamente, de modo que cada cidadão brasileiro possa receber do Estado um exemplar da Constituição do Brasil.

Inconteste, porém, que a linguagem da Constituição Federal é considerada difícil para compreensão da população, sobretudo a alunos do ensino fundamental II. Com a finalidade, portanto, de facilitar o entendimento do texto constitucional e aproximar os jovens de seu conteúdo e despertá-los para a efetiva participação política, nasceu a Constituição em Miúdos, tema a ser aprofundado a seguir.

O livro Constituição em Miúdos, escrito pela Escola do Legislativo de Pouso Alegre, Minas Gerais, a partir do segundo semestre de 2014, foi lançado na cidade de Vitória, que sediou o XXV encontro da ABEL – Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas, realizado em junho de 2015.

A ideia inicial de produção do material surgiu de conversa informal mantida entre a diretora da Escola do Legislativo, Madu Macedo, e o atual presidente da ABEL, Dr.

Florian Madruga, por ocasião do evento de inauguração da Escola do Legislativo em Unaí, Minas Gerais, no ano de 2014. Ao discutirem o projeto de lei do Senador Romário, que torna obrigatório o ensino da disciplina Constitucional nos currículos dos ensinos fundamental e médio, ambos debateram os parâmetros da proposta, ainda embrionária, pouco tempo depois consolidada na importante obra.

À época, os autores, expostos às reais dificuldades de se apresentar a Constituição Federal para os estudantes, pensaram soluções para que o texto constitucional, apesar de sua linguagem densa e técnica, pudesse ser transmitido de forma proficiente a jovens adolescentes.

Foi então que o Presidente da ABEL lançou o desafio para a Diretora da Escola do Legislativo de Pouso Alegre: escrever um livro sobre a Constituição Federal, cuja abordagem pudesse facilitar seu conhecimento e compreensão, principalmente pelo público jovem. Desafio aceito e cumprido.

Em linguagem fácil, escrita em forma de romance, surgiu a Constituição em Miúdos, que apresenta os tópicos Direitos e Garantias Fundamentais dos Cidadãos, os Três Poderes, o Orçamento, a Tributação e os principais assuntos abordados na Constituição Federal. O enredo se desenvolve em diálogos travados entre três personagens: Henrique, estrangeiro, que chega a um lugar desconhecido e busca conhecê-lo, e dois jovens, Júlia e Danilo, os quais explicam as normas do país para o forasteiro.

Como objetivo principal, o trabalho busca proporcionar aos jovens, entre 12 (doze) e 15 (quinze) anos, contato com os temas abordados na Constituição Federal, em linguagem simples e acessível e, dessa maneira, propiciar uma séria reflexão sobre as garantias constitucionais e a realidade enfrentada por esses jovens, para despertar seu interesse e provocá-los a uma posição mais crítica e mais atuante.

Assim, a Constituição em Miúdos nasceu da pretensão de atingir a todos os estudantes do Brasil, com distribuição pelo Senado Federal para todas as escolas, a fim de ser trabalhada na nova disciplina — Constitucional —, implantada na grade curricular.

O livro é usado em várias Escolas do Legislativo do país e também na Câmara Municipal de Pouso Alegre, Minas Gerais, e na Câmara Municipal de Campo do Goytacazes, Rio de Janeiro, além de em diversas Escolas do Legislativo, Tribunais de

Contas, Ministérios Públicos, Assembleias Legislativas e Instituições de Ensino. Essas instituições servem-se do valioso trabalho para efetivo desenvolvimento dos ideais da educação cidadã. Visam, igualmente, aproximar a juventude do exercício consciente de seus direitos e deveres constitucionais, fundamental para a efetivação da participação político-democrática.

A Constituição em Miúdos, inclusive, é utilizada também na Gincana do Saber Regional, em que participam 25 (vinte e cinco) cidades e em que se envolvem mais de 1.000 (mil) estudantes do ensino fundamental II, o que proporciona a multiplicação proveitosa de seu conteúdo.

Como refere Ruth Smith, Gerente Geral da Escola do Legislativo da ALMG, na apresentação do livro “Constituição em Miúdos”:

A educação para a cidadania deve dar a confiança aos jovens para reivindicar os seus direitos, e reconhecer que direitos implicam obrigações. Deve promover o respeito para com a lei, a justiça e a democracia. Alimentar o interesse pelo bem comum, ao mesmo tempo que incentiva a independência do pensamento.

Para tanto, é preciso fornecer informação e promover a capacidade do cidadão de se pronunciar sobre temas fundamentais da cidadania. Conteúdos, valores, princípios e atitudes devem ser conhecidos e, também, formas de ação adequadas a situações e contextos diversos.

Conhecer a Constituição da República, lei máxima de nosso país, é etapa imprescindível no esforço de desenvolver em nossos estudantes o letramento necessário para viver plenamente a cidadania e a competência para participar politicamente da construção de uma sociedade mais democrática. (Smith, 2015,p.08-09)

A valiosa iniciativa, concretizada na obra Constituição em Miúdos, apresenta frutos de inegável valor, já que concretamente fomenta a consolidação entre os jovens da educação para a cidadania consciente e para a atuação social, além de possibilitar que atuem como indivíduos responsáveis e aptos a deliberar sobre o futuro de sua Nação.

Anexo 2- Transcrição da Entrevista dos Gestores

Entrevistas com os Gestores

Transcrevem-se, a seguir, trechos de entrevistas realizadas com diretores das redes de ensino municipal, estadual e privada. Os entrevistados foram: Diretora Udileia Castro, à frente do Colégio CENEC da rede particular; Diretora Zoraia Andreia do Carmo Silva, responsável pela Escola Municipal Dom Otávio e Diretor Marcelo Cortez Visotto que responde pela Escola Estadual Monsenhor José Paulino. As entrevistas foram divididas em quatro temas, com objetivos e questões específicas.

| |
|---|
| Tema A : Desenvolvimento da Cidadania e a Democracia |
| Objetivo: Descrever a intervenção do(a) Gestor(a) junto a seus alunos para transmissão dos saberes da Cidadania e da Democracia no ambiente escolar. |
| Questões: |
| 1) Como um(a) Gestor(a) pode influenciar os alunos participantes dos projetos Câmara Mirim e Câmara Jovem da Escola do Legislativo? |
| Respostas: Diretora Udileia: Acredito que todo trabalho educativo deve ser pautado na pedagogia de projetos e o projeto do legislativo teve muito êxito aqui no CENEC. |

Nossos alunos participaram da Câmara Mirim, Câmara Jovem, foram para Belo Horizonte (Capital do Estado de Minas Gerais), foram para Brasília (Distrito Federal) e se destacaram.

A atual assessora geral da Câmara Jovem, Mônica, foi aluna do cenecista. Foi ela a responsável pelos primeiros projetos e aqui no CENEC temos um projeto chamado "Jogo da ONU", que vai bem ao encontro desses embates da Câmara Mirim e Jovem; Então, o gestor que motiva, que trabalha e que busca o sonho da pedagogia de projetos é o que mais se aproxima das metas traçadas.

Diretora Zoraia: Nós procuramos fazer um trabalho via orientadora educacional, que promove um encontro inicial com os alunos para que entendam a importância de se ter voz ativa na escola e de se buscar efetiva participação social. Assim tentamos repassar a nossos alunos os ideais da escola cidadã.

Diretor Marcelo: Acho importante que nossos discentes e a juventude participem do processo da Escola do Legislativo, mas também teço várias críticas ao Projeto. Que tipo de política eles fazem? Política partidária? É isso que se mostra aos discentes e é o que vemos nos meios de comunicação.

Sem o propósito de desrespeitar a seus idealizadores, a proposta deve ir além de mostrar acordos e fazer apologia à política conservadora, à política mecânica de determinismo. Deve ir além do conceito de "legislar" como forma de obter resultados sociais. Porque se a proposta se limitar a essas metas, será muito negativa. Ao contrário, se os mentores se mantiverem abertos e preocupados em tornar seus discentes ativistas sociais realmente críticos, questionadores das informações que recebem, a proposta será muito positiva. Eu não vejo, contudo, hoje, essa proposta.

2) Quais as atividades que os alunos participantes dos projetos Câmara Mirim e Câmara Jovem da Escola do Legislativo praticam para desenvolver a cidadania no ambiente escolar?

Respostas:

Diretora Udileia: Todas as atividades do senso comum, todas as atividades que eles

buscaram em parceria com a escola, principalmente no âmbito social. Foram essas atividades que levaram nossos jovens a buscar esse ambiente escolar prazeroso e fez com que a gente conseguisse mais resultados frente à Câmara Mirim e Jovem.

Diretora Zoraia: Diante do que é combinado e debatido na Câmara, eles promovem alguns projetos dentro da escola, que são acompanhados, como falei anteriormente, pela orientadora e pelas diretora e vice. São projetos que envolvem a cidadania, como aqueles voltados para o campo social, por exemplo, que têm como foco a solidariedade, a auto estima, a organização e reorganização do espaço escolar. Enfim, atividades que elevam a auto estima do aluno e ao mesmo tempo fazem com que possam agir no meio social de forma cidadã.

Diretor Marcelo: Os espaços que os alunos têm na escola hoje – e eu não falo só no Monsenhor, mas em toda a rede; para não generalizar, na grande maioria das escolas – é bem limitado. Na verdade, eles são silenciados por um sistema, por uma cultura escolar de currículos dados, limitados a disciplinas, matérias e avaliações. Então, você tem um espaço pequeno e quando abre esse espaço surge na escola algum corpo representativo, a exemplo dos grêmios. Só que os grêmios perderam toda sua influência, chegando a não se ter a instituição na escola. O Monsenhor hoje conseguiu pela gestão 2017 e 2018. Nós incentivamos a criação do grêmio, a partir do qual é feito o contato com a Câmara do Legislativo Jovem. Os resultados serão vistos e analisados no futuro.

3) Quais as atividades que os alunos participantes dos projetos Câmara Mirim e Câmara Jovem da Escola do Legislativo praticam para desenvolver a democracia no ambiente escolar?

Respostas:

Diretora Udileia: Todas, todas mesmo. O nosso grêmio estudantil junto com a Câmara Jovem (porque os meninos que eram do Grêmio também eram da Câmara Jovem) trouxeram esse lado democrático. Foram realizados debates sobre posturas em sala de aula. Até no nosso regimento escolar buscavam essa democracia. Cada um trouxe o senso comum e o trabalho que realizava.

Diretora Zoraia: A democracia propriamente dita se desenvolve a partir do momento em que cada aluno é respeitado, ouvido e passa a exercer o poder que é conferido a ele. A partir dessa postura, são montados projetos baseados em autonomia e liberdade para opinar e levar à comunidade suas idéias. São ouvidos os próprios alunos e os professores, a fim de que se possa, de alguma forma, ampliar o propósito para o campo social.

Diretor Marcelo: O problema dessas questões é que hoje nós não temos mais alunos na Câmara Jovem, como há dois anos em que tínhamos dois discentes.. Por isso eu reitero: qual é a proposta dessa Câmara Jovem? Eu não vi ninguém vir aqui e pedir para os alunos, eu não vi ninguém da Câmara Jovem ou algum representante da prefeitura chegar na escola, chamar os alunos, incentivá-los e explicar o propósito. Eu aposto com você que 90% dos meus discentes não sabem o que é a Câmara Jovem e esse não é um papel do Gestor. Acho que é um papel da Prefeitura e do Legislativo, que têm que vir aqui conversar com eles. Eu não tenho, então, experiência sobre a Câmara Jovem.

Tema B: Divulgação dos projetos e respectiva Legislação

Objetivos: Conhecer o acesso da comunidade escolar sobre os programas da Escola do Legislativo.

Questões:

1) Como é divulgado os projetos da Escola do Legislativo junto a seus alunos?

Respostas:

Diretora Udileia: primeiramente, o pessoal da Câmara vem à escola, faz toda a apresentação. Depois nós vamos para a sala de aula. O CENEC, contudo, já atingiu um grau tão grande nesse desenvolvimento que, quando eles vêm aqui, os nossos alunos que participam da Câmara Jovem já entram juntos com os outros. É tão

democrático o processo que não há obrigatoriedade, tudo acontece espontaneamente no borbulhar de cada momento do projeto.

Diretora Zoraia: Divulgamos os projetos geralmente no quadro mural que fica aqui no pátio. Informamos sobre os eventos, todos os projetos, como atuar, funcionamento, data e horário de reuniões. Assim, conclama-se a comunidade escolar para participar e é dessa forma que incentivamos para que aconteçam as atividades.

Diretor Marcelo: O Legislativo deve vir à escola para se reunir com o grupo de alunos e, claro, com os supervisores. A partir daí, elabora-se um plano de metas e um projeto sobre o que se poderia fazer e o que não. Ou, o que se deve fazer para apresentar essa democracia a essa juventude, mostrar que há “uma luz no fim do túnel”, para que se tornem jovens ativos, que não recebem notícias, simplesmente aceitando-as.

2) Como Gestor(a), que atividades você promove para que seus alunos participem dos projetos Câmara Mirim e Câmara Jovem da Escola do Legislativo?

Respostas:

Diretora Udileia: Como falei anteriormente, a CENEC foi uma das primeiras escolas que participou de todas – Câmaras Mirim e Jovem e Escola do Legislativo. Então, nossos alunos apresentam resultados muito positivos e, com esses resultados, outros alunos já começam a enxergar. A gente motiva, mostra, leva nos projetos, acompanha e divulga resultados. Mas a divulgação não precisa ser muito grande, porque os próprios alunos já se encarregam disto.

Diretora Zoraia: A escola é grande e temos que fazer um trabalho direcionado. Assim, quem faz isso inicialmente, esse levantamento, é a orientadora educacional, que levanta quais os alunos que terão maiores possibilidades, que têm mais desenvoltura ou até mesmo aquele que por alguma razão precisa desenvolver auto estima ou que esteja muito apático. A orientadora tenta, então, trazê-los para o projeto. Na verdade, tentamos priorizar tanto aqueles que já tenham essa facilidade,

quanto aqueles que estejam totalmente fora do contexto social.

Diretor Marcelo: Sob a ótica de meu trabalho hoje, acredito que esse tipo de institucionalização – isso é uma posição minha –, traz muito pouco resultado. Hoje eu trabalho com a juventude, só que coletivamente, nos movimentos de cultura popular ou de educação popular, estudados pelas academias desde 2008. Assim, em Pouso Alegre, há vários coletivos de juventude que poderiam estar na Câmara Jovem, mas não estão... por quê? Qual é a proposta do Legislativo para essa juventude a não ser uma proposta conservadora? Eu e um grupo de professores temos um cursinho voluntário, todos os sábados, desde o ano passado, das 8h da manhã às 17h da tarde. Nesses cursinhos mantemos um círculo de conversa com os alunos, temos oficinas, sendo que a proposta para 2017 é que esse cursinho se instale aqui no Monsenhor e até o ano passado era na Escola Presidente Bernardes. Os movimentos que ocorrem ali na Praça João Pinheiro entre a juventude do RIP ROP, os movimentos negros, os movimentos GLT, movimentos feministas. A Câmara sabe disso? O Legislativo sabe disso? Eu, sinceramente, duvido que saibam.

3) Como a escola apoia os projetos da Escola do Legislativo?

Respostas:

Diretora Udileia: Apoia cada ação desses projetos, em autêntica parceria. Os integrantes do Projeto começam lá e vêm à escola; o que desenvolvemos aqui, levamos para lá. A relação de amizade e parceria é muito grande, com apoio mútuo constante. Os professores participam das reuniões, nós participamos das reuniões e não deixamos nossos alunos sozinhos. Sempre há um representante da escola com nossos alunos. Assim, apoiamos a cada um dos trabalhos.

Diretora Zoraia: A escola apoia da forma que é possível, dentro do tempo que disponível. A orientadora educacional, grande articuladora desse tipo de projeto, trabalha para que se possa atender ao que é pedido, sem perder a forma participativa. De maneira opinativa, buscamos cumprir tudo o que é proposto pela

Escola do Legislativo.

Diretor Marcelo: Eu não tenho um trabalho, eu não tenho um projeto. A Escola do Legislativo nunca me trouxe um projeto, o que eu vou apoiar deles gente? Eu não vou fazer publicidade, já que tenho uma crítica ao Legislativo: ele é conservador, só tem uma mulher no Legislativo hoje (Se referindo a Vereadora Mariléia e última gestora da Escola Estadual Monsenhor José Paulino), que é formado por 14 homens e uma mulher. Qual o projeto que eles trazem para a juventude? Eu nunca recebi ninguém do Legislativo aqui na escola, a não ser a Mariléia que sempre está aqui com a gente, pois é vice da escola. Ela traz projetos para cá “bacanas”. Tirando a figura da Mariléia, não tem ninguém mais do Legislativo aqui na Escola.

4) Como é que os alunos incentivam a comunidade local a colocar em prática os ensinamentos dos estudos?

Respostas:

Diretora Udileia: Principalmente nas reuniões de pais, em que nossos alunos sempre estão presentes, na nossa reunião com a comunidade, na nossa Assembleia, no nosso conselho de classe ou no nosso conselho de professores. Então os alunos sempre estão juntos, mostrando a parceria e o trabalho desenvolvido, tanto pela comunidade CENEC, quanto pela comunidade do Legislativo.

Diretora Zoraia: Eles ensinam de forma prática. Um exemplo bem tranquilo e significativo pra compreender como ajudam, como desenvolvem o projeto, por exemplo, é a arrecadação de produtos para o Natal dos idosos. Em participação muito significativa, eles arrecadam material, levam no asilo, tiram fotos que são colocadas no mural. A mensagem é o exercício da cidadania, a prática de valores que a família e a escola desenvolvem juntas: respeito, solidariedade e o amor ao próximo. Todas as vezes que tem algum projeto, como, por exemplo, o dia do professor no ano passado em que fizeram uma lembrancinha para os professores, participaram de missa. Esse mesmo grupo é o que participa da Escola do

Legislativo, meninos que gostam de atuar e participam geralmente de tudo que a escola promove.

Diretor Marcelo: Hoje a comunidade e a escola participam praticamente das datas festivas que já estão em nossos calendários. Forma-se, então, uma integração nesses movimentos. Temos o projeto, em 2017-2018, para criarmos o Grêmio, a entrada da escola aberta aos sábados. O grêmio deve trazer a comunidade para dentro da escola. Há as oficinas oferecidas nas praças públicas (muitas vezes criticadas!) que deverão vir para a escola e então serão disponibilizadas à comunidade: oficinas de dança, oficinas de teatro, oficina de música, mais o nosso cursinho popular voltado para o ENEM. Todos projetos que trazem a comunidade.

Tema C: Reuniões na Escola do Legislativo

Objetivos:

Analisar formas de encontro entre diferentes participantes dos projetos

Avaliar percepções sobre a Escola do Legislativo

Questões:

Como Gestor(a), você já participou de uma reunião dos projetos Câmara Mirim e Câmara Jovem da Escola do Legislativo?

Respostas:

Diretora Udileia: Muitos, muitos mesmo como gestora. Também nossas coordenadoras, a nossa orientadora, nossos professores. Todos nós fazemos questão de acompanhar sempre essas reuniões para ver do que estão tratando, pra ver qual o projeto que irá se encaixar no nosso projeto aqui. Nós não deixamos sozinhos nenhum momento.

Diretora Zoraia: Eu tive a oportunidade de participar só de uma reunião até hoje, desde que eu estou aqui na Escola Dom Otávio. Acho que eu até gostaria de participar mais vezes, para que possa me inteirar melhor, para que possa aprender, porque a gente está em constante aprendizado. É um campo que tem suas

especificidades e a escola, como é de porte médio, com mais de mil alunos e profissionais, tem uma demanda razoável. Mas, apesar disso, nós diretores precisamos participar, sentimos que essa é uma necessidade real. Eu, particularmente, gostaria de me inteirar melhor, de participar com mais efetividade, porque geralmente fica nas mãos da orientadora, que se empenha muito, promove grandes trabalhos. Mas é muito bom que o diretor também parte. Isso é muito importante.

Diretor Marcelo: Nunca recebi um convite deles, desde novembro quando assumi. Mas espero receber.

2) Participou de palestras promovidas pela Escola do Legislativo? Qual ou quais?

Respostas:

Diretora Udileia: Todas. Houve um momento da Escola do Legislativo com a Câmara Mirim, com a Câmara Jovem e com a Câmara do idoso para falar das leis do trânsito. Levamos nossos alunos e foi um debate intenso. Depois participamos do debate da cartilha que virou projeto. Nós participamos do momento voltado à consciência de eleição. Participamos do projeto levado para Belo Horizonte (capital do Estado de Minas Gerais), da escolha do tema para os próximos anos. Então, nós participamos de várias palestras e diversos eventos juntos.

Diretora Zoraia: Não me lembro de ter participado de palestras.

Diretor Marcelo: Também nunca participamos de palestras com o Legislativo; também não cheguei a ver movimento discente para ir para o Legislativo.

3) Ocorreu em alguns dessas ocasiões, a oportunidade de questionar ou opinar sobre a Escola do Legislativo?

Respostas:

Diretora Udileia: Sempre, eles são muito abertos, principalmente a Madu. Quando ela começou, quando ela sonhou o projeto, ela dialogou de forma aberta, queria saber o que a gente pensava sobre, então foi muito positivo. Sempre tivemos essa opinião na escola.

Diretora Zoraia: Eu só participei de uma reunião e, naquela oportunidade, eu realmente fiz alguns questionamentos. Procurei me inteirar sobre a questão, mas é pouco, porque a gente tem que estar sempre junto ao órgão. Afinal de contas, é um trabalho que é feito lá e aqui ao mesmo tempo, então se a gente não se inteirar, o trabalho não se desenvolve tão bem como deveria.

Diretor Marcelo: Nas questões lá atrás, nas questões que passaram. (rss).

4) Qual sua opinião sobre a Escola do Legislativo?

Respostas:

Diretora Udileia: É o que precisamos hoje, precisamos acreditar nesse debate, nesses estudos, porque só transformaremos a partir do momento em que nos conscientizarmos. Acredito que temos que trabalhar sim a política, no geral. Não a politicagem. Afinal, estamos em uma fase, no Brasil, no mundo, que precisamos repensar cada momento. E a Escola do legislativo faz essa parceria com a escola, principalmente sobre temas não desenvolvidos em sala de aula, até mesmo por falta de tempo.

Diretora Zoraia: Eu acho muito importante a Escola do Legislativo, porque traz uma outra visão ao aluno, que passa a ter conhecimento prático. Sobre a cultura propriamente dita, é ela que abre um leque muito grande no desenvolvimento do aluno. Isso é muito importante, eu acho que é imprescindível até.

Diretor Marcelo: Eu não vou ter uma opinião formada sobre a Escola do Legislativo

hoje, pois não conheço o trabalho deles. Não tenho um projeto deles; não tenho alunos que participam da Escola do Legislativo.

Tema D: Inovações através dos projetos da Escola do Legislativo

Objetivos: Apresentar as inovações que influenciaram Pouso Alegre - MG, através dos projetos da Escola do Legislativo

Questões:

1) No seu ponto de vista, os projetos Câmara Mirim e Câmara Jovem da Escola do Legislativo trouxeram quais inovações para a educação de Pouso Alegre - MG ?

Respostas:

Diretora Udileia: A reflexão, a principal foi essa, a reflexão. A busca por levantar meninos de menor classe social e integrá-los com outros de outras classes sociais e demonstrar que o pensamento é único. Que ele não é dividido, saber não é dividido em classes. Então eu acho que isso foi a maior inovação que a Câmara Mirim e a Câmara Jovem trouxeram para Pouso Alegre.

Diretora Zoraia: Eu acho que deu uma abertura maior e uma voz para os alunos, que passaram a ter maiores noções de cidadania. Noções que não podem partir só de dentro da escola, porque o aluno começa a enxergar isso como utopia. A partir do momento que se abre esse leque social para que ele possa atuar, ele começa a entender que realmente existem oportunidades importantes e que vale a pena atuar. Nós tivemos aqui o exemplo do Carlos Eduardo, da Yolanda e de vários alunos que atuaram e participaram de concursos lá na Câmara do Legislativo e que se deram muito bem. Criaram valores para si e sua vida além da Escola. Apesar de não me lembrar da colocação deles no ano passado, eles ficaram super felizes e repassaram para os alunos dos nonos a experiência. Eu acho isso importantíssimo, acho que é uma abertura de voz para os alunos.

Diretor Marcelo: É uma questão sobre a qual não tenho conhecimento, então não dá para responder se teve alguma modificação ou não. O que eu vejo ainda em Pouso Alegre é que é uma cidade que ainda vem tentando mudar. Espero que essa administração de hoje melhore a cidade, que chame mais a juventude para eles, já que a juventude é parte desse processo pedagógico de criação, de urbanização. Mas eu ainda não tenho opinião sobre a Escola do Legislativo, conheço muito pouco sobre ela.

Anexo 3 – Transcrição da Entrevista dos Alunos

Entrevistas com os alunos

Na busca por maiores dados sobre a Escola do Legislativo, é necessário ouvir o maior número possível de pessoas envolvidas. Segue abaixo a entrevista de alguns alunos participantes da Escola do Legislativo nos últimos anos.

Aluna :Priscila Araújo – 2010 a 2014

Eu participei da Câmara Mirim, da Câmara Jovem, da Academia Juvenil de Letras e fui para o Parlamento Jovem também. A minha experiência na Escola do Legislativo me ensinou muito, principalmente porque quando eu cheguei, como muitas pessoas, eu tinha essa ideia de que política não é uma coisa que possamos interferir, que ela é mandada pelos poderosos e o que podemos fazer? O que eu, uma criança do ensino fundamental, que eu estava quando entrei aqui, o que, o que eu posso mudar na política?

Com o passar do tempo eu percebi que posso mudar muita coisa. Como vivemos em uma democracia, nós precisamos do povo, se não tiver o povo não tem como fazer um poder que seja bom para todo mundo.

Eu aprendi muito, eu aprendi a não julgar as coisas sem saber. Eu percebo hoje em dia que muitas pessoas têm opiniões políticas que se baseiam muito no senso comum, muito na impressão pessoal. Por exemplo, eu não gosto da presidente, ela é uma presidente ruim. Não funciona assim, eu percebi que a gente precisa se informar

antes de poder falar alguma coisa. A gente precisa estudar, entender e saber até onde as pessoas que estão no poder podem ir e até onde nós como povo, como eleitores e como cidadãos podemos fazer a nossa parte.

A Academia Juvenil de Letras me ensinou muito, eu adoro literatura, adoro escrever e livros são a minha paixão, me ajudou em vocabulário e ajudou nessa maneira de falar mesmo com a oratória. Quando eu cheguei aqui, eu tinha um pouco de vergonha, agora não tenho mais, já falei na frente de bastante gente; respirei fundo, quase chorei (rss), mas venci isso e eu achei que foi uma coisa muito importante para meu crescimento pessoal e agora vou levar isso comigo agora para a Armênia. Eu vou através do Programa WC e vou estudar lá por dois anos e a Câmara foi uma parte muito importante da minha vida e uma parte que me ajudou nesse sonho que realizo agora.

Aluno: Marcos Alexandre (2008 a 2014)

Eu participei dos Projetos da Escola do Legislativo de Pouso Alegre. Em 2008 eu fui Vereador Mirim representando a Escola Municipal Isabel Coutinho Galvão - CEIM São Geraldo; depois eu entrei para a Câmara Jovem representando o Colégio CNEC e também participei das três últimas edições do Parlamento Jovem.

A Escola do Legislativo me apresentou um mundo novo sobre a política, porque eu acho como todos brasileiros, eu pensava “poxa política não é uma coisa pra mim, eu sou só um adolescente, um jovem, porque eu vou participar?” E quando eu cheguei aqui, eu vi que é uma coisa aberta para todos participarem, contanto que a gente tenha conhecimento da área. A Escola do Legislativo abre esse espaço de participação política para o jovem. Aqui nós temos acesso a diversos conhecimentos que a gente jamais teria em outros lugares. O impacto da Escola do Legislativo na minha vida foi muito grande e eu não me vejo hoje sem a Escola do Legislativo, ajudou inclusive a escolher a minha carreira profissional e atualmente eu sou aluno do curso de Administração Pública da Universidade Federal de Lavras – M.G e também quero trabalhar com essa área política e área pública. Acredito que vale muito a pena em investir em projetos relacionados à educação política e cidadã do jovem, pois existe a falta desses projetos e a consequência deles é muito positiva para transformar o nosso mundo.

Carlos Mendes (2012 a 2014)

Eu participei do projeto da Escola do Legislativo - Câmara Mirim.

Eu achei o projeto extremamente válido, por ter percebido muitas mudanças na vida desde que comecei no projeto da Câmara Mirim.

Foi em 2012 e eu ainda era uma criança e não tinha a noção das coisas. As principais mudanças na minha vida foram: eu tornei a minha família e a mim mesmo muito mais politizado. Meu interesse pela política do meu país, pela política regional e a política em geral cresceu demais, por eu saber que aquilo que muda o mundo, é aquilo que muda o Brasil.

Eu formei muito mais opinião e foi uma mudança radical em minha vida, porque eu nunca fui uma pessoa de querer opinar muito sobre as coisas e depois da Câmara minha perspectiva sobre esta mudou completamente. Eu só consegui essas mudanças com o projeto da câmara dos quais eu participei.

Eu participei em 2012 da Gincana do Saber, sobre o Estatuto do Adolescente e foi super válido para mim. Eu aprendi muita coisa sobre esse assunto e nem preciso dizer o numero de qualidades que desenvolvi durante esse projeto.

E o projeto mais legal mesmo foi o ano passado, o Grande debate, onde foram debatidos temas polêmicos e ali eu descobri muitas coisas sobre o mundo que eu nem imaginava, aprendi muito a me expressar e aprendi muito a falar em publico. Fui treinado em todos esses pontos e fui ajudado em todos os pontos pela Escola do Legislativo. Por isso eu acho que esse tipo de projeto não pode parar, esse tipo de projeto forma novos políticos, novas faces políticas e cria cidadãos mais conscientes em nosso país. E é isso que muda o país.